

**CONTRA A EXPLORAÇÃO
CAPITALISTA
COMISSÕES DE TRABALHADORES E LUTA
OPERÁRIA NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA
(1974-1975)**

Miguel Ángel Pérez Suárez

Orientador: Professor Catedrático Fernando Rosas

**Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX
(Secção do Século XX)**

(AGOSTO, 2008)



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (designação da área científica do mestrado), realizada sob a orientação científica do Professor Catedrático Fernando Rosas

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Camões, que apoiou a realização desta tese com a atribuição de uma bolsa de estudo, com uma duração de doze meses.

A todos os que me animaram e ajudaram a levar a cabo este trabalho.

[RESUMO]

[ABSTRACT]

**CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA – COMISSÕES DE
TRABALHADORES E LUTA OPERÁRIA NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA
(1974-1975)**

**[AGAINST CAPITALIST EXPLOITATION – WORKERS COMMISSIONS AND
WORKERS STRUGGLE DURING THE PORTUGUESE REVOLUTION
(1974-1975)]**

MIGUEL ÁNGEL PÉREZ SUÁREZ

**PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTO OPERÁRIO, REVOLUÇÃO PORTUGUESA,
SOCIALISMO.**

KEYWORDS: workers movement, Portuguese revolution, socialism

Estuda-se a evolução do movimento operário português nos primeiros meses do processo revolucionário de 1974-75 e nos seus antecedentes imediatos de uma perspectiva que valoriza o papel desempenhado pelos movimentos sociais na transformação da revolução de 25 de Abril de 1974 dum golpe militar numa revolução social.

O objecto de estudo é o movimento autónomo dos trabalhadores que varre Portugal desde o dia seguinte à Revolução dos Cravos e que encontra nas Comissões de

Trabalhadores (CT's) o seu expoente organizativo mais importante. Analisamos a evolução da economia e da indústria portuguesas nos anos 60 e as lutas dos trabalhadores antes do 25 de Abril para depois nos debruçarmos sobre a explosão social de Maio de 1974, em particular sobre a onda de greves no seu desenvolvimento cronológico. Estudamos uma série de casos que consideramos significativos e analisamos as formas de luta desenvolvidas e reivindicações apresentadas, numa abordagem política do movimento que salienta o seu carácter libertador e anti-capitalista e atende ao papel desempenhado pelas vanguardas revolucionárias.

A radicalização do movimento face à repressão e o papel ocupado pelas vanguardas do movimento, dotando-o de organização e conteúdos políticos, colocam-nos no caminho das manifestações de 12 de Setembro de 1974 e 7 de Fevereiro de 1975. No período compreendido entre essas duas datas afirma-se um movimento operário que é muito crítico com a sua organização tradicional, o PCP, e que busca formas alternativas de expressão. Nesse contexto surge a Interempresas, como expressão desse movimento, e a manifestação contra a NATO e o desemprego de 7-2-1975 como a sua maior expressão, que não tem continuidade face às debilidades orgânicas dessa estrutura de coordenação.

Durante 1975 o desenvolvimento do processo revolucionário leva às nacionalizações, às ocupações de empresas e à afirmação de uma via socialista para a revolução portuguesa. Nesse contexto as CT's não possuem a capacidade de agir enquanto movimento. As coordenações e órgãos criadas depois do fim da Interempresas são a expressão das diferentes vanguardas, e a reorientação do PCP no movimento operário vai permitir aos comunistas assegurar a sua posição hegemónica. O surgimento da CIL é a manifestação dessa hegemonia e o fim de um movimento autónomo das CT's.

This is a study of the development of the Portuguese workers movement in the first months of the revolutionary process of 1974-75 and in its immediate antecedents. It follows a perspective that values the role played by social movements in transforming the military coup of April 25th of 1974 into a social revolution.

The object of study is the autonomous movement of workers that swept Portugal from the day after the Carnation Revolution, and which had as its most significant expression the Workers Commissions (Comissões de Trabalhadores - CTs). We address the

evolution of the Portuguese economy and industry in the 1960s and the struggles of workers prior to the 25th of April leading to the social explosion of May 1974, giving particular note to waves of strikes. Drawing on a string of cases studies we address the strategies of struggle and the demands of workers highlighting their liberation and anti-capitalist politics and the role played therein by revolutionary vanguards.

The radicalization of the movement as it faced repression and the role played by vanguards, conferring it organization and political content, will take us to the mass demonstrations of the 12th of September of 1974 and of the 7th of February 1975.

Between these two dates, the workers movement became critical of its traditional organization, the Portuguese Communist Party, and actively searched for alternative ways to express itself. Within this setting emerges the Interempresas which is the moving force for the demonstration against NATO and against unemployment on the 7th of February of 1975, but that has no continuity given the shortcomings of its organizational structure.

In the course of 1975 the revolutionary process leads to nationalizations, to occupation of companies and to the affirmation of a socialist way for the Portuguese revolution. In this context the CTs no longer possess the capabilities to act as a movement. The coordinating committees and other organs created after the collapse of Interempresas are an expression of different vanguards, and the reorientation of the Portuguese Communist Party in the workers movement will allow them to secure a hegemonic position. The creation of CIL is an outcome of this hegemony and the end of the autonomous movement of CTs.

ÍNDICE [exemplo]

Introdução: fontes e aspectos metodológicos.....	11
Capítulo I: O operariado nas vésperas do 25 de Abril.....	20
I. 1. O crescimento económico da década de 60	20
I. 2. O movimento operário antes do 25 de Abril	24
Capítulo II: O 25 de Abril e as greves de Maio e Junho de 1974.....	38
II. 1. Para uma perspectiva cronológica do movimento	38
II. 2. Um movimento de massas: reivindicações e formas de luta.	45
II. 2. As greves e a política: o papel das vanguardas revolucionárias. ...	52
Capítulo III: <i>Viva a luta da classe operária!</i> O s conflitos no mundo do trabalho depois do 25 de Abril	62
III. 1. Siderurgia Nacional (Seixal).....	62
III. 2. Estaleiros navais.	65
III. 2.1 Lisnave (Almada e Lisboa).....	65
III. 2.2 Setenave (Setúbal).....	69
III. 3. Mague, MEC (Alverca).....	70
III. 4. Cometna, Sorefame (Amadora).	71
III. 5. Companhia União Fabril (Barreiro).....	71
III. 6. Messa (Mem Martins, Sintra)	74
III. 7. Timex (Charneca da Caparica, Almada)	77
III. 8. ITT (Semicondutores) e Standard Eléctrica (Cascais), Applied Magnetics e DSEP (Sacavém).....	82
III. 9. Cambournac (Cacém, Sintra).....	84
III. 10. Cergal (Belas, Sintra)	85
III. 11. Efacec-Inel (Lisboa).....	87

III. 12. Socel (Setúbal)	91
III. 13. Charminha (Pontinha, Lisboa)	97
III. 14. Sogantal (Montijo)	99
Capítulo IV: Democracia aos operários, repressão aos reaccionários! O movimento operário de Setembro de 1974 ao 7 de Fevereiro de 1975	102
IV. 1. CTT	102
IV. 2. <i>Jornal do Comércio</i> (Lisboa).....	105
IV. 3. TAP	110
IV. 4. Lisnave	121
IV. 5. A onda de despedimentos	130
IV. 6. A interempresas e a manifestação de 7-2-1975	134
Capítulo V: As CT's na luta pela revolução socialista	142
Conclusão	148
Bibliografia	152

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT: Acordo Colectivo de Trabalho
ASP: Acção Socialista Portuguesa
BR: Brigadas Revolucionárias
CARP (m-l): Comité de Apoio à Reconstrução do Partido
CCR (m-l): Comités Comunistas Revolucionários
CCT: Contrato Colectivo de Trabalho
CDDT: Comissão de Defesa e Direitos dos Trabalhadores (Efacec-Inel)
CDTL: Comissão de Delegados dos Trabalhadores da Lisnave
CIA: Central Intelligence Agency
CIL: Coordenadora das CT's da Cintura Industrial de Lisboa
CM: Comissão de Moradores
COB: Comité Operário de Base (TAP)
COPCON: Comando Operacional do Continente
CPS: Comissão Pró-Sindicato (CTT)
CRTSM: Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros
CT: Comissão de Trabalhadores
CTS: Conselho de Trabalhadores da Setenave
CTT: Correios, Telégrafos y Telecomunicações
CUF: Companhia União Fabril
DGS: Direcção Geral de Segurança
DL: Decreto-Lei
DME: Divisão de Manutenção e Engenharia (TAP)
FUR: Frente de Unidade Popular
JSN: Junta de Salvação Nacional
LCI: Liga Comunista Internacionalista
LUAR: Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MAI: Ministério da Administração Interna
MDP: Movimento Democrático Português
MES: Movimento de Esquerda Socialista
MFA: Movimento das Forças Armadas
m-l: marxista-leninista
MRPP: Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MT: Ministério de Trabalho
NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCMLP: Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ORPC (m-l): Organização para a Reconstrução do Partido Comunista
PCP: Partido Comunista Português
PC(r): Partido Comunista (reconstruído)
PPD: Partido Popular Democrático, desde 1976 PSD, Partido Social Democrata (PSD)
PIDE: Polícia Internacional para a Defesa do Estado
PRP: Partido Revolucionário do Proletariado
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS: Partido Socialista
PSP: Polícia de Segurança Pública
RALIS: Regimento de Artilharia de Lisboa, antes Regimento de Artilharia Ligeira (RAL-1)
SN: Siderurgia Nacional
SUV: Soldados Unidos Vencerão
TAP: Transportes Aéreos Portugueses
UDP: União democrática Popular
UR (m-l): Unidade Revolucionária

INTRODUÇÃO: OBJECTO DE ESTUDO, FONTES E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Dada a proximidade da Revolução portuguesa o panorama da historiografia do século XX português sobre o processo revolucionário é ainda muito limitado. Apesar de que os acontecimentos de 1974-75 já terem sido assunto para uma enorme quantidade de material escrito ainda não dispomos de uma produção historiográfica ao nível do próprio assunto. Existem muitos capítulos da revolução que carecem de completo esclarecimento, e alguns estão em relação directa com o tema do nosso trabalho. O historiador ainda não tem obras de referência comparáveis às existentes para grandes momentos revolucionários do século, casos por exemplo da Revolução russa ou a Guerra Civil de Espanha.

O movimento operário durante a revolução tem sido objecto de estudos de muitos autores desde perspectivas muito diversas. Nos anos seguintes ao processo desenvolveram-se investigações desde o campo da sociologia de grande valor, que permitiram documentar importantes movimentos e ter uma visão integrada dos mesmos. Seguiram-se muitos anos de subalternidade no âmbito académico que só recentemente voltou a mostrar interesse para esta temática, com estudos que convergem desde os diversos campos das ciências sociais sobre os movimentos sociais e o processo político português nessa altura. Fora do âmbito académico a crise revolucionária de 1974-75 foi tema para uma quantidade incalculável de material, tanto escrito como audiovisual. Poucos acontecimentos da história contemporânea terão sido objecto de tantas análises e, sobretudo, poucas vezes a sociedade portuguesa terá estado tão interessada pela informação política e social.

O desenvolvimento político de um movimento operário no contexto da Europa Ocidental dos anos setenta, eis o objecto do nosso estudo. Os acontecimentos em Portugal foram como que a confirmação e o imparável corolário de um lustro revolucionário aberto pelo Maio francês¹. O golpe e a decomposição do aparelho militar, o surgimento de poderosos movimentos sociais e a crise do estado colocou a perspectiva de uma revolução de tipo socialista, que nos comunicados oficiais e na própria Constituição de 1976 é referida explicitamente. Por vez primeira desde a II Guerra Mundial um partido comunista entra para um governo de um país da Europa Ocidental, e os aliados da NATO consideram um amplo leque de possíveis saídas da crise portuguesa².

Escolhido que estava o tema – o movimento autónomo dos trabalhadores com as Comissões de Trabalhadores como expressão organizada, no contexto dos movimentos sociais radicais posteriores entre 1974 e 1976, era necessário encontrar um enquadramento mais amplo para o estudo deste período “sob o signo da revolução”.

Assim, a primeira parte deste trabalho tenta conhecer as origens do movimento que se desenvolve a partir do movimento militar do 25 de Abril de 1974. Durante a década de sessenta há um surto industrial sem precedentes que muda a face do país, que tem como reflexo social o nascimento de uma nova classe operária com características próprias. Analisamos os antecedentes mais imediatos de lutas operárias e sindicais durante o período 1969 e 1974, pois existe unanimidade em relacionar esses movimentos com os que acontecem após a queda do regime fascista, sendo alguns destes últimos uma continuação de processos começados sob a ditadura. Como veremos, a degradação da situação social é patente nos meses imediatamente anteriores ao golpe dos capitães. Por

¹ Para Tariq Ali ou Daniel Bensaid, militantes que têm desenvolvido algumas lúcidas análises sobre o ciclo europeu de Maio de 1968, este só terá terminado no 25 de Novembro de 1975.

² Ver Simas, Nuno *Portugal clasificado – Documentos secretos norte-americanos 1974-75* Lisboa, Aletheia, 2008.

último, tentaremos encontrar os antepassados das CT's na estratégia dos sectores organizados do movimento operário, referindo-nos em particular às chamadas Comissões de Unidade e à participação em estruturas de empresa de iniciativa patronal – as comissões internas em empresas do grupo CUF.

Numa segunda parte, a partir do capítulo II, abordaremos directamente o objecto de estudo que definimos acima. Tentaremos fazer uma história sociopolítica dos meses que se seguem ao 25 de Abril, com especial atenção ao desenrolar da onda grevista que varre Portugal de Norte a Sul. De facto, são as greves e as ocupações que transformam o golpe militar numa revolução social. Quando o mês de Maio chega ao seu fim o país está completamente transformado. Em praticamente todas as empresas existem formas de organização nascidas da base e cheias de pujança que conduzem lutas radicais e fazem reivindicações que questionam abertamente o poder patronal no interior dos centros de trabalho. Em Lisboa e no Porto produzem-se as primeiras ocupações de casas. Durante o mês de Junho constituem-se os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, primeiro no distrito de Beja e depois em todo o Alentejo, que vão ser o primeiro passo para a Reforma Agrária no Sul num processo sem solução de continuidade. Se o primeiro assalto do movimento social dos trabalhadores é vitorioso, a classe confrontar-se-á rapidamente com problemas novos, que se resumem na necessidade de defender, consolidar e ampliar o poder conquistado, ameaçado pelas tentativas de reorganização do bloco contrarrevolucionário no campo político, que se traduzem no mundo das fábricas nos primeiros processos de despedimentos, fuga de capitais e encerramentos de empresas. A resposta dos trabalhadores passa pela coordenação entre diferentes comissões e pela tentativa de controlo sobre a produção, questões que vão estar na ordem do dia durante todo o processo revolucionário.

A coordenação entre CT's e o controlo da produção vão ser questões ligadas ao papel político que os diferentes projectos revolucionários concedem aos trabalhadores e às suas formas de organização e representação, no contexto político das crises sucessivas que sofre o processo (Julho e Setembro de 1974, Março e Julho-Agosto de 1975) e que ajudam à radicalização das lutas dos trabalhadores, e do próprio processo em definitivo. Neste aspecto faremos no nosso trabalho um corte temporal muito claro, considerando que o movimento autónomo dos trabalhadores, que vai em crescendo desde o verão de 1974 e que encontra expressão no desenvolvimento da Interempresas, sofre uma crise de que se não recuperará mais. Depois da manifestação da Interempresas de 7 de Fevereiro de 1975 as CT's serão cada vez mais instrumentos de projectos políticos, não mais conseguindo unir os trabalhadores enquanto classe durante os meses que vão até ao 25 de Novembro de 1975. Para esse efeito estudaremos a evolução do movimento dos trabalhadores desde a onda grevista de Maio e Junho de 1974 até à manifestação organizada pela Interempresas de Lisboa a 7 de Fevereiro de 1975, tentando fazer uma história política das CT's nesse período, considerando em particular as formas de luta e de organização que se desenvolvem e os conteúdos reivindicativos definidos, e os posicionamentos que partem das organizações partidárias que se reivindicam da revolução e do movimento operário.

O tema que abordamos foi, desde o primeiro momento, objecto da atenção de especialistas do âmbito académico que produziram uma abundante e interessantíssima literatura. Especial destaque merece o trabalho realizado pelos investigadores do GIS³, cujas produções foram sendo publicadas durante os anos 70 na revista *Análise Social*, que citaremos abundantemente ao longo do nosso estudo. Em particular não queremos

- ³ Ver o Anexo I de: SANTOS, M.^a de Lourdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. 1.^o vol., Porto: Afrontamento, 1977.

deixar de mencionar os trabalhos de Fátima Patriarca sobre os movimentos dos trabalhadores da Lisnave, onde se faz uma análise em profundidade dessas lutas à qual o investigador actual não será capaz de acrescentar novas informações significativas.

O conjunto destes trabalhos põe a nu o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, dentro de uma perspectiva sociológica predominante na época. Estes trabalhos, para além de serem reflexões de interesse sobre o nosso objecto de estudo, constituem uma fonte de informação valiosíssima que, dada a insuficiência de outras fontes documentais, se torna imprescindível.

Em 1977 a editorial Afrontamento publicou uma colectânea⁴ de textos do movimento operário que é uma fonte incontornável para quem pretenda estudar o tema na actualidade, e que recupera como introdução um texto publicado previamente na *Análise Social*. As referências a esta obra, e às citadas mais acima, serão constantes no trabalho que apresentamos.

Também nos anos imediatamente posteriores aos acontecimentos se desenvolveram investigações de especialistas norte-americanos⁵, que constituem uma visão pioneira sobre os acontecimentos que nos dispomos a estudar. Estas obras revelam dimensões e potencialidades do movimento social.

Mais recentemente, alguns autores que se têm debruçado sobre o movimento operário português têm posto em destaque o carácter espontâneo e radical do movimento, ligando estas características à ausência repentina de mecanismos de controlo e repressão por parte do Estado e ao conteúdo libertador do movimento militar triunfante. Neste sentido merecem um destaque especial as teses defendidas por Rafael

⁴ Santos, M. L., Lima, M. P. e Ferreira, V. M. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, três volumes, Porto, E. Afrontamento, 1977. A introdução, que constitui o primeiro volume da obra, fora publicada previamente na *Análise Social*.

⁵ Veja-se, entre outros: Downs *Revolution at the grassroots – Community organizations in the Portuguese Revolution*, New York, 1989, SUNY Press; Hammond, John L. *Building popular power – workers and neighbourhood movements in the Portuguese revolution*, N. York, Monthly review Press, 1988.

Durán Muñoz e Diego Palacios Cerezales⁶, este último um estudo mais amplo sobre o processo revolucionário de 1974-75.

No seu estudo R. Durán Muñoz assinala a dimensão libertadora do golpe militar, mostrando como os trabalhadores em luta manifestam a sua adesão aos princípios da nova situação política e identificam as suas condições de vida e de trabalho ao regime deposto. Há portanto uma relação directa entre as greves e o movimento militar, sendo aquelas não mais do que a translação do golpe libertador ao interior das empresas. As instituições de repressão e controlo estatal deixam de ser operativas, permitindo que as mobilizações se desenvolvam de forma radical. Todas as fontes e testemunhos que nos tem servido como material também apontam nesse sentido, e descrevem a enorme adesão e alegria que suscita na população a queda de Marcello Caetano. Também é preciso assinalar a crise daquelas instituições a seguir ao golpe dos capitães, que o trabalho de D. Palacios⁷ descreve de forma admirável. Como é sabido a DGS é extinta e nos primeiros dias de liberdade assiste-se à *caça ao pido* nas ruas de Lisboa. Também a Polícia de Choque, corpo especial da PSP para a repressão de manifestações, é dissolvida em Agosto. O próprio aparecimento do MFA supõe um fortíssimo golpe na instituição militar enquanto corpo hierarquizado. Os oficiais do 25 de Abril rompem com a disciplina militar tradicional, criando um precedente para os movimentos sociais que, nos últimos meses de 1975, tem um efeito boomerang no interior do próprio exército. Não parecerá exagerado dizer que a Revolução Portuguesa abre uma crise de funcionamento das instituições estatais, em particular daquelas que cumprem o papel essencial na manutenção da ordem social em posição destacada. Pela sua parte os

⁶ Rafael Durán Muñoz *Contención y transgresión: las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, CECIP, 2000, e Diego Palacios Cerezales *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa, ICS, 2003.

⁷ Na nossa opinião o principal contributo de D. Palacios na obra citada é uma visão rigorosa sobre a movimentação contra-revolucionária e a sua relação dialéctica com o desenvolvimento do processo revolucionário. O capítulo sobre a violência contra-revolucionária no Norte no Verão de 1975 é verdadeiramente esclarecedor.

movimentos sociais, que não encontram barreiras de contenção, sentem-se legitimados e identificados com o discurso libertador.

O contributo destes autores para o conhecimento do tema que pretendemos tratar parece-nos inquestionável, mas cremos ser importante ressaltar algumas questões. Por exemplo, convém analisar como alguns movimentos importantes da classe trabalhadora se confrontam com a ameaça e mesmo a repressão. Se a crise do Estado em Portugal em 1974-75 é inquestionável, também é certo que desde o poder político em crise se tenta pôr limites à pressão social. A ausência ou presença, e em que grau, da repressão dependerá do desenvolvimento do processo político, com os seus altos e baixos. E as próprias movimentações sociais incidem sobre o mesmo desenvolvimento da revolução. Acontecimentos como a greve dos CTT em Junho de 1974, a manifestação dos trabalhadores da Lisnave a 12 de Setembro desse ano e as greves da TAP e do *Jornal do Comércio* no mesmo mês, ou a manifestação da Interempresas a 7 de Fevereiro de 1975 serão exemplos de como o movimento social impõe a sua agenda no processo revolucionário. Não esqueçamos que o movimento operário que vem ao de cima com o 25 de Abril tem determinadas experiências acumuladas e referentes ideológicos, e não se desenvolve no vácuo. As greves e as ocupações de empresas no Portugal de Abril têm um contexto político marcado pelo Maio francês, pelos acontecimentos de 1973 no Chile e pela derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietname.

Existe também um outro tipo de literatura não académica, fruto da investigação e do esforço militante de muitos jornalistas, portugueses ou não, e pessoas que, nesses anos, foram atraídos pelos acontecimentos em Portugal⁸. As suas reflexões, e os dados que recolhem nas suas obras, também são elementos de incalculável valor para o

⁸ Ver as obras de, entre outros, D. Bensaid, P. Naville, P. M. Sweezy, P. Anderson, G. Filoche, referidas na bibliografia.

conhecimento e a análise dos acontecimentos que, no interior da sociedade portuguesa, se produziram depois do 25 de Abril.

Menção especial merecem algumas produções cinematográficas realizadas por cineastas portugueses e estrangeiros que filmaram a revolução. Trabalhos como *Bom Povo Português*, de Rui Simões, *Torre Bela*, de Thomas Harlan, ou *Scenes from the class struggle in Portugal*, de Robert Kramer são documentos vivos da história do país, que moldaram a imagem que temos dos acontecimentos de 1974-75. O extraordinário *Setúbal, ville rouge* de Daniel Edinger é uma obra em prosa das aspirações e das expectativas de toda uma geração.

Outra fonte que se caracteriza pela sua enorme riqueza é a imprensa do momento, seja do carácter que for. Com a libertação do *golpe dos capitães* nasce uma imprensa livre que se interessa pela situação e as lutas da classe trabalhadora. Os jornais estão repletos de relatos e análises sobre as greves que se desenrolam nesse momento, e encontramos uma imprensa comercial de variadas tendências que permite conhecer pontos de vista contraditórios sobre alguns acontecimentos. Por último, a imprensa militante dos grupos que se reivindicam na classe operária (que são praticamente todos) que também analisa e publica materiais das lutas.

Na nossa investigação fizemos um esforço especial por investigar documentos em primeira-mão, uma tarefa nada fácil. Os documentos referentes a estes primeiros momentos de *processo revolucionário em curso* são escassos: quem, no meio de tal explosão de entusiasmo e júbilo gerais, se teria preocupado com a morosa e aborrecida tarefa do arquivista? O conjunto das fontes directas sobre os acontecimentos que nos ocupam sofre dessa marca essencial que é serem produto dum movimento revolucionário.

O mesmo acontece com as fontes orais, que se ressentem da sua posição intermédia, no limbo entre a história e a memória, e da particularidade especial do momento histórico a que se referem. Os meses da revolução são um turbilhão de acontecimentos e processos, de emoções e sobressaltos, de alegrias e sofrimentos para os quais a memória humana é um suporte imperfeito. As lembranças misturam-se e, tantas vezes, os actores não são conscientes do valor dos seus actos.

Uma advertência final: não tentamos na nossa investigação fazer um levantamento quantitativo dos conflitos laborais no período que abordamos, antes tentamos sistematizar os dados que investigadores anteriores tinham já fornecido⁹. Não estão disponíveis dados oficiais comparáveis aos de outros países da Europa Ocidental. Dispomos, sim, de estimativas e contagens feitas em diversos trabalhos, que são aqueles com que trabalharemos no nosso estudo. Optámos por utilizar números em segunda mão, pois parece-nos que melhorar os trabalhos desse carácter já feitos era uma tarefa impossível considerando as nossas possibilidades. Cremos, porém, que o objectivo do nosso trabalho não se verá afectado por isso.

⁹ Ver os trabalhos de Rafael Durán Muñoz e do GIS (nota 4), referidos anteriormente, e os trabalhos de Orlando Neves, *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978; e Fátima Patriarca, “A revolução e a questão social. Que justiça social” in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, E. Colibri, 1999.

CAPÍTULO I. O OPERARIADO NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL

I.1. O crescimento económico da década de 60.

Nos inícios da década de setenta Portugal não era mais o *mundo de coisas pequenas*¹⁰, que o Estado Novo sonhara. Desde a década de cinquenta, e em especial ao longo dos anos sessenta, profundas transformações mudaram a face económica e social do país, surgindo um país muito diferente, mais industrial e mais urbano. Estas transformações criaram novos problemas e aspirações, que só no período posterior ao 25 de Abril iriam surgir em toda a sua profundidade.

Após a II Guerra Mundial a economia portuguesa acompanha o *boom* da economia mundial. Se numa primeira fase, até 1960, o ritmo de crescimento do PIB português é de 4.1% ao ano, mais lento que nos países mais desenvolvidos da Europa, tal não acontece a partir dessa data. Durante a década de 60 e até 1973 o crescimento do PIB nacional atinge a taxa sem precedente de 6.9%, dos mais altos da Europa. Se considerarmos a evolução demográfica do país vemos como esse ritmo de crescimento significou uma multiplicação por 2.5 do PIB per capita nesse mesmo período¹¹.

Se observarmos a evolução da estrutura do PIB temos uma expressão mais clara dessas transformações.

¹⁰ Ver, por exemplo, Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)”, in J. Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Estampa, 1998.

¹¹ Silva Lopes, J. *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa, Gradiva, 1996.

Quadro 1
Evolução e estrutura do produto
(1958-1973)

(preços de 1963)

Sectores	1958-1959	1967-1968	1972-1973	Taxas médias de crescimento anual	
				1968-1973	1958-1973
Primário	26,4	18,0	12,9	0,4	1,5
Secundário	34,6	44,1	48,5	9,6	9,2
Ind. transformadora	28,0	35,3	39,1	9,6	9,2
Construção	4,5	6,0	6,1	9,2	8,7
Terciário	39,0	37,9	38,6	8,0	6,8
PIB	100,0	100,0	100,0	7,6	6,8

Fonte: Américo Ramos dos Santos “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Alfa, Lisboa, 1989, p.125, cit. por Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)”, in J. Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Estampa, 1998.

Vemos como a parte do sector primário cai fortemente e de forma continuada, representando 26.4% em 1958-59 e apenas 12.9 em 1972-73. A perda de peso do sector primário na economia portuguesa é uma tendência secular, mas é agora que o sector atinge números semelhantes aos de outros países europeus. No mesmo período a parte do sector secundário passa de 34.6% para 48.5%, enquanto o sector terciário se mantém muito mais estável. Não sendo o nosso objectivo uma análise em profundidade deste processo de transformações estruturais do país, podemos desde já assinalar uma rápida industrialização nesses anos.

Esta evolução é ainda visível na evolução da estrutura da população activa, segundo os dados fornecidos por A. B. Nunes para o período 1950-1970, que aparecem no Quadro II. Assim, enquanto o total da população activa diminui em cerca de 150.000,

a população activa empregada na indústria transformadora passa de 24% para 33%, aumentando em cerca de 250.000 efectivos. A quebra da população activa agrícola é enorme, perdendo um terço dos seus efectivos. Observamos como na estrutura da população activa se verifica uma profunda mudança. Assim, ao lado do aumento do número de efectivos no sector industrial, existem alterações significativas noutros sectores. O comércio aumenta em metade os seus efectivos, os transportes não se ficam muito aquém, e há ainda um aumento importante do funcionalismo público. São sintomas do desenvolvimento de camadas médias urbanas na sociedade portuguesa que, a par do crescimento da população empregada na indústria, mostram um país em profunda mudança, mais desenvolvido, mais urbano e mais moderno.

É bem visível também um rápido processo de urbanização do país no período assinalado. A população concentra-se na faixa litoral que se estende de Braga e Setúbal, e sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Efectivamente, enquanto a população total de Portugal Continental e Ilhas diminui devido ao forte movimento migratório desses anos a população dos distritos mais desenvolvidos economicamente apresenta taxas de crescimento positivo. Lisboa, Porto e Setúbal, e em menor medida Aveiro e Braga absorvem, fruto do surto industrial assinalado acima, uma pequena parte da tradicional sangria migratória nacional, agudizada nos últimos anos do Estado Novo pela Guerra Colonial¹².

Na região da capital antigos núcleos suburbanos crescem de forma espectacular, como Almada, Amadora ou Queluz. Também “surtem” cidades dormitório como a Cova da Piedade, Venda Nova ou Brandoa, entre outras, que vêm crescer a sua população exponencialmente. Será, na quase totalidade dos casos, um crescimento desordenado e

¹² Durante os últimos anos do Estado Novo o número de desertores e refractários cresce exponencialmente.

Quadro 2
População activa segundo os diferentes sectores de actividade (1950-1970)

Sectores	1950		1960		1970	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total absoluto	3 196 482	100	3 315 639	100	3 060 870	100
Agricultura	1 523 118	48	1 398 265	42	965 930	32
Pesca	46 002	1	46 752	1	36 920	1
Indústria extractiva	25 075	1	26 199	1	12 200	0
Indústria transformadora	757 385	24	932 508	28	1 009 150	33
Transportes e comunicações	107 326	3	122 150	4	147 320	5
Comércio	255 348	8	308 563	9	377 205	12
Administração Pública e defesa	114 808	4	119 196	4	155 560	5
Serviços diversos	367 420	11	362 006	11	155 560	12

Fonte: Ana Bela Nunes, População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade, Dissertação de doutoramento apresentada no ISEG (policopiado), Lisboa, 1990, cit. por Fernando Rosas, “O Estado Novo (1926-1974)”, in J. Mattoso (org.), História de Portugal, vol.7, Lisboa, Estampa, 1998.

sem as devidas condições, proliferando bairros de barracas e clandestinos¹³. Para não falar da falta de serviços públicos essenciais e equipamentos.

No caso da cidade de Setúbal o grande crescimento industrial não é acompanhado pela construção civil. A habitação é um bem escasso e caro, e proliferam bairros de barracas sem as mínimas condições de higiene¹⁴. Após o 25 de Abril os movimentos sociais põem na ordem de trabalhos todos estes assuntos, não só as Comissões de Moradores (CM's) como algumas CT's preocupadas na melhoria das condições de vida dos trabalhadores para além dos muros da empresa¹⁵.

Temos assim uma radiografia muito geral das transformações dos anos sessenta em Portugal. Um país sem o peso esmagador da ruralidade do antigamente, que vive um crescimento económico acelerado e onde surge uma sociedade nova, crescentemente urbana e assalariada, com novas atitudes e expectativas. Expectativas que nem Salazar nos seus últimos anos nem a “Primavera Marcelista” podiam nem queriam tomar em consideração. A panela não fará mais do que explodir depois do 25 de Abril.

1.2. O movimento operário antes do 25 de Abril.

Não seria possível entender os acontecimentos no mundo do trabalho posteriores ao 25 de Abril sem fazer uma reflexão sobre as experiências prévias de lutas dos trabalhadores. O movimento operário português tinha já décadas de história, marcada no momento da revolução pelos anos de ditadura e repressão.

Desde uma perspectiva histórica o movimento operário vive sob a hegemonia do Partido Comunista Português, tanto no sentido ideológico como no terreno político e organizativo. O partido torna-se a força dominante durante os primeiros anos da ditadura

¹³ Os dados recolhidos no livro *Ocupação*, sobre a ocupação de um bairro pré-fabricado em Odivelas ainda antes do 25 de Abril são bem elucidativos...

¹⁴ Pinho, Jaime *Fartas de viver na lama – 25 de Abril – O Castelo Velho e outros bairros SAAL do Distrito de Setúbal* Lisboa, E. Colibri, 2002.

¹⁵ O problema da habitação e a construção de um bairro da empresa foi colocado à administração da Setenave pelo CTS.

de Oliveira Salazar, com o derrotado movimento de 18 de Janeiro de 1934 como pano de fundo. Nesses anos a repressão vai acabar com os restos do pujante movimento sindical da I República, e vai destruir a antiga organização anarco-sindicalista. Quando no período de 1942-45 se verificam grandes movimentos grevistas na indústria (num quadro de grandes dificuldades económicas e de derrotas dos regimes nazi-fascistas), é o PCP que aparece a dirigir o movimento. A greve da CUF em Julho de 1943 e a sua transformação num bastião operário do PCP, onde existiam grandes tradições anteriores, pode ser tomada como um momento determinante deste processo. Em Maio de 1944 o movimento grevista é organizado pelo próprio PCP¹⁶. A partir destes anos o PCP vai ser o único partido com uma implantação operária real, torna-se o partido hegemónico no movimento operário português, se quisermos, até os nossos dias. Efectivamente o golpe do 25 de Abril, com a enorme movimentação operária que se segue, será o único momento de crise dessa hegemonia. O PCP, o principal partido na classe trabalhadora, vê como surgem movimentos que contestam o seu papel dominante e as suas orientações. Pontualmente, em algumas empresas o partido vai ocupar, de forma mais ou menos temporal, uma posição política subalterna. O caso da Lisnave será, neste sentido, paradigmático.

A substituição de Oliveira Salazar na chefia do governo por Marcello Caetano vai criar certa expectativa entre os meios oposicionistas¹⁷. O novo Presidente do Conselho dá uma impressão de abertura no seu primeiro discurso na Assembleia Nacional, e a autorização do regresso de Mário Soares do exílio em São Tomé ajuda a fomentar essa imagem. Porém o PCP, a principal força da oposição democrática, vai cunhar o novo

¹⁶ Sobre o movimento de 18 de Janeiro ver Patriarca, Fátima *Sindicatos contra Salazar – A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000; sobre as greves da década de 40 ver Rosas, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa, E. Estampa, 1995 e Pacheco Pereira, José Álvaro *Cunhal: uma biografia política (vol. 2) - Duarte*, o dirigente clandestino, Lisboa, Temas e Debates, 2001

¹⁷ Declaração da ASP de Dezembro de 1968, Madeira, J. “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974.)* Lisboa, E. Notícias, 2004.

governo de *salazarismo sem Salazar*. Em Dezembro de 1968 uma reunião da Comissão Política do PCP traça uma apreciação dos três primeiros meses de governação do novo chefe de governo. Segundo João Madeira, *os intuitos liberalizantes do marcelismo, segundo o entendimento do Partido Comunista, teriam como objectivos insuflar as bases de apoio do regime, neutralizar e dividir a oposição e isolar o partido*¹⁸. A análise do PCP salientava a continuidade do regime, dentro da perspectiva que sempre mantivera sobre o salazarismo.

A mudança na chefia do governo acontece num contexto de agitação social¹⁹, marcado pelas greves dos pescadores de Matosinhos e conserveiros de Olhão e Setúbal, e pelo movimento da “greve da mala” na Carris. No momento de transição de poderes parece acontecer uma acalmia social que se rompe no início de 1969. O ano começa com um movimento de luto dos trabalhadores ferroviários em resposta aos exíguos aumentos salariais, que dura oito dias. Nas semanas seguintes verificam-se paralisações na CUF, Sapeç, Portugal e Colónias, Secil, Cometna, Utic, Wander e Sacor, entre outras²⁰. *A 3 de Fevereiro*, diz Fátima Patriarca, *o número de greves é considerado tão anómalo que o ministro do Interior admite haver “uma central que comanda todos estes movimentos” e ordena à PIDE que proceda a cuidadosas averiguações*²¹.

A mesma autora chama a atenção para a importância de um despacho do Ministério do Interior, com data de 19 de Fevereiro de 1969, sobre as “interrupções de trabalho”. Se bem que um despacho não tem força de lei, encontramos nele uma visão sobre a greve que, segundo Fátima Patriarca, *se encontra nas antípodas no Decreto-Lei n.º 23870 de 18 de Maio de 1934*²². Assim, a manutenção da disciplina nos locais de

¹⁸ J. Madeira, Idem, Ibidem.

¹⁹ Patriarca, F. “Estado social: a caixa de Pandora”, in Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974.)* Lisboa, E. Notícias, 2004.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Idem, ibidem.

²² Idem, ibidem

trabalho é considerada responsabilidade dos empresários em primeiro lugar. A intervenção das autoridades só deveria ocorrer por pedido expresso da entidade patronal, e teria apenas como objectivo assegurar a liberdade de trabalho e proteger a integridade de pessoas e bens.

Estava dado o tom para as medidas liberalizadoras na legislação sindical, que vão ver a luz ao longo do verão de 1969. Assim são promulgados o DL 49058 de 14 de Junho sobre as estruturas sindicais que altera a dimensão geográfica e profissional dos sindicatos e acaba com a homologação dos dirigentes eleitos, e o DL 49212, que torna obrigatória a negociação de Contratos e Acordos Colectivos de Trabalho, surgindo as figuras da conciliação e da arbitragem.

Aproveitando esta vaga de alterações legislativas toda uma série de sindicatos passam para as mãos de direcções oposicionistas. Já desde muito tempo atrás o PCP defendia nas suas orientações o trabalho nas organizações de massas do fascismo, e em particular nos sindicatos nacionais²³. Mas agora as chamadas “listas B” conquistam direcções de importantes sindicatos, como as dos metalúrgicos de Lisboa, Porto e Braga, e os Têxteis de Guimarães. O número de sindicatos com direcções oposicionistas se acercará dos 50 em vésperas do 25 de Abril. Significativamente, todo um conjunto de sindicatos e ordens profissionais passam a estar influenciados pela oposição. É o caso dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa e Porto, e das Ordens dos Engenheiros e dos Médicos, esta última conduzindo processos de luta significativos. Parece-nos que estes desenvolvimentos são sintomáticos da perda de apoio do regime entre sectores sociais que, tradicionalmente, eram pilar de apoio da ditadura²⁴.

No mês de Novembro de 1969 um movimento dos trabalhadores da Lisnave paralisa os estaleiros navais de Lisboa. O motivo é a indignação dos trabalhadores ao

²³ *O PCP e a luta sindical*, Lisboa, Ed. Avante!, 1975.

²⁴ F. Patriarca, Idem, *ibidem*.

conhecerem o aumento salarial decidido pela empresa, que consideram insignificante. A paralisação começa na tarde de 11 de Novembro e continua no dia seguinte. Na noite de 12 para 13 o estaleiro da Margueira é tomado pelas forças de ordem pública, com cães e GNR a cavalo, que dispersam os trabalhadores. Estes dirigem-se a Lisboa onde, na zona da Rocha, sofrem novas e brutais cargas da polícia de choque. Nos dias seguintes à greve os trabalhadores são readmitidos individualmente ao trabalho, com a obrigatoriedade de usar um cartão de identificação²⁵. Várias dezenas de trabalhadores perdem o seu emprego. Quando em Maio de 1974 a Lisnave é paralisada por uma greve, a readmissão dos despedidos e o saneamento dos responsáveis pela repressão farão parte das exigências operárias.

A chamada “primavera sindical” será de curta duração. Já em Novembro de 1970 a direcção dos Metalúrgicos de Lisboa é demitida e nomeada uma comissão administrativa para a substituir. A tolerância para com as reuniões sindicais, que tinham começado em Outubro de 1970, termina com a polémica sobre a representação portuguesa na Organização Internacional do Trabalho. A Intersindical retomará as reuniões em 1972, mas de forma mais fechada. Em Julho de 1971 são suspensas as direcções dos Sindicatos dos Bancários de Lisboa e do Porto, e substituídas por comissões administrativas. Um mês antes fora preso pela PIDE-DGS o seu dirigente Daniel Cabrita.

Todo o discurso corporativista do poder nunca conseguiu evitar que os trabalhadores recorressem à arma da greve em defesa dos seus direitos. Já tivemos oportunidade de assinalar movimentos como o das greves de 1941-45 e a onda de conflitualidade que marca a chegada de Caetano à presidência do conselho. No entanto o

²⁵ Depoimento escrito de Fernando Figueira, Maio de 2004. Ver Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Trabalho, sindicatos e greves no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1984.

último ano do Estado Novo parece ser o que conhece uma radicalização social profunda e estendida a uma grande variedade de sectores.

Uma luta que merece uma especial atenção é a dos trabalhadores da TAP, cuja Divisão de Manutenção e Engenharia estava adscrita sindicalmente aos Metalúrgicos de Lisboa. Após a eleição de uma direcção oposicionista no Sindicato dos Metalúrgicos, composta entre outros por trabalhadores desta empresa²⁶, os vários sindicatos que representam os trabalhadores da empresa encontram-se com um Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) praticamente fechado. Mas em Abril de 1972 um desses sindicatos, o da Marinha Marcante, com o acordo dos restantes, requer uma revisão extraordinária do Acordo. Trata-se do início de um processo com avanços e recuos, marcado pelo processo do Sindicato dos Metalúrgicos, por o surgimento dum processo de base profundamente democrático, em que os trabalhadores discutem o processo e a actuação sindical, e se conformam organismos de luta e vanguardas políticas²⁷.

No meio das negociações realizam-se reuniões informativas aos trabalhadores na *Voz do Operário*, ao Largo da Graça, que contam com uma presença massiva de trabalhadores, que aumenta de reunião para reunião. A 11 de Julho de 1973 a assembleia prevista é proibida pelo Governo Civil de Lisboa. Os muitos trabalhadores que se dirigem para a velha sala deparam-se com um *aparatoso dispositivo da PSP*. Para o relato dos acontecimentos que se seguem deixamos a palavra: *Não demorou que a força repressiva, com a habitual brutalidade que a caracteriza e que é do conhecimento geral da população, nos escorraçasse dali com atitudes de provocação que incitam à revolta*

²⁶ O novo presidente do sindicato, António Santos Júnior, era trabalhador da TAP.

²⁷ Entrevista a J. Franco e M. Pena, 11-8-2003.

*(...) não demoraram a utilizar os seus “cassetetes” agredindo ferozmente os presentes, que outro recurso não tiveram que não pôr-se em debandada.*²⁸

Muitos trabalhadores foram para as instalações do Aeroporto lisboeta, onde se repetem cargas policiais e cenas de brutal pancadaria. Os acontecimentos verificam-se no dia 12, quando a polícia de choque tenta impedir uma assembleia de milhares de trabalhadores. Segundo o relato que citávamos acima, *descrever os trágicos incidentes ocorridos, depois de disparados centenas de tiros e agressões violentíssimas, é quase impossível, (...) espancados foram muitas dezenas de trabalhadores TAP, sendo alvejados e invadidos edifícios do Aeroporto e atingidas várias viaturas.*

Mas o Aeroporto era um local privilegiado para que os trabalhadores pudessem reagir à violência policial. Concentrados num meio conhecido, rodeados pelos colegas, com uma variedade de formas de defesa ao seu dispor, os trabalhadores conseguem fazer recuar às forças repressivas. Num dos hangares, operários chegam a preparar o lançamento de corrosivos sobre a polícia²⁹. Os confrontos são extremos, e a polícia acaba por abandonar as instalações da Portela. Sentados no chão e despidos do capacete, alguns polícias choram de impotência³⁰. Por primeira vez na história do Estado Novo as forças do regime têm de recuar face à resistência de trabalhadores.

O confronto com a polícia ajuda à radicalização e politização dos trabalhadores, dentro e fora da empresa. Num texto de reflexão sobre a luta um grupo de trabalhadores da TAP considera:

(...) Mais uma vez os trabalhadores souberam responder à repressão, e entraram em greve.

²⁸ *Repressão capitalista mata um trabalhador*, um grupo de trabalhadores da TAP, 12-7-1973. CD 25 de Abril, U. Coimbra. A morte de um trabalhador foi uma falsa notícia que se propalou nos primeiros momentos de confronto.

²⁹ Entrevista a J. Franco e M. Pena, 11-8-2003.

³⁰ Sessão comemorativa dos 30 anos da luta da TAP, Abril em Maio, 13-7-2003.

E quando a polícia invadiu por segunda vez as instalações da TAP, foi obrigada a recuar, pois os trabalhadores tinham decidido responder-lhe e não só exigiram da Administração a saída da polícia, como se refugiaram armados no interior de aviões que valiam milhares de contos. (...)

Isto fez definitivamente recuar a repressão. Isto deu origem à instauração dum autêntico contra-poder operário que se opunha eficazmente ao dos capitalistas e do governo (...)

Quando a repressão diária e cínica dentro das empresas por intermédio dos cães de fila dos patrões não basta para adormecer e dividir os trabalhadores, então abate-se toda a violência assassina da burguesia de que os polícias de choque e os pides são meros instrumentos. ³¹

Os acontecimentos de Julho de 1973 terão consequências muito profundas posteriormente. Como veremos, a negociação do ACT arrasta-se até depois do 25 de Abril, mas às reivindicações dos trabalhadores da TAP une-se a exigência do apuramento de responsabilidades pelo acontecido e o seu saneamento da empresa. A experiência prática de luta ajuda os trabalhadores a retirarem consequências políticas, como o texto que citamos mais acima mostra perfeitamente. O anti-fascismo dá lugar ao anti-capitalismo.

No Outono de 1973 verifica-se uma vaga de lutas no sector do material electrónico, onde o patronato tenta impedir a homologação do Contrato Colectivo de Trabalho (ACT), o que só virá a acontecer depois do 25 de Abril. Face aos adiamentos e despedimentos verificam-se numerosas paralisações do trabalho desde Outubro de 1973. A 23 de Outubro paralisa a Applied Magnetics, seguindo-se a Plessey Automática de 24 a 27 do mesmo mês. Outras empresas que se movimentam são a Standard Eléctrica

³¹ *Lições de uma luta: TAP – Julho 73, um grupo de trabalhadores da TAP*, s.d. CD 25 de Abril, U. Coimbra

(Cascais), a Control Data (Palmela), a Signetics (Setúbal) e a General Electric (Arruda dos Vinhos), e já em 1974 na General Instrument e na Timex³². São lutas num sector onde as condições de trabalho são extremamente penosas, com salários muito baixos e uma mão de obra feminina e muito jovem (trabalhadoras de 16 a 18 anos, e até menos), adaptada a trabalhos de grande precisão no fabrico de componentes electrónicos, que supõem graves sequelas para a saúde destas trabalhadoras. Depois do 25 de Abril estas empresas serão protagonistas de lutas que analisaremos mais à frente com a devida profundidade.

No início de 1974 algumas das principais empresas metalúrgicas de Lisboa vão estar à frente da luta dos trabalhadores. A primeira paralisação é na Cometna, e estende-se a outras grandes empresas como a Sorefame, que paralisa o trabalho a 15 de Janeiro de 1974 sem sucesso no relativo às reivindicações apresentadas.

Na Cometna o movimento vinha desde 1973. No seguimento de uma paralisação em 1973, motivada com questões relativas aos horários, fora criada uma comissão com a aprovação da entidade patronal. Para falar deste movimento preferimos deixar a palavra a uma testemunha, dirigente dessa luta, cujo relato nos parece relevante para compreender como, na época, se conseguia mobilizar os trabalhadores numa situação de ausência de liberdades sindicais.

Em Novembro de 1973 apresentamos um CR. Um economista da CDE, o Eugénio Rosa, fez a fundamentação económica do CR: aumento do custo da vida, situação da empresa, produtividade (...).

Apresentamos o abaixo-assinado aos serviços de pessoal para o fazerem chegar à administração, e esta chamou àquela comissão dos horários para uma reunião com o director geral, o director da fábrica e outras chefias. Na reunião o

³² Cronologia retirada de: Santos, c. e Casimiro, J. *Movimento Operário: a década de 70*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1997.

administrador, o Alfredo Alves, dizia que aqueles eram métodos que ele não aceitava, havia alguns camaradas na comissão com algum medo. A política da administração era muito autoritária, eles diziam que os aumentos eram decisão exclusiva da empresa e negavam que aquela comissão estivesse a representar os trabalhadores, o que se contradizia com que nos convocassem para aquela reunião, e com a nossa própria eleição por iniciativa deles.

Foi então uma conversa um bocado tensa até que o Director Geral, o Eng. Ernesto Borges, que tinha vindo da África do Sul para ganhar 70 contos por mês, quando os ordenados dos engenheiros na empresa andavam pelos 30. (eu recebia nesta altura uns 8000\$ e o comum dos trabalhadores andava pelos 3000-4000\$). Ficou acordado darem uma resposta antes do fim do ano.³³

O prazo terminou sem os trabalhadores receberem uma resposta, e a 2 de Janeiro de 1974 alguns militantes e pessoas ligadas ao PCP percorrem as instalações da fábrica informando de que se iria paralisar o trabalho. A greve atinge toda a fábrica, e um grupo que realiza tarefas que não podem ser interrompidas (a vazão de uma peça de aço), só adere mais tarde. Os operários esperam, concentrados na fábrica, uma resposta à reivindicação dos 1500\$. Entretanto, é recebida uma visita da PIDE, que só é conhecida depois do 25 de Abril.

O Borges (Director-Geral) não estava contactável e o A. Alves (dono da empresa) estava em Lisboa a receber o prémio de melhor empresário do ano do jornal “A Capital”. (...)

A seguir vieram dois inspectores de trabalho, que na verdade eram agentes da PIDE. O certo é que fizeram um óptimo trabalho. Eu vi depois do 25 de Abril o relatório que eles fizeram e era um relato exacto da situação: a situação da

³³ Entrevista a Carlos Carvalho, 16-11-2001.

fábrica, quem era a comissão, quem era o responsável directo por aquilo todo. Eu não fazia melhor.

Cerca das 16 horas o Director-Geral chega à empresa, iniciando-se uma negociação. Duas horas depois aparece A. Alves, o patrão da empresa, com quem a comissão representativa continua as conversações.

O A. Alves estava bastante alterado, acusava-nos de pretender a destruição da empresa, que isso de greves era um desprestígio para a empresa. Nós contra isso falamos da cena da secção do aço e ele, que já sabia disso, deu-nos razão. (...). Ele recusou-se liminarmente a falar aos trabalhadores. Então nós propusemos que a gente entrasse para o refeitório e nos continuávamos a falar na messe, que era uma sala de jantar mais pequena para as chefias (que veio a ser extinta depois do 25 de Abril). Isto foi aceite, e foi importante porque assim a malta não desmobilizou, porque estava frio e chuva e era importante mantermos aquela pressão dos trabalhadores concentrados.

Só se chegou a acordo pelas 11 da noite. Nesse espaço de tempo nós saíamos cada 20 ou 30 minutos para informar aos trabalhadores. “Menos de 1000 já não vão” e a malta a gritar, a bater palmas. (...) o acordo foi um aumento geral de 1200\$ (...)

34

A União Tomé Feiteira de Viana de Leiria é um outro conflito que interessa referir. Face aos aumentos de salários que se esperava que se viessem a verificar em 1974, e face a uma mobilização dos trabalhadores, a empresa tenta obrigar os trabalhadores a assinar uma rescisão de contrato prometendo uma futura reintegração nos quadros da empresa. Se bem que a entidade patronal não tenha conseguido o seu objectivo, ela decreta o *lock-out* que se mantém durante várias semanas. Parece-nos que o teor da declaração serve

³⁴ Idem

para demonstrar a atitude de uma parte muito significativa do patronato português antes do 25 de Abril, habituado a dispor dos seus trabalhadores ao seu bel-prazer. Assim, o documento diz o seguinte:

DECLARAÇÃO

Eu, operário metalúrgico, abaixo assinado, declaro de livre vontade que, tendo sido despedido com justa causa (...) por ter tomado parte activa na paralisação total do trabalho na fábrica da Empresa de Limas União Tomé Feiteira, aos 5-2-1974, e tendo solicitado a minha readmissão, concordo com as condições que me são propostas, a saber: perda da antiguidade relativa à relação ou relações de trabalho com a empresa, anteriores à greve; cumprir integralmente os deveres que me são impostos por lei, comprometendo-me à prestação de trabalho com zelo, lealdade, assiduidade e respeito para com os superiores hierárquicos e companheiros de trabalho; a manter, como mínimo, a média de produção do último semestre; não voltar a tomar parte activa ou passiva em quaisquer actos ilícitos atentatórios aos interesses da Empresa e da economia nacional; aceitar a prestação de trabalho sem qualquer aumento de remuneração em relação à anterior ao meu despedimento, salvo quando imposta por via contratual, via administrativa ou com aumento voluntário ou de mútuo acordo feito com a entidade patronal.

Vieira de Leiria

*Asss.*³⁵

Por último, atenção particular merece os órgãos de empresa surgidos nas empresas durante o fascismo. A linha de actuação do PCP, principal, e quase única, força organizada dentro da classe trabalhadora, combina o trabalho legal dentro da estrutura

³⁵ Bandeira, J. G. e Humberto, L. *Os trabalhadores e o lock-out em Vieira de Leiria*, Porto, E. Afrontamento, 1974.

sindical corporativa, fazendo pressão no seu interior e apresentando listas aos corpos directivos, com o trabalho nas empresas, lutando contra a entidade patronal através da mobilização dos trabalhadores e da criação de Comissões de Unidade. Essa será a tática desde as greves dos anos 40 até o final do Estado Novo³⁶. As Comissões de Unidade serão órgãos sem uma estrutura definida nem estável, surgindo no decurso de lutas concretas com o objectivo de ser uma representação genuína dos interesses desses trabalhadores. Trata-se de uma forma de luta que faz parte da tradição mais profunda do movimento operário. Uma tática semelhante, mas que se transforma no seu desenvolvimento, é aplicada pelo Partido Comunista de Espanha desde os anos 60 com as *Comisiones Obreras*, surgidas inicialmente na indústria mineira das Astúrias (La Camocha em 1956, greves de 1962-63) de forma espontânea e como criação natural do movimento. A estratégia desenvolve-se e desloca-se para o interior dos sindicatos do regime, conquistando as forças de oposição (comunistas e cristãos de base, fundamentalmente) posições nas estruturas do *Vertical*.³⁷

Em Portugal as Comissões de Unidade são criadas no momento da luta por iniciativa de trabalhadores mais politizados ou mesmo militantes comunistas. Mas as comissões são também alvo fácil para a repressão e não vão ser órgãos com continuidade. Porém, fazem parte da tradição de luta da classe trabalhadora e, significativamente, a CU da Mague, em greve no dia 25 de Abril, é ratificada pela assembleia de trabalhadores e se transforma em CUTMA (Comissão Unitária de Trabalhadores da Mague). Efectivamente, “CUT” ou Comissão Unitária de Trabalhadores será uma designação muito cara aos militantes do PCP, aparecendo essa designação noutras empresas com implantação comunista, como a Sorefame, a CUF ou os E. N. de Viana do Castelo, entre outras.

³⁶ *O PCP e a luta sindical*, Lisboa, E. Avante!, 1975.

³⁷ Ver Ruiz, D. (coord.) *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*, Madrid, E. Siglo XXI, 1994.

Da parte da extrema-esquerda, a sua agitação irá no sentido de ampliar a sua influência junto de camadas operárias, tentando criar órgãos que possam contrariar a hegemonia do PCP. Neste sentido um dos grupos mais activos nos meses finais da ditadura, o MRPP, lança a palavra de ordem de criação de Comités Operários, que agrupariam os activistas revolucionários nas empresas. Trata-se de uma palavra de ordem que o Movimento mantém nas semanas seguintes ao 25 de Abril, e que será ultrapassada pelo movimento de massas.

Outro antecedente para as CT's que tem que ser assinalado é um conjunto de “comissões internas” que aparecem em dezenas de empresas antes do 25 de Abril³⁸, e que têm uma tradição mais extensa nalgumas empresas do grupo CUF. Criadas por iniciativa patronal, desfrutam alternadamente da participação activa e do boicote dos trabalhadores mais militantes. Na CUF, onde no início dos anos 60 a empresa cria uma Comissão Interna com a missão de discutir os problemas que afectam os trabalhadores - à excepção dos salários, a estratégia do PCP passa por essas fases, apresentando candidatos apoiados pela estrutura do Partido umas vezes e outras fazendo força pelo boicote e o desmascaramento destes “órgãos de colaboração”³⁹. Valente assinala cerca de 40 casos de empresas em que se criam órgãos deste tipo e que, como veremos, são varridos pela maré de combatividade de Maio e Junho de 1974. Nenhum deles a sobrevive. A sua dissolução será uma reivindicação dos trabalhadores dessas empresas que criarão rapidamente comissões eleitas, num movimento grande movimento que transforma o país por completo.

³⁸ Ver Valente, J. C. “O movimento operário e sindical (1970-76) entre o corporativismo e a unicidade” em Brandão de Brito, J. M. *O país em revolução*, Lisboa, E. Notícias, 2002.

³⁹ É conhecido que na década de 60 na CUF os trabalhadores escolheram para defender os seus pontos de vista... um mudo.

CAPITULO II: O 25 DE ABRIL E AS GREVES DE MAIO E JUNHO DE 1974

No mês de Maio de 1974 uma vaga de greves de dimensão sem precedente percorre o país de Norte a Sul. No seu desenvolvimento o movimento dos trabalhadores despoleta uma grande vaga de movimentos sociais que transforma o golpe de estado dos Capitães numa verdadeira revolução. Neste capítulo do nosso trabalho analisaremos o movimento grevista no seu desenvolvimento temporal e territorial.

Conforme vimos no capítulo precedente toda uma série de empresas e sectores de produção tinham conhecido processos reivindicativos importantes nos meses anteriores ao 25 de Abril. As novas condições políticas que se abrem a seguir ao golpe militar permitem que os trabalhadores se lancem na luta, utilizando desde o primeiro momento formas de luta verdadeiramente radicais, difíceis de imaginar umas semanas antes. Tentaremos fazer um percurso pelas greves para ter uma ideia da extensão do movimento e do conteúdo das reivindicações.

II.1. Para uma perspectiva cronológica do movimento.

As abundantes imagens e documentos que existem sobre o desenrolar das operações militares do golpe documentam, desde a primeira hora, a alegria e entusiasmo gerais na população. Desde o primeiro dia as ruas são uma festa, as pessoas confraternizam com os soldados, e as questões de política depressa vão substituindo os temas de conversa habituais, para instalar-se duradouramente. Nos últimos dias de Abril verificam-se já paralisações e greves em empresas importantes. Porém nestes primeiros dias de liberdade parece que o movimento mais importante em relação ao mundo do trabalho é o processo de ocupação e saneamento dos Sindicatos nacionais, que vêm como se multiplicam reuniões e assembleias com o intuito de eliminar as direcções

afectas ao regime deposto⁴⁰. O principal facto político da semana é a realização das grandes manifestações organizadas pelo Intersindical para o 1º de Maio.

As manifestações do dia do Trabalhador, como é sabido, são grandiosas. O 1º de Maio é comemorado em centenas de cidades e vilas do país de norte a sul do país. Milhões de pessoas participam em desfiles e concentrações, marcadas pela euforia provocada pela situação aberta pelo 25 de Abril. A jornada vai constituir um referendo popular de apoio à acção dos militares.

A manifestação em Lisboa é gigantesca, calculando os jornais do dia seguinte os manifestantes em um milhão. O desfile organizado pela Intersindical parte do Martim Moniz e termina no Estádio da FNAT, que é rebaptizado “Estádio 1º de Maio”. Ali discursam, para além de Álvaro Cunhal e Mário Soares, dirigentes da central sindical com discursos que resumem as inquietudes da população assalariada, denunciando a repressão do fascismo, os salários de miséria e a gestão da Previdência, fazendo referência à má gestão e a corrupção das instituições corporativas. O conteúdo e o tom dos discursos dos sindicalistas é muito mais radical que o dos líderes políticos⁴¹. Alguns deles referem-se abertamente à necessidade de uma transformação socialista da sociedade. Nas palavras dos dirigentes da Intersindical detecta-se o profundo ódio dos trabalhadores ao aparelho repressivo do regime deposto, presente dentro das empresas e financiado com os salários dos trabalhadores. Está a vir ao de cima o desejo de justiça pela repressão e as humilhações sofridas. Nos conflitos laborais, como veremos, ao lado das reivindicações puramente materiais estendem-se outras de carácter político como o saneamento, que põe em causa a onipotência do patrão nos locais de trabalho.

⁴⁰ Um movimento protagonizado por militantes do PCP e que criará polémica, como veremos no capítulo IV.

⁴¹ No filme *As armas e o povo*, produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Cinema e Televisão, estão recolhidas algumas partes desses discursos, junto a outras imagens do 1º de Maio em diversas localidades do país.

De qualquer maneira já nesta primeira semana de liberdade temos notícia de movimentos em grandes empresas da área de Lisboa. Assim na Mague os trabalhadores, em greve no próprio dia 25 de Abril, vem aceites as suas reivindicações a dia 30. Já a 30 de Abril o corte de um programa emitido na emissora católica Rádio Renascença despoleta um conflito laboral que terá profundas repercussões na vida política do país⁴². A 2 de Maio um plenário de trabalhadores da TAP exige o saneamento da Administração da empresa e a participação dos trabalhadores na gestão da companhia. No domingo dia 5 um plenário nacional dos CTT elege uma Comissão Pró-Sindicato. Mais de dez mil trabalhadores dos Correios encham o Pavilhão de Desportos de Lisboa. Ambos os plenários (o da TAP e o dos CTT) são o começo das importantes lutas que vão desenvolver-se nas semanas e meses seguintes, com profundas implicações no processo revolucionário. Também nestes primeiros dias de liberdade são abundantes as notícias do movimento sindical. Há saneamentos de direcções e ocupações de sedes sindicais como acontece nos sindicatos dos Motoristas, Construção Civil e ferroviários de Lisboa, e as dos Padeiros e Escritórios do Porto⁴³. No dia 27 há uma reunião da Intersindical com vista a própria manifestação do 1 de Maio, e uns dias depois um grupo de trabalhadores ocupa o edifício do Ministério das Corporações na Praça de Londres, mudando o nome deste para Ministério do Trabalho, mais de acordo com o momento político.

Na semana de 6 a 12 de Maio os conflitos sociais tocam as grandes unidades industriais da margem sul do Tejo: Siderurgia Nacional, Lisnave, CUF, Timex...

Ao longo da semana os trabalhadores da Siderurgia Nacional apresentam o seu caderno reivindicativo e dirigem-se à administração da empresa em tom agressivo. Entre as suas reivindicações destaca-se a do saneamento dos quadros ligados ao anterior

⁴² Ver Ribeiro, N., *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, UC, 2002.

⁴³ Para uma cronologia mais detalhada destes processos ver: *Maio '74 dia-a-dia*, Lisboa, Abril em Maio e E. Teorema, 2001

regime. O conflito levará a intervenção pessoal de António Champalimaud nos dias seguintes.

A 6 de Maio inicia-se o conflito da Timex que irá estender-se até Abril de 1976, com o encerramento final da empresa. Os trabalhadores realizam um plenário, elegem uma Comissão de Trabalhadores e aprovam um caderno em que se destaca a exigência do saneamento dos responsáveis pela repressão da greve de Fevereiro de 1974. Outro conflito de longo alcance que se inicia neste momento é o da Messa, unidade industrial localizada em Mem Martins. A 9 de Maio os trabalhadores reúnem-se e discutem as suas reivindicações.

No grande estaleiro da Margueira os trabalhadores decidem em plenário as suas reivindicações no dia 10. Por fim na CUF os trabalhadores elegem uma CT a 10 de Maio. Será no dia 14 que a grande fábrica do Barreiro, bastião tradicional do movimento operário e do PCP, é paralisada por uma greve geral, por vez primeira desde 1943.

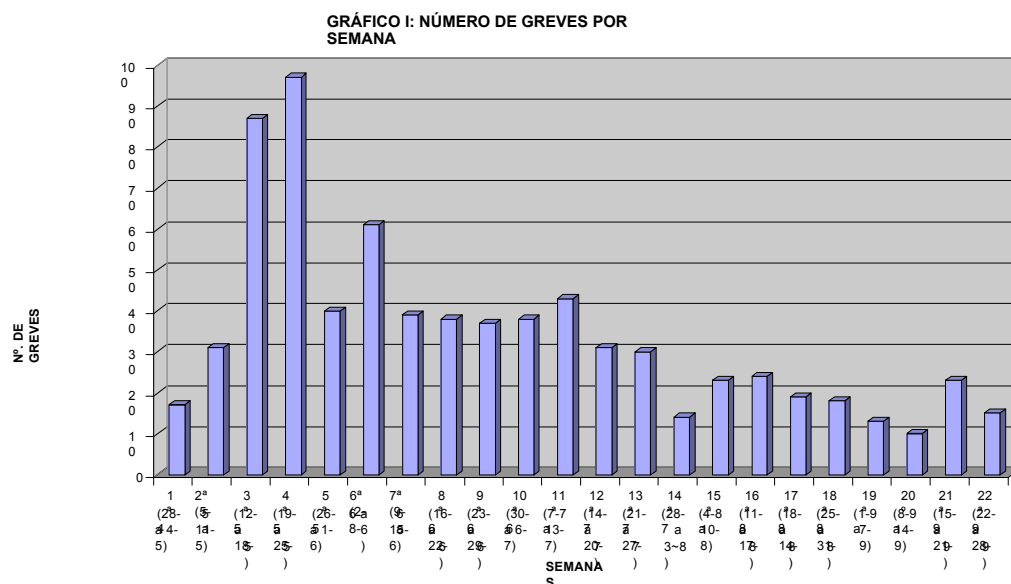
Na semana seguinte (13 a 19 de Maio) as greves alastram e estendem-se por todo o país. Orlando Neves contabiliza 87 conflitos de trabalho⁴⁴. A 13 paralisam as minas da Panasqueira na Beira Alta, e a Metalúrgica Duarte Ferreira no Tramagal. Na Cambournac os trabalhadores apresentam um CR no dia 13. Também temos notícia da ocupação de unidades da Firestone em vários pontos do país.

Nesta semana também se inicia a greve do sector dos lanifícios, que é enquadrada por uma estrutura sindical dirigida por elementos da oposição democrática. A greve estender-se-á até ao dia 25, afectando os principais centros desta indústria (Covilhã, Portalegre, Mira d'Aire). Também há notícia de uma greve de pescadores na Nazaré, primeiro conflito desta classe e que se vai estendendo paulatinamente a outras comunidades piscatórias: Peniche, Sesimbra, Matosinhos.

⁴⁴ Orlando Neves, (dir.), *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978.

Ao longo da semana os conflitos laborais estendem-se. Assim no dia 14 há paralisações de trabalho na grande empresa de construção civil J. Pimenta, em diferentes estaleiros. Nas minas da Borralha segue-se o exemplo da Panasqueira, e na construção naval o conflito social alastra: na Lisnave é decidido a 15 a laboração de apenas duas horas por turno, e no dia 16 os trabalhadores da Setenave decidem acompanhar as reivindicações dos seus camaradas da Margueira⁴⁵.

Por último devemos fazer referência a outros conflitos de alcance. Na região do Porto inicia-se um movimento grevista em várias empresas do sector têxtil que tem um forte carácter de fábrica⁴⁶. Na Covina a administração aceita o CR sem greve.



Segundo dados de Orlando Neves em *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978.

A semana de 20 a 25 de Maio terá sido o pico do movimento grevista de Maio-Junho segundo a contagem mencionada acima, com 97 conflitos. Por um lado continuam acesas importantes lutas, como a da Lisnave (que aceita o acordo oferecido pela administração no dia 22) e Timex, e dão os primeiros passos outras que vão ter grande

⁴⁵ Nesta altura a Setenave está a iniciar a laboração.

⁴⁶ As empresas que aparecem referidas na imprensa são: Tinturaria Vaz Pereira, Sifal, Lusotufó, Têxtil João Duarte. *República*, 21-5-1974.

relevância. É por exemplo o caso da Companhia das Águas de Lisboa, que vai levar ao pedido de nacionalização e ocupação da empresa por parte dos trabalhadores, e que será decretada pelo governo provisório em Junho. Também começa a luta no complexo de fábricas da ITT em Cascais (ITT- Semicondutores e Standard Eléctrica), que analisaremos mais à frente.

A semana começa com duas manifestações promovidas por estruturas sindicais. Em Lisboa manifestam-se cerca de 2.000 trabalhadores dos lanifícios, um sector paralisado na luta pelo CCT. Também a 20 de Maio manifestam-se no Porto 20.000 trabalhadores metalúrgicos em luta pelo CCT, que está a ser negociado nessa cidade. Se o acordo na Lisnave e a fixação de um salário mínimo nacional de 3.3000\$ no final da semana poderiam fazer pensar num acalmar do conflito social, as cada vez mais prováveis greves da Carris, dos CTT e da panificação na capital tornam ainda mais tenso o ambiente social e político.

A última semana de Maio inicia-se com a paralisação completa dos autocarros, eléctricos e padarias da capital, acompanhados por importantes indústrias na periferia. No Porto os trabalhadores dos STCP apresentam as suas reivindicações, e as lutas tocam algumas cidades da província: Coimbra (Agfa-Gevaert) e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Na Carris e na panificação, as greves são decididas pelos trabalhadores com a rejeição dos sindicatos respectivos. A paralisação é completa e termina no dia 30. O mês de Maio termina com o início da greve na fábrica de pneus Mabor em Lousada (Trofa) que dará ao movimento um manifesto que resume um certo balanço da onda de greves.

Hoje temos condições mais favoráveis para impor os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos quem são os nossos verdadeiros e falsos

amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso (...)

Hoje sabemos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes sobre quem tudo produz e pouco recebe existe. Hoje sabemos que só quando todos os explorados se unirem contra os exploradores conseguiremos vencer total e definitivamente. Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor, por uma vida digna de homens certos de que caminhamos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

VIVA A JUSTA GREVE DOS OPERÁRIOS DA MABOR

*UNIDOS VENCEREMOS*⁴⁷

Nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, quase no extremo Norte do país que contam com cerca de 1000 trabalhadores, vai-se produzir uma greve já no final de Maio. O estaleiro era um ponto forte do PCP na região Norte do país, onde existiam estruturas clandestinas do partido e dos movimentos mais alargados da oposição. As reivindicações apresentadas são puramente económicas, nomeadamente um salário mínimo de 6000\$, um mês de férias com subsídio, subsídio de Natal e 40 horas de trabalho⁴⁸. Forma-se uma comissão *ad-hoc* e no dia 27 começa a paralisação que durará quatro dias.

A 31 de Maio é feito público um comunicado conjunto da administração e da comissão provisória de trabalhadores. São conseguidos 5000\$ de salário mínimo e outros aumentos salariais, 44 horas de trabalho, e outras regalias reivindicadas pelos operários.

⁴⁷ *Manifesto dos grevistas da Mabor*, 29-6-1974. Reproduzido in *Revolução*, nº. 6, 5-7-1974

⁴⁸ *Comunicado nº3 da Comissão Provisória*, 24-5-1974

A empresa aceita pagar os dias de greve⁴⁹. Depois da greve a comissão *ad-hoc* organiza um processo para a eleição de uma CT definitiva, que será eleita por secções e estará formada por 21 elementos⁵⁰.

Em Junho o movimento grevista mantém-se forte, contabilizando cerca de 160 conflitos no total⁵¹. Ainda se vão desenrolar lutas de grande fôlego como a greve geral dos CTT. As greves estendem-se e alastram nos núcleos piscatórios por todo o país, sendo este um sector com tradições de luta durante todo o Estado Novo. Mas quiçá o facto mais importante para o desenrolar da revolução seja que a chama da luta social nas empresas e nos bairros urbanos passe sem solução de continuidade para os campos do Sul⁵².

II.2. Um movimento de massas: reivindicações e formas de organização

Como vemos o golpe militar do 25 de Abril transforma de raiz a situação social. Muito diferente do 5 de Outubro de 1910 a revolução não chegou pelo telégrafo mas agiu nos anseios mais profundos da sociedade portuguesa. Depois da massiva adesão às manifestações do 1º de Maio segue-se uma onda de greves que atinge quase todas as concentrações industriais e operárias do país e se estende, se bem que num processo diferente, às colónias a caminho da independência⁵³. No meio urbano produzem-se desde o primeiro momento ocupações de casas que vão dar lugar a um movimento muito diversificado que procura profundas mudanças na habitação, nos equipamentos, no

⁴⁹ *Comunicado conjunto da administração-comissão*, 31-5-1974.

⁵⁰ A Comissão de Trabalhadores funciona até o mês de Novembro, quando temos constância de desentendimentos com a União de Sindicatos de Viana do Castelo. Após uma série de acusações a CT dos ENVC demite-se, e é eleita uma Comissão de Delegados Sindicais que escolhe entre os seus membros sete elementos para formar uma nova CT (depois alargada a nove elementos). A partir desta data o principal tema reivindicativo nos ENVC será a nacionalização da empresa

⁵¹ Contagem de O. Neves, em Neves, O. (dir.), *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978

⁵² Ver por exemplo os trabalhos de Blasco Hugo Fernandes, António Murteira e Lino de Carvalho, assinalados na bibliografia.

⁵³ Depois do 25 de Abril verificam-se greves na Siderurgia, Textang, Pepsi-Cola e trabalhadores portuários. *Voz do povo*, nº. 14 e 16, 5 e 19-11-1974.

espaço urbano e no exercício do poder no espaço da cidade⁵⁴. Este movimento é, essencialmente, protagonizado socialmente por trabalhadores assalariados e suas famílias. Como já assinalámos, em Junho, num momento alto de greves industriais e urbanas, começa o movimento dos trabalhadores rurais do Sul, que apresenta muitas diferenças com os movimentos camponeses tradicionais. Exigem melhores condições de trabalho e garantias de estabilidade do emprego, e nos novos CCT os proprietários são obrigados a contratar determinado número de trabalhadores. Meses depois o desrespeito a essa regra levará às primeiras ocupações de terras, no início de 1975. O movimento social dos trabalhadores é a matriz de todos os movimentos sociais da Revolução Portuguesa.

No mundo das empresas o panorama aparece completamente transformado depois dos meses de Maio e Junho. O movimento grevista conquista um salário mínimo nacional que supõe uma melhora das condições económicas de mais de metade da população assalariada⁵⁵. Nas empresas onde decorrem lutas o balanço de poderes no local de trabalho altera-se radicalmente, não podendo os patrões e as administrações agir com a liberdade com que gozavam antes do 25 de Abril. No interior das empresas os trabalhadores conquistam a liberdade e a capacidade de discutir todos os aspectos da actividade laboral. Conquistas que vão usar nos novos processos de luta que, como vamos ver, vão ser substancialmente diferentes dos que até agora tinham acontecido. Agora o fantasma da crise e do desemprego paira em praticamente todos os conflitos.

Devemos assinalar uma série de características globais que apresentam as reivindicações apresentadas durante os conflitos laborais de Maio-Junho. Segundo o

⁵⁴ Ver os trabalhos de Charles Downs, Maria Rodrigues e Jaime Pinho, assinalados na bibliografia.

⁵⁵ Ver o trabalho de M^a. Lúcia Leitão e Vera Freitas *Análise das disparidades salariais no pós 25 de Abril*, Lisboa, Moraes, 1982.

trabalho pioneiro do Gabinete de Investigações Sociais⁵⁶, que considera 158 conflitos entre 25 de Abril e 31 de Maio de 1974, predominam nos conteúdos das exigências dos trabalhadores reivindicações de tipo económico e político, em concreto o salário mínimo (45.9% do total), o saneamento de patrões e pessoal de direcção⁵⁷ (43.3%) e aumentos salariais (42%). Em relação aos aumentos salariais os autores desse estudo salientam o carácter igualitário das reivindicações salariais, com uma grande extensão da exigência de aumentos uniformes e de igualdade salarial para as mulheres e os menores. O aparecimento do saneamento em segundo lugar também é enormemente significativo. A exigência do afastamento da empresa de elementos acusados de conivência com a repressão e falta de capacidade coloca o poder patronal em questão. A empresa torna-se um espaço de luta entre os trabalhadores e os capitalistas particulares, que sempre exerceram uma autoridade incontestada no interior das empresas. Agora, os trabalhadores consideram-se no direito de discutir as decisões do empresário e de pô-las em causa.

As Comissões de Trabalhadores afirmam-se como a estrutura essencial de organização dos trabalhadores. Surgidas no calor da luta, em processos de assembleias e apresentação de reivindicações, aparecem como a forma natural para superar uma situação sindical muito particular e fazem parte do repertório tradicional das formas de luta da classe operária.

É um facto comprovado que nos processos de luta que analisámos as estruturas sindicais do velho aparelho corporativo têm um papel muito limitado, actuando como direcção das lutas em particular em duas ocasiões. Trata-se dos Lanifícios e dos Metalúrgicos, dois sectores onde existiam sindicatos com uma forte tradição de luta e com direcções oposicionistas, da confiança dos trabalhadores. No âmbito da empresa os

⁵⁶ Lima Santos, M. L., Pires de Lima, M. e Matias Ferreira, V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977 (1975).

⁵⁷ Segundo o estudo citado, calculam-se em cerca de 1000 os patrões e administradores saneados.

trabalhadores encontravam-se repartidos em sindicatos variados, numa estrutura sindical que mantinha muitos rasgos dos sindicatos de ofício. Não existiam formas de representação sindical nas empresas como delegados sindicais ou equivalentes, salvo em casos particulares onde as direcções as criavam numa situação de semi-clandestinidade.

A seguir ao 25 de Abril a Intersindical surge à luz do dia e começa a organizar-se na nova situação de legalidade. Depois das manifestações do 1º de Maio a actividade da Intersindical é intervir de forma externa aos conflitos que se desenvolvem nas empresas, seja na qualidade de central sindical ou dos próprios sindicatos sectoriais. Em algumas situações a relação não é pacífica, e as teses defendidas pela Intersindical sobre as greves não terão facilitado o aparecimento de estruturas sindicais em muitas empresas⁵⁸. Efectivamente na actividade da central é evidente a influência da linha política do PCP. A 13 e 14 de Julho realiza-se uma Assembleia Geral da central, que reconhece que *os sindicatos actuais não têm capacidade de resposta e de coordenação das situações criadas pelas lutas reivindicativas a nível de empresa devido à sua estrutura que, na maioria dos casos é de âmbito profissional*⁵⁹. São tomadas decisões no sentido de reorganizar o movimento sindical português.

Assinalámos no capítulo I algumas formas de organização que funcionam como um referente histórico para o aparecimento das CT's a seguir ao 25 de Abril, mas a eleição de delegados representativos e responsáveis perante a assembleia faz parte das tradições de luta da classe trabalhadora, tão antiga quanto o próprio movimento operário. Na nossa opinião a originalidade das Comissões de Trabalhadores na Revolução Portuguesa reside em terem sido uma forma de organização que era natural ao movimento. Para além disso, cremos que era a única eficaz num conflito directo com a

⁵⁸ Nas páginas dos jornais dos grupos de extrema-esquerda podem ler-se dezenas de entrevistas, declarações depoimentos de trabalhadores muito críticos com a actuação da Intersindical nos conflitos. Em muitos casos a actuação desta é qualificada de “amarela” e “fura-greves”.

⁵⁹ Intersindical Nacional, *Projecto de reestruturação sindical*, Julho de 1974.

entidade patronal. A queda da ditadura e a liberdade são acompanhadas pela imediata exigência da melhoria das condições de vida, que se traduz em reivindicações salariais⁶⁰ e segurança no emprego. Predomina uma ideia de democracia envolvida em conceitos igualitários, em que a democracia política é ligada à “democracia social”. *A paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação*⁶¹, o refrão da conhecida canção resume os anseios do 25 de Abril numa verdadeira palavra de ordem. O raquítico *Estado Social* marcelista é posto ao nu, assimilando-se naturalmente ao fascismo todas as situações de miséria.

As greves de Maio-Junho são, em certa medida, a continuação natural da libertação do 25 de Abril para o mundo do trabalho. O movimento de greve é em grande medida espontâneo e explosivo. As tímidas iniciativas que tomam os militantes são acolhidas quase unanimemente, muitas vezes é difícil dizer como começa uma luta. Não quer isto diminuir a importância das lutas anteriores, dos duros esforços de grupos de pessoas para movimentar e consciencializar as massas. A diferença é que agora existe um sentimento geral de ter chegado o momento de “mudar as coisas”. As acções colectivas são sentidas e qualificadas como fazendo parte de uma transformação geral do país iniciado pelo golpe dos capitães. A melhora das condições de vida e trabalho está associada à recusa das arbitrariedades e das injustiças que se verificam no local de trabalho. Os despedimentos sem justa causa, despromoções, falta de progressão na carreira, más condições de trabalho, a qualidade ou falta de equipamentos na empresa (cantinas, refeitórios), são mostras de fascismo que devem ser combatidas e reparadas. O mesmo acontece com quadros ligados às instituições repressivas ou acusados de incompetência e mau trato aos trabalhadores, para quem se reclama o saneamento.

Deste grande movimento de greves e reivindicações de Maio-Junho nasce uma rede de Comissões de Trabalhadores com diversas denominações e formas de eleição, mas

⁶⁰ Já analisámos atrás pormenorizadamente os conteúdos reivindicativos das greves de Maio-Junho.

⁶¹ Sérgio Godinho, *Liberdade*, 1974. O seu primeiro LP depois do 25 de Abril reflecte esplendidamente os anseios do país acordado para a liberdade.

que têm em comum serem representativas e responsáveis face aos trabalhadores e terem nascido em processos de luta mais ou menos radicais. Podemos considerar que a existência de CT's é tão generalizada quanto o movimento de greve e reivindicação que varre o país nesses dois meses⁶². Como se assinalou no capítulo precedente existe uma grande diversidade nas diversas formas de eleição e da própria organização interna da CT. Já vimos CT's formadas por delegados eleitos por sector, que é a forma predominante em grandes empresas da região de Lisboa, como a CUF, a Lisnave ou a SN. Mas as formas específicas adoptadas são muito variadas. Na Mague a Comissão de Unidade, que vinha de antes do 25 de Abril, é ratificada pela assembleia. Na Cambournac os trabalhadores elegem delegados por serviço e turno, e os delegados eleitos são submetidos ao voto de uma assembleia geral. Na MEC os sete membros da CT são eleitos nominalmente e por voto secreto⁶³. Nos primeiros momentos de conflito existem CT's *ad-hoc*, em alguns casos auto-nomeadas, que orientam algumas movimentações e se legitimam, e depois dão passos para criar estruturas mais definitivas. A eleição e o voto de confiança de uma comissão fazem parte da grande maioria dos cadernos reivindicativos.

As CT's surgem do próprio movimento de maneira autónoma. Nenhum partido lança a palavra de ordem de eleição de comissões nas empresas. O único que poderia fazê-lo, o PCP com a sua influência na Intersindical, vai desenvolver uma linha política muito moderada, muitas vezes hostil em relação às greves, dando maior importância à organização sindical, defendendo a ordem social face à ameaça de desestabilizar a nova situação. Os partidos da extrema-esquerda têm no seu discurso slogans no sentido de os

⁶² Como assinalámos em relação a outros indicadores quantitativos, o investigador depara-se com elementos de análise muito limitados. Os dados estatísticos que conhecemos sobre número de CT's são um estudo realizado pelo PCP segundo o qual haveria entre 980 e 1000 CT's antes da aplicação da Lei 44/79. No seu livro Phil Mailer refere 2000 CT's no Outono de 1974, sem fornecer qualquer fonte para esse número.

⁶³ Entrevista a Jerónimo de Sousa, 17-6-2003

trabalhadores lutarem e criarem as suas formas de representação, slogans inseridos em programas mais vastos⁶⁴. Dessa forma o MRPP fala na criação de Comissões Operárias que devem ter um programa que coincide com os posicionamentos do próprio partido⁶⁵. Genericamente os militantes do PCP e da extrema-esquerda estão presentes nas CT's, e estas vão tornar-se em espaços de disputa entre os projectos políticos. A linha hegemónica será a do PCP, mas é uma hegemonia contestada em muitas empresas, por vários agrupamentos políticos concorrentes entre si.

Nos meses seguintes vão desenvolver-se lutas dos trabalhadores em circunstâncias políticas, sociais e económicas diferentes às que existiam logo após o 25 de Abril. A Revolução segue o seu curso e vai-se radicalizando. Em Julho cai o I Governo provisório chefiado por Adelino da Palma Carlos, depois de ver rejeitado pelos militares do MFA um projecto de lei que previa a eleição de Spínola como presidente e um adiamento das eleições para a Constituinte. Significativamente, o novo primeiro-ministro é Vasco Gonçalves. Em Setembro, e depois de uma série de conflitos laborais que se confrontam com medidas repressivas muito reais, têm lugar a tentativa de manifestação da *maioria silenciosa*. Sem pretender entrar no pormenor destes acontecimentos, o certo é que este novo falhanço das forças conservadoras dá alento às forças mais à esquerda do panorama político e cria um ambiente político favorável a formas de luta e reivindicações cada vez mais radicais.

⁶⁴ Excepção feita do PRP-BR. Num artigo aparecido em *Revolução*, 12-7-1974, este partido defende as CT's como forma autónoma e democrática dos trabalhadores face a um movimento sindical menos controlado pela base. Partindo do quadro histórico da luta operária na ditadura e depois do 25 de Abril o PRP-BR defende a organização de CT's numa linha pró-organização autónoma dos trabalhadores, sem excluir outras possibilidades, como a aberta pela CPS dos CTT.

⁶⁵ *Luta popular*, editorial, 6-6-1974.

II.3. As greves e a política. O papel das vanguardas revolucionárias

Desde os últimos dias de Maio verifica-se uma grande ofensiva política e mediática contra o recurso à greve. Desde os primeiros dias de Maio os apelos à tranquilidade e ao interesse nacional repetem-se com frequência crescente, e cada vez desde mais lugares. No dia 6 a Junta de Salvação Nacional condena as reuniões no horário de trabalho e os atentados à hierarquia, apelo que é secundado pelo PS e pelo PPD. Com o aprofundar da situação estes apelos à calma social estendem-se ao próprio PCP. Desde o poder, e passando pelo conjunto dos partidos com presença no Governo Provisório, transmite-se a ideia da necessidade de moderação e confiança na nova ordem política, e de que as mudanças não se podem implementar de forma imediata. A fixação, a 23 de Maio, de um salário mínimo nacional de 3300\$ aparece como uma consequência da luta social, que se generalizara de norte a sul do país.

Na última semana de Maio verifica-se uma verdadeira ofensiva política contra o movimento grevista. Na segunda-feira dia 27 o general Galvão de Melo lê uma “carta de um português” na RTP, e ao longo da semana forças políticas como o MDP e o PCP posicionam-se criticamente face às greves que estão a decorrer. Em idêntica posição está a Intersindical, que organiza uma manifestação contra as greves selvagens. No dia 1 de Junho manifestam-se em Lisboa, convocados pela Intersindical, vários milhares de pessoas, contra o uso indiscriminado da greve. No final da manifestação discursa o Ministro do Trabalho.

A linha política assumida pelo Partido Comunista considera que Portugal precisava de uma fase prévia à construção do socialismo, um período denominado nos documentos do partido como de *revolução democrática e nacional*⁶⁶. Nesta fase um governo de ampla coligação de diferentes forças progressistas, em representação dum

⁶⁶ Ver, por exemplo, CUNHAL, Álvaro *Rumo à vitória*. Porto: A Opinião, 1974.

bloco social abrangendo da classe operária à pequena e média burguesia anti-monopolista, eliminaria os factores de atraso da formação social portuguesa (agricultura atrasada e latifundista, analfabetismo, questão colonial, poder económico dos monopólios), criando condições para a passagem ao socialismo.

A eclosão dum movimento operário de massas e fora do controle das estruturas sindicais existentes põe objectivamente em perigo uma tal aliança de classes. As próprias camadas burguesas do bloco social podem virar-se em sentido contrário, apoiando soluções de carácter reaccionário. Nesta linha é necessário travar o desenvolvimento do movimento das massas, que se torna inconsequente e aventureiro porque não percebe as necessidades do momento político.

A 28 de Maio o Comité Central do PCP divulga um comunicado acerca das manobras da reacção, acusando as forças que se opõem às transformações políticas que se operam no país de estarem a fomentar o surto de greves, ajudadas por grupos de provocadores ditos de esquerda:

Estamos perante o conluio dos elementos mais reaccionários ainda não desalojados das suas posições pelo movimento de 25 de Abril, os quais, com a ajuda consciente de grupos de aventureiros ditos de esquerda, procuram empurrar a situação para o caos económico e destruir as conquistas democráticas até agora alcançadas. (...)

Estas manobras, daqueles que estão interessados na contra-revolução e no retorno do fascismo, são facilitadas pela acção de grupos e grupelhos aventureiros que sob uma fraseologia de esquerda estão dando o flanco às manobras contra-revolucionárias (...)

A classe operária e todos os trabalhadores têm de estar vigilantes, têm de compreender o sentido das profundas alterações políticas ocorridas no país e

*defender firmemente as liberdades alcançadas. Os operários portugueses não se prestarão a ser utilizados contra o regime democrático saído do movimento de 25 de Abril e contra o Governo Provisório, em que o PCP, o Partido da classe operária, está representado.*⁶⁷

Este comunicado faz referências directas às greves da Carris e da panificação de Lisboa, que logo comentaremos, denunciando a acção de agentes provocadores da reacção. No dia 29, é a vez do Presidente da Republica, o General Spínola, alertar para o perigo de o país cair na anarquia e no caos económico. Nessa noite a RTP lança-se numa grande *soirée* anti-greve: numa mesa redonda PCP, PS, PPD, MDP/CDE e a Intersindical expõem os seus pontos de vista sobre a questão e, a seguir, transmite-se uma entrevista com o Ministro do Trabalho, o militante do PCP Avelino Gonçalves.

Como assinalamos nestes últimos dias de Maio rebentam as greves dos padeiros e da Carris, ficando a capital sem serviços essenciais como são os transportes públicos e o abastecimento de pão. Reúnem-se as condições para que os sectores políticos mais moderados lancem os ataques mais virulentos contra o uso da greve. Neste sentido o comunicado do PCP referido anteriormente assinala que a greve da Carris foi promovida pela administração da empresa, e que por trás da dos padeiros se encontram alguns industriais do sector e “reconhecidos agentes fascistas”. Muitos militantes comunistas interiorizam estes posicionamentos. Um operário da Sorefame declara ao órgão do partido: *a greve é um direito fundamental, uma prática nossa no terror fascista, como um importantíssimo instrumento de luta, não deve ser desbaratada a propósito de tudo e de nada*⁶⁸.

Uma posição diferente será a defendida pelos grupos da extrema-esquerda que se multiplicam depois do 25 de Abril e assumem posições de apoio às greves. O próprio PS

⁶⁷ Comunicado do CC do PCP, 28-5-1974

⁶⁸ “Trabalhadores da Sorefame: um exemplo de organização”, *Avante!*, 26-7-1974.

tem posicionamentos mais combativos em alguns conflitos laborais. Torna-se necessário tentar medir a influência e capacidade do PS e outros partidos para oferecer uma alternativa ao Partido Comunista.

Antes do 25 de Abril pode-se afirmar que a influência de forças políticas rivais do PCP dentro do movimento operário é muito limitada⁶⁹. O MRPP consegue intervir nas lutas das empresas do sector de componentes electrónicos, mas tê-lo-á feito externamente às empresas, o que servirá para que o MRPP colha os frutos desse esforço militante a seguir ao golpe militar, ganhando uma influência real entre os trabalhadores das empresas desse sector.

Ao lado do MRPP, aparecem os grupos de militantes ou mesmo activistas a título individual que mais tarde estarão na origem do MES, fundado depois do golpe militar. Na sua maioria são pessoas provenientes do cristianismo progressista, mesmo que em muitos casos essas origens sejam nesta altura bastante longínquas e tenham já evoluído para posicionamentos abertamente marxistas. Entre os casos mais relevantes podemos assinalar os casos de dirigentes sindicais como Manuel Lopes (Lanifícios de Lisboa) ou António Santos Júnior e Jerónimo Franco, que fora e era, respectivamente, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e trabalhadores da TAP. Os dois primeiros farão parte da Comissão Organizadora do MES em Maio de 1974⁷⁰.

A situação transforma-se radicalmente com o golpe dos capitães e a eclosão de movimentos sociais que se segue. O discurso mais radical destes partidos, unido aos posicionamentos muito reticentes face às greves, faz com que ganhem uma audiência significativa entre os trabalhadores. Entre o universo de grupos que proliferam no processo revolucionário parece-nos que as correntes mais influentes vão ser as de origem

⁶⁹ Ver o artigo de J. Madeira in Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada...*

⁷⁰ “Declaração do MES” in MES, *Intervenção política*, Lisboa, 1974.

estalinista e/ou maoista. Outras correntes políticas de diferentes matrizes têm uma implantação operária muito mais reduzida. O trotskismo, representado em particular pela Liga Comunista Internacionalista (LCI) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), influente entre os operários radicalizados em outros países da Europa, só faz pequenos progressos entre a classe trabalhadora, mantendo-se como um grupo essencialmente estudantil e que terá um papel significativo na organização dos soldados e marinheiros. De resto, os grupos anarquistas e conselhistas têm um impacto muito reduzido.

As principais características dos posicionamentos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), num primeiro momento, e dos grupos que desembocarão na União Democrática Popular (UDP), depois, é uma aplicação mecânica dos esquemas definidos por Dimitrov no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935. Estes grupos defendem um sistema de “Democracia Popular”, um regime ainda não socialista mas de amplas liberdades para o povo e de verdadeira independência nacional, e que assentaria numa aliança de operários e camponeses em colaboração com as camadas intermédias da sociedade. Na sua actuação, como a generalidade dos grupos com esta matriz, ambos destacam-se por um recalcitrante doutrinário, sendo provavelmente o MRPP o mais destacado nesse sentido.

Nos primeiros tempos da revolução podemos calcular que o MRPP terá sido o partido que mais se tenha destacado. Os seus ataques de grande virulência ao PCP e a radicalidade do seu discurso, ter-lhe-ão permitido conseguir influência em algumas empresas e conquistar militantes operários. É conhecida a influência que este partido tem em empresas como os TLP, a TAP, a Cambournac, a Timex (em cuja CT o MRPP vai ter uma influência importante), entre outras. No desenvolvimento dos acontecimentos

detectamos a presença (que não parece muito significativa) do partido em outras importantes empresas, como são a Lisnave, a SN ou o Metropolitano de Lisboa.

O MRPP tinha sido criado em Setembro de 1970 da convergência de vários grupos de oposição à esquerda do PCP e exercia uma importante influência no movimento estudantil de Lisboa, em particular na Faculdade de Direito. De qualquer forma, desde a sua fundação fazia esforços por penetrar nos meios proletários (aliás, como era feito por todos os grupos de extrema-esquerda). O MRPP torna-se conhecido pela virulência dos seus ataques ao PCP e pela total identificação com a Revolução Cultural Proletária conduzida desde 1966 por Mao-Tse-Tung. A morte de José Ribeiro Santos, assassinado pela PIDE-DGS em 1973 durante uma mobilização estudantil, dará um grande prestígio ao partido. Logo a seguir ao 25 de Abril o MRPP tornar-se-á o principal grupo à esquerda do PCP. Mas no movimento operário a sua influência será relativamente reduzida em comparação com os grupos que criam a UDP, que desenvolvem raízes em muitas das grandes indústrias da zona de Lisboa.

Como veremos mais à frente os grupos m-l serão muito activos, apesar de não contarem ainda com uma estrutura partidária definitiva. Entre os militantes que criam a UDP estão conhecidos membros das CT's da Lisnave, Setenave e Efacec-Inel. Outro importante apoio é a Comissão Pró-Sindicato dos CTT, que é dirigida por um militante m-l. A influência desta corrente política em transformação crescerá durante os meses de 1974 e 1975, ganhando apoiantes entre sectores de jovens trabalhadores.

Efectivamente está ainda por fazer a história da formação da UDP⁷¹. Porém neste trabalho será necessário traçar algumas linhas essenciais desse processo. Esta concretizar-se-á em Dezembro de 1974 mas as origens do partido remontam à

⁷¹ Ver o artigo de J. Madeira em Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada*, Lisboa, 2004; e Martins, J. P. e Loureiro, R. "A extrema-esquerda em Portugal" in *História*, nº 17, 1980. Sobre a esquerda armada ver, dos mesmos autores, "Organizações armadas de 1967 a 1974" in *História*, nº 18, 1980.

dissidência de Francisco Martins Rodrigues com o PCP. Depois de ser expulso do PCP, Rodrigues cria em 1964 o Comité Marxista-Leninista Português e a Frente de Acção Popular. O novo agrupamento é rapidamente destruído pela repressão da PIDE, restando apenas núcleos no exterior do país. À catástrofe organizativa segue-se uma crise organizativa, ou melhor dizendo, uma série de crises. Na clandestinidade proliferam grupos que se consideram m-l com pouca ligação entre eles, e muitas vezes enfrentados entre si. No momento do 25 de Abril podem-se contar pelo menos sete agrupamentos de importância⁷².

A realidade surgida com o golpe militar de 25 de Abril e a explosão de conflitos sociais colocam os diversos grupos numa situação complexa. A revolução pela qual lutavam tinha começado e a divisão entre grupos era um impedimento para a acção no movimento social. A necessidade de superar as divisões vai-se impor, com muitas dificuldades como seria de esperar, e vai prevalecer o desejo de “reconstruir” um Partido Comunista que desde o XX Congresso do PCUS deixara de ser um partido revolucionário. Na superação das divergências terão jogado papéis de destaque dirigentes do PCdoB, como Diógenes Arruda e João Amazonas.

Um dos primeiros momentos do processo de unificação é a conferência que integra o Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (marxista-leninista) e o grupo *Luta Comunista*, realizada em Julho de 1974. O agrupamento surgido, que mantém a denominação de CARP (m-l), faz um apelo às restantes organizações marxistas-leninistas no sentido de agirem conjuntamente e superar as divisões com a discussão política e o trabalho prático⁷³. Nas teses aprovadas faz-se uma análise aprofundada da

⁷² São: o CARP (m-l), a Luta Comunista, os Comités Comunistas Revolucionários (m-l), a União Revolucionária (m-l), a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa e dois PCP (m-l) enfrentados entre si.

⁷³ Saudação e apelo, Teses da conferência de fusão do CARP(m-l) e “Luta Comunista, 12 e 13 de Julho de 1974, in *Luta Comunista*, nº 1, Agosto de 1974.

situação política posterior ao 25 de Abril, traçando uma linha que dá prioridade ao combate político ao PCP e ao apoio às lutas operárias e populares. No referente ao movimento operário e sindical destacam-se os ataques à linha do PCP, que é definido como um inimigo do movimento:

A grande campanha do partido revisa (sic) e dos chefes amarelos da Intersindical contra o movimento grevista deve ser desmascarada perante toda a classe pelos ML.

Aos sermões revisas tentando atemorizar os operários com o espantalho do “caos económico” e apontando as greves como causadoras da ruína da pequena e média burguesia, devemos responder que a classe operária não tem por encargo resolver as dificuldades da burguesia não monopolista, mas resolver os seus próprios problemas e o seu próprio “caos económico” que é a miséria que sofre.

Aos gritos alarmistas de que as greves enfraquecem o governo provisório e abrem o caminho à reacção, devemos responder que a base da resistência popular anti-fascista é o desenvolvimento máximo da iniciativa proletária; por isso, quem abre o caminho à reacção são justamente aqueles que sabotam e dividem o movimento operário – os revisionistas e todos os reformistas.

Ao argumento de que as greves vêm reforçar o domínio monopolista e imperialista sobre a economia nacional, devemos responder que o processo de concentração capitalista não foi inventado pela classe operária nem depende dela e só acabará com o derrubamento do capitalismo⁷⁴

Também são criticados os posicionamentos de outros grupos da extrema-esquerda favoráveis à autogestão, alertando dos perigos que apresenta essa forma de luta.

⁷⁴ Teses da conferência de fusão do CARP (m-l) e “Luta Comunista, 12 e 13 de Julho de 1974, in Luta Comunista, nº 1, Agosto de 1974.

O CARP (m-l) vai publicar o semanário *Voz do Povo* e entre os seus dirigentes destacam-se Francisco Martins Rodrigues e João Pulido Valente.

Os contactos entre os grupos vão continuar e em Dezembro de 1974 o CARP (m-l), a União Revolucionária (m-l) e os Comités Comunistas Revolucionários (M-L) lançam a União Democrática Popular como plataforma unitária dos grupos com vista às eleições para a Assembleia Constituinte de 1975. Os três grupos unificam-se, dando lugar à Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (m-l). O proponente público da UDP e o seu deputado eleito na Constituinte serão ambos operários da Lisnave. Posteriormente, em Dezembro de 1975 realiza-se o congresso que funda o Partido Comunista (Reconstruído), resultado da fusão da ORPC (m-l), do CMLP⁷⁵ e da maioria da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP). Este último grupo estava fortemente implantado no Norte do país. A UDP continuará a ser a estrutura pública do partido recém-criado, a “frente de massas” do PC (r).

Também o Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias, movimento armado saído do PCP e activo nos anos finais da ditadura, vai ganhar audiência entre a classe operária da Lisnave e outras empresas, ajudado pela aura da luta armada. O partido virá a ter influência nos movimentos populares da cidade de Setúbal. Também a LUAR influirá em alguns militantes jovens⁷⁶.

O PRP dá uma atenção especial ao desenvolvimento da organização autónoma dos trabalhadores⁷⁷, que é reconhecida nas CT's que surgem das greves de Maio e Junho. Assim o PRP afirma que, face a um movimento sindical que está alinhado com o poder político, e salvo excepções como a CPS dos CTT, *devem defender-se as comissões*

⁷⁵ Este CMLP é uma das fracções do PCP (m-l), que entretanto mudara o seu nome.

⁷⁶ Entrevista a Henrique Guerreiro e Eusébio Camacho, 3-5-2002.

⁷⁷ PRP, “Manifesto ao proletariado português”, 12-5-1974, reproduzido in *Revolução*, 8-6-1974.

*eleitas, ou outras a eleger, como verdadeiras representantes dos trabalhadores das empresas*⁷⁸,.

⁷⁸ “Comissões de Trabalhadores ou Delegados Sindicais?” in *Revolução*, 12-7-1974.

CAPÍTULO III: *VIVA A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA!* – OS CONFLITOS DO MUNDO DO TRABALHO DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Neste capítulo tentaremos estudar os acontecimentos que se verificam numa série de empresas da região de Lisboa e Setúbal. O critério que seguimos foi o de estudar as principais unidades industriais, acrescentando-lhes determinados casos cuja abordagem se justifica pela repercussão pública alcançada na época ou pelo papel que as suas CT's viriam a assumir nos processos de coordenação posteriores. Com esta hipótese de trabalho a nossa intenção é obter uma perspectiva global sobre o desenvolvimento do movimento operário na concentração industrial do Tejo. Apenas damos uma atenção em profundidade a dois conflitos laborais exteriores à indústria, a luta dos CTT e do Jornal de Comércio que devido à repressão sofrida têm uma repercussão profunda no movimento global.

III.1. Siderurgia Nacional (Seixal)

Na Siderurgia Nacional, empresa situada no Seixal com cerca de 4200 trabalhadores, é realizada a 2 de Maio uma reunião na qual é exigida a imediata demissão da Administração. No dia seguinte é apresentado um caderno reivindicativo (CR) por uma comissão *ad-hoc* em que se pede a entrada em vigor do ACT, a demissão de dois quadros da empresa, um prémio de valor igual para todos os trabalhadores, a readmissão de trabalhadores despedidos desde 1-1-1974 e a criação e reconhecimento de uma comissão representativa dos trabalhadores. O CR inclui um ultimato à



1. Siderurgia Nacional (Seixal)
2. Lisnave (Almada)
3. Lisnave (Lisboa)
4. Setenave (Setúbal)
5. Mague (Alverca)
6. MEC (Alverca)
7. Cometna (Amadora)
8. Sorefame (Amadora)
9. Companhia União Fabril (Barreiro)
10. Messa (Mem Martins, Sintra)
11. Timex (Charneca da Caparica, Almada)
12. ITT e Standard Eléctrica (Cascais)
13. Applied Magnetics (Sacavém)
14. DSEP (Sacavém)
15. Cambournac (Cacém, Sintra)
16. Cergal (Belas, Sintra)
17. Socel (Setúbal)
18. Charminha (Pontinha, Lisboa)
19. Sogantal (Montijo)
20. TAP (Lisboa)

Nota: No período estudado, os concelhos de Amadora e Odivelas faziam parte, respectivamente, de Oeiras e Loures.

Administração da empresa: se até ao meio-dia de 6 de Maio as reivindicações não forem aceites a produção será paralisada pela greve⁷⁹. Intervêm a direcção da empresa e o corpo técnico. Este último solidariza-se com os trabalhadores e disponibiliza-se para, em conjunto com a CT, contactar A. Champalimaud. Na sequência desta iniciativa a CT decide alargar o prazo dado à Administração. A CT vai seguir uma política cuidadosa, no sentido de que não se acuse os trabalhadores de não querer colaborar com o novo poder saído do 25 de Abril.

No dia 8, A. Champalimaud reúne-se com a CT. Os representantes dos trabalhadores acusam a empresa de ter feito pressão junto dos órgãos corporativos no regime anterior para demorar a entrada em vigor do ACT. Referindo-se a um dos quadros para os quais é exigido o saneamento, um delegado dos trabalhadores diz que *ela é desumana a ponto de pretender que uma mulher casada não deveria ter filhos para não ter necessidade de faltar ao trabalho e que o seu abuso de autoridade e influência era tal que os próprios directores ajoelhavam perante ela*⁸⁰. O “patrão do aço” mostra-se receptivo a algumas das reivindicações, como na questão do prémio igual para todos os trabalhadores, mas defende os quadros da empresa para os quais é exigido o saneamento, A intervenção directa do dono da companhia que discursa perante uma assembleia dos trabalhadores evita que a greve avance. Até ao final do mês os trabalhadores da empresa discutem o funcionamento da nova CT⁸¹, para a qual elegem os seus representantes no dia 27. São eleitos delegados de cada sector da empresa. A nova CT reúne-se pela primeira vez no dia 30. As reivindicações de Maio ressurgem na greve de Dezembro de 1974, como veremos mais adiante. Porém existem trabalhadores descontentes com o

⁷⁹ A greve não afectará serviços que possam sofrer perigo de inutilização como o alto-forno e a coqueria, conforme se pode ler no CR.

⁸⁰ “Resumo da reunião da CT da SN com o Sr. António Champalimaud” in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977. vol. 2, pág 23.

⁸¹ Vai ser denominada Comissão Executiva dos Trabalhadores da SN.

resultado desta primeira greve, como o demonstra um comunicado da CT *ad-hoc* (antes de a nova CT ter sido eleita) em que esta se sente *na obrigação de CHAMAR A ATENÇÃO DOS TRABALHADORES para as manobras divisionistas de certos grupos que não se identificam*, e que querem fazer crer que *o que se obteve foi mais uma derrota do que propriamente uma vitória*.⁸² Em Junho a luta reacenderá perante o impasse das conversações entre as CT e a Administração da empresa. Após várias assembleias os trabalhadores manifestam-se em Lisboa e conseguem a satisfação de algumas reivindicações: 30 dias de férias com subsídio, pagamento do trabalho em feriados e folgas a 300% e saneamento da administração da empresa⁸³.

III.2. Estaleiros Navais

III.2.1. Lisnave (Almada e Lisboa)

A indústria de construção e reparação naval conhece um enorme surto de desenvolvimento nos últimos anos da ditadura⁸⁴. Em 1966 inaugurara-se o gigantesco estaleiro da Margueira orientado para a reparação naval. A Lisnave, incluindo as instalações de ambas as margens do Tejo, empregava cerca de 8000 trabalhadores. Em paralelo nascia na Mitrena, nos arredores de Setúbal, o mastodôntico estaleiro da Setenave, pensado e lançado na conjuntura associada à crise do petróleo. No momento do 25 de Abril, como veremos, a Setenave está a iniciar a laboração.

Como referimos no capítulo I, os estaleiros lisboetas tinham conhecido a luta e a repressão nos primeiros meses de 1969. A 9 de Maio de 1974⁸⁵ é realizada uma assembleia nos refeitórios da Margueira. A iniciativa parte de militantes de partidos de esquerda (PCP, PS, PRP, grupos m-l) e tem dois objectivos: a extinção da CIE e eleger

⁸² “Trabalhadores:”, CT da SN, s.d.

⁸³ O. Neves, pág. 212.

⁸⁴ Ver Faria, M. F. *A indústria naval em Portugal*, Lisboa, E. Inapa, 2001.

⁸⁵ Praticamente toda a informação sobre a Lisnave é tirada das investigações de Patriarca (vid bibl.). Os seus trabalhos constituem uma análise muito mais aprofundada do que a que apresentamos aqui.

uma estrutura representativa provisória. A unanimidade é total no que se refere à CIE, mas o debate surge no que toca às novas estruturas representativas⁸⁶. Decide-se criar uma comissão de base sindical⁸⁷ num prazo de 11 dias, sendo reconhecida de forma provisória a comissão *ad-hoc* que organizara a mesma assembleia. Surge no debate a ideia de preparar um caderno reivindicativo, mas acaba por ser dada prioridade à promoção da unidade e à representação.

A paralisação espontânea de operários que trabalham num navio ao início da tarde do dia 11 marca um momento importante no processo de luta. O protesto nasce sem organização e objectivos definidos e mostra a tensão que se vivia na empresa. A CT a que a assembleia dera legitimidade pára o movimento explicando que o momento ainda não é oportuno nem está devidamente preparado.

Durante os dias seguintes formam-se grupos de trabalhadores que discutem as reivindicações a ser apresentadas à Administração da empresa. A CT vê-se ultrapassada nessas discussões e acaba por se integrar nelas. Da articulação da antiga CT e dos grupos de discussão do CR nasce uma nova comissão de 42 membros, mais ampla e representativa, incluindo elementos das diversas tendências políticas presentes na empresa. A “Comissão dos 42” elabora um caderno reivindicativo único⁸⁸ com base no trabalho dos grupos de discussão que contém 31 reivindicações. Entre estas destacam-se: 7800\$ de vencimento mínimo (com extinção da parte do prémio e incluindo outras reivindicações salariais de tendência igualitária), 40 horas de trabalho de segunda a sexta-feira (com proposta de horários), abolição do terceiro turno (nocturno), um mês de férias com subsídio, horas extra (não obrigatoriedade, aumento do preço, limite mensal de 15

⁸⁶ E. Damião, em entrevista realizada a 14-11-2003, refere o interesse e a profundidade com que as propostas foram apresentadas e defendidas nessa reunião.

⁸⁷ Existiam na altura 27 sindicatos representados na Lisnave.

⁸⁸ “Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da Lisnave”, Almada, 13-5-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977.

horas), 13º e 14º mês, passagem à efectividade de trabalhadores com mais de 2 meses de casa, infantário, proibição dos despedimentos sem justa causa. Os três últimos pontos referem-se ao saneamento, *a tratar oportunamente pela Comissão de Delegados dos trabalhadores*⁸⁹. É exigida uma resposta satisfatória até às 14 horas do dia 15.

A administração vai tentar obter mais tempo para estudar o caderno mas a vontade dos trabalhadores é entrar em luta. No dia 15 a seguir ao almoço o sector operário recusa-se a voltar ao trabalho e concentra-se frente ao edifício da administração, unindo-se juntando-se trabalhadores administrativos. O estaleiro da Rocha, na margem norte do Tejo, paralisa quando chegam as notícias da Margueira. A Comissão rejeita adiar o prazo dado de resposta dado à administração sem consulta prévia aos trabalhadores e exige negociar directamente com José Manuel de Mello. Da parte dos trabalhadores da Lisnave é sentida a necessidade de tomar uma opção de força. Decreta-se a ocupação do estaleiro e impede-se os administradores de abandonarem a empresa.

Os testemunhos recolhidos no trabalho já citado⁹⁰ dão uma ideia do ambiente que se viveu nessa primeira noite de ocupação. *Durante a permanência dia e noite de todos os trabalhadores, incluindo administrativos, existia o maior espírito de unidade e de fraternidade entre todos (...) Correu o boato fora da empresa de que não nos deixavam sair e que não tínhamos que comer. Então era ver chegar familiares carregados de comer durante a noite, que era dividida conforme os grupos (...) ... toda a gente ajudava a lavar a louça, preparar a comida, varrer, esfregar... Serralheiros, soldadores, empregados de escritório, enfim, trabalhadores das mais diversas secções ao lado das mulheres do refeitório trabalhando com um entusiasmo extraordinário*⁹¹.

⁸⁹ Idem

⁹⁰ F. Patriarca “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave” in *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977, 3ª,

⁹¹ Ibidem, Entrevista com um operário soldador, Margueira.

Na manhã do dia seguinte a Comissão propõe à assembleia o fim da permanência no estaleiro. A greve passa a ser intermitente, trabalhando-se duas horas em cada turno. Também é decidido dilatar o prazo de resposta aos pontos principais do CR até a tarde do dia 17 e dar um voto de confiança à Comissão.

No dia 17, efectivamente, a Administração apresenta uma contraproposta que não satisfaz os trabalhadores. No dia 21 é apresentada uma nova contraproposta em que são melhoradas as condições oferecidas pela Administração na primeira. A empresa reconhece o princípio do saneamento e põe como condição que o acordo seja referendado por voto secreto por todos os trabalhadores. A votação efectua-se a 22 de Maio, participando 6664 trabalhadores (82%), 77% dos quais vota afirmativamente. A greve termina no dia seguinte.

Nos últimos dias do mês a “Comissão dos 42” dá os primeiros passos de iniciativas que terão profunda repercussão nos meses seguintes. Avança-se na questão do saneamento da empresa, o que, no contexto da dinâmica dos acontecimentos do Verão de 1974, levará à grande manifestação de 12 de Setembro desse ano. Por outro lado, a própria comissão de trabalhadores afirma-se e organiza. Integram-se novos membros eleitos nas secções, criam-se grupos de trabalho no seio da Comissão e começa a discutir-se a organização interna do órgão representativo dos trabalhadores. Vai denominar-se Comissão de Delegados dos Trabalhadores da Lisnave e integra os membros da “Comissão dos 42” com os novos delegados que vão sendo eleitos nos sectores da empresa. Voltaremos a abordar este assunto.

III.2.2. Setenave (Setúbal)

Na Setenave⁹² os trabalhadores recebem a notícia do 25 de Abril com euforia e dispõem-se a seguir os passos dos seus colegas da Lisnave. Como assinalamos antes, o estaleiro do Sado está a iniciar a laboração. Os números avançados na época falam-nos em cerca de 1700 trabalhadores, dos quais mil prestando serviço na Lisnave. Durante todo o processo que estudamos, entre 1974 e 1975, a Setenave está a admitir novos trabalhadores a um ritmo muito forte o que dá fluidez ao comportamento dos trabalhadores.

Nos primeiros dias a Administração prontifica-se a favorecer e ajudar à formação de um órgão representativo dos trabalhadores. Porém, os trabalhadores da Setenave não se vão precipitar nas suas decisões. É escolhida uma Comissão *ad-hoc* entre elementos da confiança dos trabalhadores que permitirá o acompanhamento dos acontecimentos da Lisnave pelos trabalhadores do estaleiro. Assim, paralisa-se o trabalho e delega-se todo o poder de negociação nos trabalhadores da Lisnave e a sua representação. A seguir à greve avança-se na formação de um órgão representativo na empresa, eleito por sectores, o Conselho dos Trabalhadores da Setenave (CTS). Nele estarão integrados os elementos que compunham a Comissão *ad-hoc*, e trabalhará durante os meses de Junho e Julho para afirmar uma construção de representação dos trabalhadores caracterizada pela prioridade dada à ligação com a base. Neste sentido, o CTS vai tomar a iniciativa de criar Comissões de Base nos diversos sectores da empresa, nove no total, para assegurar uma relação constante entre representantes e representados.

⁹² Informações retiradas da documentação do dossier Setenave do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Ver Rosa, T. *Sistemas de trabalho, consciência e acção operárias na Setenave* (Tese de Licenciatura), Lisboa, ISCTE, 1984.

Falaremos aqui de uma série de grandes empresas da zona suburbana da capital que contavam com uma implantação tradicional do PCP. Referimo-nos a empresas como a CUF, a Sorefame, a Cometna ou a Mague, empresas com décadas de história, nas quais o PCP exercia uma influência de longa data resistindo à brutal repressão da PIDE-DGS. São grandes empresas onde existe um proletariado com experiência e tradição de luta, educado e identificado numa verdadeira cultura operária⁹³.

III. 3. Mague, MEC (Alverca)

Na Mague mais de 1100 trabalhadores recebem o 25 de Abril em greve. Segundo um testemunho directo: *A paralisação da MAGUE antes do 25 de Abril tinha surgido como era habitual na altura. Os elementos envolvidos no assunto passaram a palavra para parar, com a ideia de parar todo o trabalho pelas 10 horas do dia 24. O dia 25 não se trabalha, mas os trabalhadores vão à empresa e, depois de saber do golpe militar, a Comissão de Unidade é ratificada transformando-se na CUTMA (Comissão Unitária de Trabalhadores da Mague).*⁹⁴ A greve termina no dia 29 com aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Na MEC, uma empresa vizinha e quase que irmã da anterior, os trabalhadores elegem uma CT de sete elementos por voto nominal e secreto⁹⁵. A administração da empresa aceita o CR proposto pelos trabalhadores. É uma situação que se repete noutras empresas. O jornal *Avante!* refere que na Sorefame, Cometna, Tudor, Covina, Previdente, Fima e Utic as reivindicações dos trabalhadores são aceites sem recurso à greve⁹⁶.

⁹³ *Sempre estive muito ligado ao partido comunista, tendo entrado no mundo do trabalho. Sempre tive uma relação com as actividades das colectividades na zona norte de Lisboa, muito ligadas à tradição cultural da região, marcada pelo movimento neo-realista e a obras de autores como Redol ou S. P. Gomes.* Entrevista a Jerónimo de Sousa, 17-6-2003

⁹⁴ Entrevista a Jerónimo de Sousa, 17-6-2003

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ “Após o 25 de Abril a vida dos trabalhadores melhora” in *Avante!*, 7-6-1974

III.4. Cometna, Sorefame (Amadora)

A Cometna e a Sorefame, duas grandes empresas do sector metalúrgico situadas na Venda Nova (Amadora), conheceram importantes movimentos dos trabalhadores em Janeiro de 1974⁹⁷. Na Cometna

*a seguir ao 25 de Abril, em Maio, apresentamos um novo CR exigindo um aumento de 500\$00, o estabelecimento de uma espécie de escala móvel, que actualizasse os salários segundo a inflação, e melhores condições de trabalho (balneários, refeitórios, etc.), higiene e segurança, subsídios de doença, gabinete médico. Férias já tínhamos conseguido 1 mês. Mas não houve greves a seguir ao 25 de Abril*⁹⁸.

Na Sorefame acontece algo parecido. Segundo um trabalhador da empresa *conseguimos a satisfação quase integral do que reivindicávamos, como seja o estabelecimento de um salário mínimo de 6000\$, um aumento de remunerações (...) recusa de aumentos para além de 15000\$, distribuição equitativa dos lucros entre os trabalhadores, abolição dos prémios de assiduidade, produtividade e administração*⁹⁹. O mesmo explica como haverá uma redução do tempo de trabalho e 26 dias úteis de férias com subsídio. A CT é reconhecida, podendo reunir no tempo de trabalho e informar os trabalhadores. No mesmo artigo se informa que a prioridade para a comissão são as questões de disciplina, higiene e segurança no trabalho e cantina, funcionando uma subcomissão para cada um desses temas.

III.5. Companhia União Fabril (Barreiro)

No grande complexo químico da CUF no Barreiro que, como afirmámos mais acima era um ponto de referência do PCP, forma-se uma Comissão *ad-hoc* que começa a movimentar os trabalhadores. É elaborado um caderno reivindicativo de 13 pontos. No

⁹⁷ Ver capítulo 1.

⁹⁸ Entrevista a Carlos Carvalho, 16-11-2001.

⁹⁹ “Trabalhadores da Sorefame: um exemplo de organização”, *Avante!*, 26-7-1974.

dia 14 de Maio, enquanto decorrem as negociações entre a CT e a Administração, a empresa é paralisada pela greve e os trabalhadores concentram-se frente ao edifício onde se leva a efeito a negociação. O movimento prolonga-se pela noite dentro com os trabalhadores concentrados na empresa. Uma delegada da CT faz uma alocução às 2 horas do dia 16 pedindo para as pessoas desmobilizarem, anunciando uma vitória quase total, mas os trabalhadores presentes não são da mesma opinião e a concentração continua. As negociações continuam até ao dia 28 de Maio com um resultado que dará azo a que alguns sectores mais esquerdistas sejam muito críticos das conquistas alcançadas¹⁰⁰. Com efeito, a Administração da CUF só cede plenamente nas reivindicações salariais (aumento de 2000\$ e mínimo de 6000\$), conseguindo que os trabalhadores aceitem um acordo que é moderado em questões como as férias e horário de trabalho¹⁰¹. Efectivamente, da parte dos trabalhadores renunciara-se à reivindicação das 40 horas *em face do momento que o país atravessa*¹⁰².

Depois da assinatura do acordo a Comissão *ad-hoc* trabalha no sentido de criar uma estrutura de representação mais abrangente e definitiva. A 16 de Julho é publicado um comunicado¹⁰³ em que se informa da criação de um Conselho Geral de Trabalhadores (CGT), eleito por sectores de produção da fábrica na base de um delegado por cada cinquenta trabalhadores. O CGT terá 148 elementos¹⁰⁴, dos quais serão escolhidos um em cada 10 para integrar a Comissão de Unidade dos Trabalhadores (CUT) que contará com 22 elementos¹⁰⁵. A influência do PCP nestes organismos é muito

¹⁰⁰ Jornal *Revolução*, 8-6-1974.

¹⁰¹ No artigo citado do *Revolução* se faz uma análise do CR e do efectivamente conquistado no final da luta. Dispomos de um documento da CT da CUF (*Reivindicações do pessoal fabril*) que inclui o CR original e o acordo alcançado com a Administração a 28-5-1974.

¹⁰² *Reivindicações do pessoal fabril*, CT da CUF, Barreiro, 28-5-1974. Arquivo da CT da CUF-Quimigal. Actas da CUT-CGT, 1974, 1975.

¹⁰³ *Comunicado aos trabalhadores da CUF-UFA*, Grupo de Trabalho do CGT, Barreiro, 16-7-1974.

¹⁰⁴ *Eleições para CGT-CUT, Comunicado*, s.l l., s. d.

¹⁰⁵ *Comissão Provisória de Trabalhadores, Comunicado*, 16-9-1974, CPT.

grande, quase total¹⁰⁶. Segundo um destacado militante comunista da empresa, a massa trabalhadora confundia-se com o PCP, de tal modo que esta era a maior célula do partido em qualquer empresa¹⁰⁷.

A 15 de Outubro é criado na CUT um grupo de trabalho sobre o saneamento que vai elaborar notas de culpa sobre 14 colaboradores da empresa. De acordo com a documentação consultada oito são saneados e despedidos com justa causa. Outros dois são afastados das suas funções. As acusações estão relacionadas com a capacidade de trabalho e competência profissional e com a atitude e comportamentos desses elementos para com os trabalhadores. Não há nenhuma acusação directa de relacionamento com a PIDE-DGS. Aparece sim uma lista de sete pessoas com ligações à ditadura (membros da ANP e da LP), mas desconhecemos o resultado deste processo.¹⁰⁸ Em Maio de 1975 temos notícia da existência de uma coordenação inter-comissões do grupo CUF e, em Junho de 1975, de contactos com CT's de outras empresas do sector dos adubos (Saptec, Nitratos de Portugal, Amoníaco Português).

No entanto, o grande momento da CUF depois da greve de Maio é a reivindicação da nacionalização da empresa. A 14 de Fevereiro de 1975 um plenário discute a má gestão da empresa e assinala o seu papel determinante na vida económica nacional, denunciando no mesmo passo os conluíus com o regime salazarista. *Só com forte influência no governo fascista se pode justificar que fábricas de recente montagem (Clorídrico 2, Fosfato dicálcico e Granulação 4) não fossem dotadas com qualquer sistema antipoluição, agravando mais ainda as condições do meio-ambiente, envenenando toda a população da Vila do Barreiro que assim se vê privada da*

¹⁰⁶ Segundo dados do PS, 13 dos 15 membros da segunda CUT, eleito em Novembro de 1975, estariam conotados com o PCP. No CGT a influência era muito maioritária: em cerca de 150 componentes apenas se contariam cerca de 10 elementos do PS, alguns “independentes” e dois delegados da extrema-esquerda (UDP e PRP). Arquivo Histórico do PS, pasta 939.

¹⁰⁷ “Barreiro tomou o controlo operário - Trabalhadores da CUF aprovam nacionalização e saneamento de administradores” entrevista a Cardoso da Silva, in *Setúbal na rede*, ed. 128, 12-6-2000. <http://arquivo.setubalnardede.pt/2000//128/128revolucao.html>

¹⁰⁸ Reuniões da CUT-CGT, Arquivo da CT da CUF-Quimigal. Actas da CUT-CGT, 1974, 1975.

*utilização do rio nos momentos de lazer e está condenada a ir morrendo lentamente intoxicada com o ar que respira*¹⁰⁹. Os trabalhadores propõem a intervenção do Estado no grupo CUF e a nacionalização de todo o grupo a “curto prazo”¹¹⁰. A 23 de Junho um novo plenário reivindica a nacionalização e o saneamento da administração. A 25 de Setembro de 1975 o Estado nacionaliza a CUF pelo DL 532/75.

Ao lado destas empresas mais antigas e tradicionais da zona industrial da capital poderíamos distinguir um outro tipo de empresas, nascidas no final da década de 60 e princípio de 70. Dotadas de uma mão de obra muito jovem (muitas vezes de imigrantes recentes), frequentemente com salários e condições de trabalho péssimos e onde a organização tradicional do proletariado (o PCP) era mais limitada, vamos observar nestas empresas uma série de lutas radicais, muitas vezes desesperadas, nas quais os militantes da extrema-esquerda vão ter um terreno propício para aumentar a sua influência e contestar o papel dirigente do Partido Comunista.

III.6. Messa (Mem Martins, Sintra)

Começaremos por falar na luta da Messa, uma empresa de fabricação de máquinas de escrever sediada em Mem Martins com cerca de 1700 trabalhadores, maioritariamente mulheres. A empresa vai viver um conflito de trabalho prolongado, conjugado com a própria crise da companhia que se prolonga até, e ultrapassa, o encerramento das instalações¹¹¹. As formas de luta e as reivindicações radicais destes

¹⁰⁹ *Moção*, plenário dos trabalhadores da CUF, 14-2-1975. Arquivo da CT da CUF-Quimigal, comunicados.

¹¹⁰ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹¹ Ainda em 2003 se noticiou o final de um processo judicial que tinha a vários ex-trabalhadores da firma como protagonistas.

trabalhadores vão chamar a atenção dos meios de comunicação social e dão o mote para as primeiras reflexões da sociologia sobre a onda de greves de Maio-Junho de 1974¹¹².

A 9 de Maio os trabalhadores apresentam o seu caderno reivindicativo: 40 horas, 6000\$ de salário mínimo, publicidade de vencimentos, abolição do prémio, um mês de férias com subsídio, 13º e 14º mês, proibição de despedimentos sem justa causa e saneamento. Esta última questão, alicerçada em acusações de assédio sexual às trabalhadoras por parte das chefias¹¹³. Os trabalhadores vão exigir:

*a) Eliminar do seio da empresa todos os ditadores que sempre cercearam as aspirações do trabalhador, na sua evolução profissional, impuseram castigos injustos, disseram palavras menos correctas de chefes para subordinados ou vice-versa, protegeram os bufos, albergaram no seu seio os engraxadores que normalmente são os menos competentes, prejudicando tanto a Entidade Patronal como o trabalhador, a fim de manterem o seu reinado.*¹¹⁴

A 16 de Maio começa a greve com ocupação das instalações que se vai manter até 28 de Maio. No dia 19 vai ser publicado o primeiro número do *Jornal do Trabalhador da Messa*. Na edição do dia 22 encontramos uma declaração de princípios e versos (*Quadras do povo* e *Poema a futura Messa*) que reflectem o nível de consciência dos trabalhadores. Reproduzimos apenas parcialmente estes textos:

(...) Estamos plenamente convictos que só haverá autêntica liberdade entre os Homens, quando o cancro da ganância, da inveja, da vigarice, do conceito de superioridade, haja desaparecido da face da Terra.

¹¹² No estudo e colectânea de documentos *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas* que vimos referindo existe um excelente estudo de Manuel Villaverde Cabral sobre esta luta intitulado “Sobre a greve na fábrica de máquinas de escrever Messa”

¹¹³ Depoimento ao autor de um trabalhador de outra empresa da zona. Pelo que nos foi dado perceber essas pressões fazem parte do imaginário e memória colectiva desta fábrica.

¹¹⁴ “Caderno reivindicativo do pessoal da Messa”, 15-5-1974. In *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*.

*A nossa luta só tem verdadeiro significado se tiver como objectivo máximo a
Emancipação dos POVOS TRABALHADORES de todo o mundo!*¹¹⁵

Os poemas seguem o mesmo tom e justificam alguns pedidos concretos de saneamento:

Quadras do povo

I

Quem produz toda a riqueza

Que pertence aos usurários?

Serão estes com certeza?

Ou somos nós, os operários?!!

(...)

Poema a futura Messa

(...)

V

Um senhor de simpatia

Como era o Rui de Matos

Dos aumentos não sabia

E dele ficamos fartos.

VI

O Águas nos iludia

Para a gente trabalhar

Mas nem a bata vestia

Com medo de a sujar

¹¹⁵ A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977.

VII

Carolina, chegou a hora

Do teu tacho se quebrar

Queremos que vás embora

Para o fascismo acabar

VIII

Em frente, MESSA

Adiante povo unido

Proletariado em luta

*Razão do dever cumprido*¹¹⁶

A greve vai prolongar-se até 28 de Maio, quando é assinado o CCT do sector metalúrgico. Na Messa os trabalhadores criticam a aceitação pelo sindicato de um salário mínimo de 4500\$ e rejeitam o contrato. Quando em Setembro de 1975 a fábrica volta a ser ocupada, o motivo será um plano de viabilização proposto pela entidade patronal. Na Messa a crise tinha chegado para ficar.

III.7. Timex (Charneca da Caparica, Almada)

A Timex é uma fábrica de componentes para relógios situada na Charneca da Caparica, com cerca de 2000 trabalhadores na altura do 25 de Abril, integrada na empresa multinacional do sector relojoeiro com o mesmo nome. Instalada no país no final de 1970, a empresa tinha aumentado a sua dimensão nos anos anteriores e os planos da multinacional passavam por desenvolver ainda mais as instalações em Portugal¹¹⁷. A mão-de-obra era essencialmente feminina, representando mais de 80% dos trabalhadores da firma. As características da empresa e o processo de luta que aí se desenrola vão

¹¹⁶ Ibidem

¹¹⁷ Os trabalhadores publicarão em 1976 um livro com abundante informação e documentos sobre a sua luta. *O caso Timex*, SIORCS, 1976.

reproduzir-se noutros locais: empresa de capitais internacionais, população trabalhadora jovem e maioritariamente feminina, influência das forças políticas mais à esquerda, formas de luta radicais, a que se acrescentam condições extremas no local de trabalho. Os e as trabalhadores¹¹⁸ destas empresas serão confrontados muitas vezes com o encerramento da fábrica e o desemprego.

O trabalho na empresa caracterizava-se pelos magros salários e pelo considerável esforço que as tarefas próprias do ofício exigiam. Uma operária dizia a um jornal de extrema-esquerda que *ao fim de alguns meses temos a vista cansada, e depois despedem-nos porque não rendemos*¹¹⁹. Os próprios trabalhadores avaliam que cerca de 1000 trabalhadores tenham sido despedidos sem justa causa desde o início da actividade da empresa, ou seja, em pouco mais de três anos. Já antes do 25 de Abril se tinha desenvolvido uma greve na empresa, exigindo-se melhorias nos salários e nas condições de trabalho, caracterizadas por um ambiente de denúncias e castigos. Num dos abundantes textos que se publicam sobre o movimento dos trabalhadores encontramos uma descrição bastante extensa desta greve de 7 e 8 de Fevereiro. Nas palavras de um trabalhador: *A greve foi inicialmente só na nossa secção (...) se agora é fácil fazer uma greve de braços caídos, naquela altura não o era (...) As máquinas tinham parado. Nos estávamos de braços caídos junto às máquinas. Elegemos entretanto uma comissão que teria mudança constante e sucessiva dos seus elementos, a fim de que não ficassem expostos à polícia. Não queríamos chefes nem quem nos dirigisse. (...) Depois das mulheres terem entrado em greve, chegou o aumento*¹²⁰. A administração concedeu um aumento uniforme de 800\$ a todos os trabalhadores.

¹¹⁸ Queremos assinalar a questão linguística que se nos colocou ao escrever esta parte do trabalho. De facto a grande maioria de trabalhadores destas empresas são mulheres, e isso se vai reflectir nas próprias lutas. Porém optamos pela correcção gramatical, mantendo o género neutro idêntico ao masculino.

¹¹⁹ “Os operários da Timex recorrem de novo à greve”, in *Revolução*, 8-6-1974.

¹²⁰ “A luta na Timex” in *Lutar pelo Socialismo*, 20-6-1974.

Na sequência dos acontecimentos de 25 de Abril é realizado um plenário dos trabalhadores da Timex em que é eleita uma CT e exigido o saneamento de seis quadros da empresa acusados pelos trabalhadores de serem bufos ao serviço da repressão. Depois de quatro dias de greve os elementos visados pelos trabalhadores são suspensos à espera de averiguações, mas os trabalhadores sentem esta situação como uma vitória. *Nós temos a certeza das coisas que eles faziam, de maneira que se por acaso eles voltam à fábrica os trabalhadores não aceitarão isso e iremos outra vez para a greve*¹²¹, declara um trabalhador da empresa.

No final do mês, novo conflito na empresa. Desta vez, a CT, que conta com cerca de 30 membros, apresenta um caderno reivindicativo¹²². Entre as exigências dos trabalhadores destacamos: 40 horas de trabalho, abolição do trabalho a prémio e das horas extraordinárias, proibição de despedimentos sem justa causa, revisão dos despedimentos anteriores, 30 dias de férias com subsídio, 14º mês, publicidade de todos os vencimentos, direitos de reunião e informação para a CT e aumentos salariais, com um salário mínimo de 6000\$ (excepto 5000\$ para os aprendizes). A greve inicia-se a 29 de Maio e só termina a 21 de Junho.

O movimento começa com a ocupação da fábrica e uma manifestação que percorre o concelho de Almada. A greve, que começa por ser uma greve de zelo em que se impõe o horário de 40 horas, vai converter-se em greve geral a partir do dia 3 de Junho. Os trabalhadores vão difundir uma série de comunicados à população que mostram a radicalização da sua luta e a penetração das ideias da esquerda revolucionária. Assim, a entidade patronal é descrita nestes termos:

A fábrica da Timex é parte duma enorme e brutal rede de exploração e dominação montada em muitas partes do mundo pelo capital imperialista americano. Este não

¹²¹ “Os operários da Timex recorrem de novo à greve”, *Revolução*, 8-6-1974.

¹²² Reproduzido em: A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977. 3º volume, pag. 161.

*olha a meios para conseguir os seus objectivos, que são extrair dos trabalhadores, principalmente da classe operária, o máximo de lucros com o máximo de esforço dos explorados através de métodos desumanos; justas condições de trabalho, necessidades económicas, boas relações humanas, tudo isso é desconhecido pelos exploradores. Estes só conhecem uma coisa: O LUCRO*¹²³.

No mesmo comunicado os trabalhadores contestam o discurso sobre as greves que defendem as novas instituições e boa parte dos partidos políticos:

Serão os trabalhadores da Timex fascistas?

Estarão os trabalhadores da Timex aliados à reacção?

NÃO CAMARADAS! Os trabalhadores da Timex lutam contra a burguesia, e pelas suas justíssimas aspirações, pois nenhuma burguesia fascista ou reformista reconhecerá por sua própria vontade, “a não ser em palavras”, que os explorados têm direitos.

*A emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores*¹²⁴.

A produção política dos trabalhadores é muito rica na descrição das condições de vida e de trabalho na empresa. A Timex faz parte de uma série de multinacionais que se tinham instalado recentemente em Portugal aproveitando as óptimas condições para o investimento que o país oferecia antes do 25 de Abril: baixos salários, movimento sindical controlado pelo Estado, facilidades para o investimento e o pagamento de impostos, entre outros. Em certas indústrias de criação recente no sector de material electrónico as condições de trabalho são muito duras dado o grande esforço de concentração exigido ao trabalhador. No comunicado citado acima podemos ler:

(...) contra 45 horas semanais, exigimos 40 horas, pois sendo a população trabalhadora na maioria bastante jovem, com idades compreendidas entre os 15 e

¹²³ “Comunicado dos trabalhadores da Timex à população”, 14-6-1974, reproduzido in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977.

¹²⁴ Idem.

*os 19 anos e trabalhando durante 9 horas sentadas, em cadeiras de madeira, debaixo de luz fluorescente, usando microscópios e lupas que na sua maioria não estão devidamente ajustados, suportando o condicionamento do ar com baixa percentagem de humidade, suportando uma tensão constante que leva em algumas situações a colapsos nervosos e frequentes desmaios (...) provocando o esgotamento desta massa jovem, de tal modo que ao fim de 5 anos têm a saúde arruinada, o que causa o encurtamento da carreira profissional, pois quando já não derem a produção desejada pela empresa são despedidas, trazendo consigo todas as mazelas adquiridas e dificultando o emprego noutros locais e ao mesmo nível, devido a não terem as mesmas condições físicas*¹²⁵.

Durante a greve vai colocar-se a questão da venda da reserva acumulada de relógios existente na empresa. Tentava seguir-se o exemplo dos trabalhadores da Lip em França. Os operários desta fábrica de relógios de Besançon tinham reagido a um processo de despedimentos ocupando a fábrica e trabalhando em autogestão, vendendo a produção para pagar os seus salários e causando um enorme impacto na opinião pública. Na Timex a questão chega a ser colocada numa assembleia de trabalhadores e aprovada por uma escassa margem de votos, motivo pelo qual a CT decide não implementar essa forma de luta¹²⁶. Os trabalhadores da Timex conhecem o caso e vão difundi-lo na sua propaganda, embora não seja possível seguir o exemplo dos trabalhadores franceses pois na fábrica da Charneca da Caparica não se efectua o processo produtivo no seu conjunto¹²⁷.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ *Revolução*, 5-7-1974.

¹²⁷ Os Comitês de apoio à luta da Timex publicam uma série de textos sobre a luta da Lip numa brochura intitulada *Apoiemos a luta da Timex*, que terá sido difundida a partir de Junho de 1974. É a primeira notícia de que temos constância sobre o caso Lip em Portugal. Em Novembro de 1974 é publicado o livro *100000 relógios sem patrão – Processo Lip*, de François-Henri de Virieu, pela editora Assírio & Alvim. Sobre o conflito em Besançon existe um excelente filme-documentário *Les Lip, l’imagination au pouvoir*, de Christian Rouaud (2007).

III.8. ITT (Semicondutores) e Standard Eléctrica (Cascais), Applied Magnetics e DSEP (Sacavém)¹²⁸

Nas duas fábricas do complexo ITT de Cascais (Standard Eléctrica e ITT Semicondutores, com cerca de 1200 e 2000 trabalhadores respectivamente) a luta segue percursos relativamente diferentes mas com objectivos semelhantes: a melhoria das condições de vida e de trabalho e o saneamento dos quadros da empresa. Na divisão de Semicondutores os trabalhadores realizam uma assembleia a 15 de Maio, apresentando um caderno reivindicativo de vinte pontos com a exigência do saneamento de sete empregados da firma. É eleita uma CT com posições radicais¹²⁹. A administração não aceita as reivindicações e declara-se uma greve que dura nove dias, terminando com a formação de uma Comissão Sindical que acorda o fim da greve. Em Setembro inicia-se uma luta contra os despedimentos na empresa e os trabalhadores acabam por aceitar, em referendo, uma espécie de *lay-off* em Novembro. Na fábrica da Standard os trabalhadores também protagonizam um processo de luta, elegendo uma CT e iniciando um conflito que se estende aos anos seguintes¹³⁰.

Um processo de luta que vai adquirir grande significado por representar um precedente é o da Applied Magnetics, uma empresa multinacional norte-americana instalada em Sacavém, com cerca de 700 trabalhadores e cerca de 90% de mão-de-obra feminina. No seguimento do 25 de Abril é formada uma CT e são conseguidos aumentos salariais, fixando-se em Maio um salário mínimo de 4800\$.

¹²⁸ Referimos estas empresas como representativas dum sector muito combativo, o da fabricação de componentes eléctricos e de electrónica. Para conhecer outros conflitos (Plessey, Control Data, Signetics) consultar Pedro Brinca e Etelvina Baía, *Memórias da revolução no distrito de Setúbal*, 2 vols., Setúbal, E. Setúbal na rede, 2002.

¹²⁹ No artigo “Após o 25 de Abril a vida dos trabalhadores melhora”, in *Avante! De 7-6-1974* lemos: (...) *luta dos trabalhadores da ITT (...) que, deixando-se arrastar pelos apelos desesperados de um grupelho de pseudo-revolucionários, q que sem terem uma verdadeira Comissão de Unidade, se lançaram precipitadamente na greve (...).*

¹³⁰ Para uma informação mais extensiva ver o livro *25 de Abril: resposta ITT*, Lisboa, E. Avante!, 1978.

No começo do mês de Julho a Administração anuncia o despedimento de 116 trabalhadores. Num plenário a 18 de Julho os trabalhadores rejeitam os despedimentos, sendo objecto de votação secreta três propostas para sair da crise. Os trabalhadores dão um apoio maciço ao posicionamento da CT mas a situação agrava-se dias depois. Na segunda-feira 22 de Julho o administrador da empresa, cidadão norte-americano, tenta obter financiamento do Estado português sem sucesso. No dia seguinte comunica telefonicamente aos trabalhadores a falência da empresa a partir do Hotel Sheraton, no centro de Lisboa. Numa manobra a Administração consegue reaver os cheques dos salários do mês de Julho graças à colaboração de alguns empregados do escritório da empresa¹³¹. Assim, três meses depois do 25 de Abril, os trabalhadores da Applied encontram-se no desemprego tendo recebido apenas um salário (o de Junho) com o aumento conseguido depois da Revolução.

Os trabalhadores vão lutar em defesa do seu emprego organizando piquetes nas instalações da empresa e no Hotel Sheraton para impedir a fuga do administrador. No dia 24 de Julho tem lugar uma reunião no Ministério de Trabalho (MT) entre administrador, Ministério e trabalhadores. A Administração recusa-se a negociar com a CT e, já de noite, quando o administrador abandona o edifício do MT, os trabalhadores ali concentrados durante todo o dia tentam retê-lo. Só a intervenção de elementos da CT faz com que o administrador da empresa possa abandonar o local em liberdade e sem danos. Finalmente o Sr. Cecil Fraser, administrador da Applied Magnetics em Portugal, acabará por abandonar o país. A dívida aos trabalhadores, somando salários em atraso e indemnizações alcança os 36000 contos¹³²

O ministério de Trabalho assume o compromisso de pagar um subsídio a cada trabalhador no valor de metade do salário mínimo, 1650\$, durante seis meses. A

¹³¹ Informação do jornal *Revolução*, 26-7-1974.

¹³² *República*, 11-9-1974.

ocupação da empresa pelos trabalhadores vai manter-se durante vários meses. O conflito volta a ganhar novo fôlego em Janeiro de 1975, altura em que termina o pagamento do subsídio do Ministério de Trabalho. No final de Janeiro realiza-se um plenário e é eleita uma nova CT que parece estar conotada com posicionamentos políticos mais radicais¹³³. A nova Comissão aderirá à manifestação de 7 de Fevereiro de 1975 e vai rejeitar as críticas feitas pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul contra a manifestação.

De qualquer maneira acontecimentos semelhantes repetem-se em outras empresas, tornando-se verdadeiros casos nos meios de comunicação social. O Sr. Robert Matteson, administrador-delegado da DS Electrónica Portuguesa, instalada em Sacavém, comunica ao Ministério do Trabalho a decisão de interromper a actividade da empresa. São aduzidos os problemas do mercado dos produtos da empresa, as *incertezas quanto ao futuro económico de Portugal e a continuada agitação e insubordinação dos trabalhadores da DSEP*. O administrador queixa-se de, a 25 de Julho de 1974, ter sido preso durante 30 horas na fábrica, num cárcere privado, de onde só foi libertado pela intervenção da GNR¹³⁴. A luta começara devido à recusa patronal do cumprimento do CCT do sector (que implica aumentos de salários de 1800\$ para 4300\$), a que os trabalhadores respondem entrando em greve com ocupação, paralisação a que só não aderem 3 empregados¹³⁵.

III.9. Cambournac (Cacém, Sintra)

Na Cambournac, empresa têxtil situada no Cacém com cerca de 800 trabalhadores e décadas de laboração, os trabalhadores apresentam um caderno reivindicativo a 13 de Maio. A empresa caracterizava-se pelas duras condições de

¹³³ Parece que a CT que surge da luta de Maio e conduz o processo contra o encerramento seria próxima ao PCP. De facto o *Avante!* fala da CT da Applied Magnetics eleita em Maio como sendo da confiança dos trabalhadores, uma expressão cheia de significado.

¹³⁴ Carta de R. Matteson ao Sr. Tito de Magalhães, do Ministério de Trabalho, 29-7-1974. Arquivo histórico do PS, caixa 944.

¹³⁵ *Jornal da greve dos trabalhadores da Efacec-Inel*, nº 14, 25-7-1974.

trabalho e uma relação entre trabalhadores e patrão marcadas pelo paternalismo. No mesmo dia da apresentação do CR o turno de noite paralisa o trabalho em apoio ao mesmo. Não são atendidos e no dia seguinte é eleita uma CT por sectores da empresa e por turnos. No dia 15 a empresa aceita o caderno, os trabalhadores conseguem aumentos salariais, 40 horas semanais, subsídio de férias de 30 dias e 26 dias úteis de férias, melhoria das condições de trabalho. Porém, no final do mês de Junho, a situação na empresa complica-se. São despedidos vários trabalhadores, entre os quais um membro da CT. No dia 4 de Julho os trabalhadores entram em greve, obrigando à empresa a recuar¹³⁶. Politicamente a CT da Cambournac estará muito influenciada pelo MRPP, estando presente nas iniciativas desse partido relacionadas com as CT's como a Inter-comissões de Lisboa e o Congresso Nacional de CT's da Covilhã.

III.10. Cergal (Belas, Sintra)

Noutra empresa da mesma zona, a fábrica de Cervejas Cergal em Belas, também surge uma CT com influência da extrema-esquerda. O 25 de Abril é recebido com euforia e música de intervenção na megafonia da fábrica. Os trabalhadores mais politizados tomam a iniciativa de organizar um plenário dos trabalhadores no exterior da empresa, num sábado à tarde. A assistência é maciça e é nomeado um grupo de trabalho para criar uma CT da Cergal, do qual faz parte um dos engenheiros. A CT será eleita posteriormente, sendo composta por 7 elementos. É apresentado um caderno reivindicativo com exigência de maiores salários e menos horas de trabalho. Posteriormente a CT toma conta da Casa do Pessoal da empresa, reformulando-a. Os quadros mais desprezados pelos trabalhadores são saneados, entre os quais o director técnico e o director de recursos humanos. O próprio patrão, o Conde de Caria, será preso durante o processo revolucionário.

¹³⁶ *Luta popular*, 11-7-1974.

Em Setembro de 1974 é publicado o primeiro número de *A luta, órgão dos trabalhadores da Cergal*. No único artigo de análise política desse nº 1, intitulado “luta de classes e revisionismo” podemos ler:

O que é uma Comissão de Trabalhadores?

É uma organização de classe. É, ou deve ser, a vanguarda da classe trabalhadora. É, ou deve ser constituída, por trabalhadores preparados politicamente para encetarem uma luta de classes.

O que é a luta de classes? Como sabes, a sociedade capitalista está dividida em duas grandes classes: BURGUESIA e PROLETARIADO.

(...)

Tentar camuflar a luta de classes é revisionismo, é traição que os revisionistas cometem contra o proletariado. Mais concretamente um revisionista é um indivíduo ou um partido que não apoie as justas lutas dos trabalhadores, que condene as greves decretadas pelos trabalhadores. Condenando essas lutas em nome de uma falsa economia nacional. Mas, economia de quem? Do povo? Não! Os revisionistas, os falsos amigos dos trabalhadores condenando a luta do proletariado estão a fazer o jogo do capitalismo, estão a colaborar activamente na exploração do nosso povo.

A luta de classes só acabará quando o proletariado acabar com a burguesia; acabar com a exploração. (...) Os revisionistas, os traidores dizem que isto é impossível mas o proletariado, A SUA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA, saberá aplicar correctamente na prática esta teoria e fará, dure o tempo que durar, custe o que custar, uma sociedade de homens novos.¹³⁷

¹³⁷ “Luta de classes e revisionismo”, in *A luta*, nº 1, Setembro de 1974.

As influências ideológicas estão à vista: a CT da Cergal vai estar muito longe dos posicionamentos políticos do PCP. No decurso do processo revolucionário e posteriormente elementos da CT serão personagens de destaque da esquerda revolucionária¹³⁸.

Meses depois do início da luta várias trabalhadoras denunciam o assédio sexual sofrido por parte de certos chefes. A questão será investigada, confrontando os testemunhos das trabalhadoras com os elementos visados. O assunto levará à transferência de certos chefes para outros sectores da empresa¹³⁹.

III.11. Efacec-Inel (Lisboa)

Com sedes em Lisboa e no Porto, esta empresa realizava trabalhos de montagem de aparelhagens eléctricas de alta e baixa tensão, em muitas ocasiões fazendo empreitadas para a antecessora da EDP, a CRGE. Estas particularidades da actividade da empresa faziam com que os trabalhadores exercessem as suas funções em lugares dispersos pelo país e que a empresa se dividisse em dois sectores (Norte e Sul).

O processo de luta na Efacec-Inel (Sul) tem início a 21 de Maio, com a organização de um plenário de trabalhadores e a apresentação de um caderno reivindicativo, por iniciativa de um grupo de militantes. As principais reivindicações contidas no CR são: aumentos salariais com retroactividade a 1 de Maio de 1974 (vencimentos de 5000\$ para aprendizes e paquetes, mínimo de 6000\$ para o resto), 40 horas semanais, 13º e 14º mês e várias questões relacionadas com as remunerações. Os trabalhadores também exigem a criação de uma Comissão Permanente de Direito e Defesa dos Trabalhadores, e a extinção do Conselho Fabril, criado antes de 25 de Abril de 1974¹⁴⁰.

¹³⁸ Manuel Monteiro, membro da CT em 1974, será deputado na Assembleia da República pela UDP.

¹³⁹ Entrevista a Manuel Monteiro, 14-8-2005.

¹⁴⁰ “Proposta de um grupo de operários de oficinas e montagem da Efacec-Inel”, 21-5-1974, in *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976.

A Comissão de Trabalhadores, denominada Comissão de Direito e Defesa dos Trabalhadores (CDDT) é eleita em plenário a 8 de Junho. É composta pelos 11 membros da Comissão ad-hoc que organizara a primeira assembleia na empresa e mais um trabalhador. As simpatias políticas dos seus componentes vão maioritariamente para o MRPP e as correntes m-l (URML), havendo também um elemento próximo do PCP e outro da LUAR¹⁴¹.

Na mesma reunião tomam decisões sobre a actividade futura da CDDT, ficando esta mandatada para negociar com a administração, e decidem a recusa em fazer horas extraordinárias enquanto não forem aceites pela empresa as reivindicações feitas pelos trabalhadores no tocante ao assunto. Finalmente é colocada a questão do saneamento, levantando-se acusações contra dois elementos. Em novo plenário realizado a 29 de Junho é decidido o saneamento de um deles. A administração é acusada de estar a protelar artificialmente o início das negociações. É decidido fazer uma concentração a 1 de Julho na sede da empresa, na zona central de Lisboa, informar os trabalhadores dos estaleiros fora de Lisboa e a formação de piquetes para ocupar as instalações da empresa na capital.

Efectivamente os trabalhadores levam a cabo as acções decididas e no próprio dia 1 têm início as negociações, cuja conclusão não agrada à maioria dos trabalhadores, que a 6 de Julho decidem:

1.2.1.- Greve, com ocupação imediata e permanente dos locais de trabalho fixos pelos trabalhadores desses mesmos locais.

Que os trabalhadores cujos locais de trabalho são estaleiros, se distribuirão por todos os locais de trabalho nas empresas em Lisboa (...)

¹⁴¹ Depoimento de João Vaz, 28-5-2005.

1.2.2.- *Que à Administração deve ser impedido o acesso a qualquer das instalações da Efacec-Inel em Lisboa, a não ser para aceitar as propostas limites apresentadas pela CDDT.*

1.2.3.- *Que aos trabalhadores suspensos e com inquérito para saneamento, em curso, também deve ser impedido o acesso a essas instalações.*

(...)

1.2.5.- *Que nos locais ocupados, sob o incentivo e coordenação da CDDT, se realizem debates não so (sic) sobre problemas “Empresa” mas também sobre todos os problemas nacionais.*¹⁴²

No mesmo plenário é decidido que a ocupação das instalações da empresa seja assegurada por ¼ dos trabalhadores do local fora das horas de trabalho, acrescentar ao CR a exigência da proibição de despedimentos sem justa causa e redigir um comunicado para informar os trabalhadores do sector Norte da empresa.

A partir do dia 8 de Julho é publicado um jornal diário chamado *Jornal da greve dos trabalhadores da Efacec-Inel* que depois da greve passará a semanário. Nasce com o objectivo de informar os trabalhadores do decorrer e das perspectivas da greve. As suas páginas constituem uma fonte preciosa para o conhecimento das lutas da empresa e das actividades da CDDT e permitem-nos saber como analisavam os grevistas a conjuntura política durante os meses de 1974-75.

Assim, através do *Jornal da greve* sabemos que nos primeiros dias da greve é projectado em vários locais pertencentes à empresa um filme sobre a luta de libertação da Guiné-Bissau¹⁴³, dando azo a debates sobre o assunto. Informa-se da tentativa, sem sucesso, de ligar os trabalhadores do sector Norte à luta. Também se analisa a estrutura

¹⁴² “Reunião plenária dos trabalhadores das empresas Efacec-Inel dependentes das direcções de Lisboa realizada em 6-7-1974 na Sociedade Filarmónica «Alunos de Apolo»”, in *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976, sublinhado no original.

¹⁴³ Também se realizará uma projecção de *O couraçado Potemkine*, de Sergei Eisenstein.

da empresa, ligada à multinacional Westinghouse e com ligações a vários grupos económicos nacionais, como o Banco Fonsecas e Burnay. Transparecem as ideias revolucionárias que inspiram a CDDT e muitos trabalhadores da empresa. Fala-se dos patrões – são parasitas - e da necessidade de transformar a sociedade num sentido socialista, a través de uma revolução operária e camponesa.

O jornal também vai servir para defender a opção pela greve, que começa a ser questionada por grupos de trabalhadores. Os posicionamentos mais radicais são justificados com a ideia de que são os operários mais explorados os que lutam até ao final, enquanto que os sectores não operários são menos decididos¹⁴⁴. Versos de Bertold Brecht servem para apoiar as opções tomadas na luta: *do rio que tudo arrasta se diz que é violento / mas ninguém diz violentas / as margens que os comprimem*.¹⁴⁵

São fixadas condições para o fim da greve, mas as cedências da empresa na negociação são atribuídas ao desejo de dividir os trabalhadores. Em referência a uma proposta de que o acordo seja referendado por voto secreto fala-se em “répteis asquerosos e aves de rapina”, elementos não operários que se dizem democratas, que militam em partidos ditos anti-capitalistas mas que ocupam lugares de privilégio. A criação de uma comissão partidária do fim da greve é denominada “comissão dos 35 contos”¹⁴⁶.

A 22 de Julho é aceite a intervenção do Ministro do Trabalho no conflito, com o pagamento dos dias de greve e a proibição dos despedimentos sem justa causa como condições prévias¹⁴⁷. A 26 de Julho é alcançado um acordo que põe fim à greve. As condições que este recolhe são as seguintes: salário mínimo de 6000\$ (com excepção de menores e pessoal indiferenciado, que receberão 5000\$), 44 horas semanais, melhorias

¹⁴⁴ *Jornal da Greve...*, nº 11, 22-7-1974.

¹⁴⁵ *Jornal da Greve...*, nº 12, 23-7-1974.

¹⁴⁶ *Jornal da Greve...*, nº 13, 24-7-1974.

¹⁴⁷ “Reunião plenária dos trabalhadores das empresas Efacec-Inel dependentes das direcções de Lisboa realizada em 22-7-1974 na Voz do Operário, in *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976.

no pagamento das horas extraordinárias, limitações para esse mesmo trabalho extraordinário (máximos de 2 horas diárias e 240 anuais). Os despedimentos sem justa causa são proibidos até 31 de Outubro de 1974, e entre essa data e até 31 de Dezembro de 1974 serão controlados por uma comissão formada por trabalhadores, empresa e um representante do Ministério de Trabalho¹⁴⁸. Fica estabelecido o prosseguimento das negociações num prazo máximo de 15 dias.

Se durante os meses de Verão se poderia esperar uma acalmia dos conflitos nas empresas, tal não se veio a verificar. Já temos assinalado a extensão dos conflitos sociais aos campos do Sul e é neste período, sensivelmente até Outubro, que se luta e são assinados os CCT dos trabalhadores rurais a nível de concelho. No meio industrial há dois conflitos que adquirem grande relevância quando considerados como experiências que se vão reproduzir sucessivamente noutras empresas. A 4 de Julho os trabalhadores da Sociedade Industrial de Celuloses de Setúbal (Socel) ocupam a fábrica e mantêm-na em laboração. A meio do mês de Agosto o assalto pelo patrão francês às instalações da Sogantal no Montijo lança para o centro das atenções a luta numa pequena empresa do sector têxtil.

III.12. Socel (Setúbal)

A Socel era uma das muitas empresas surgidas na cidade de Setúbal durante a década de 60. Empregava cerca de 800 trabalhadores, a grande maioria de migração recente em Setúbal e muitos deles vindos do Alentejo. O processo de luta inicia-se a 7 de Maio com a eleição de uma CT que elabora um caderno reivindicativo e o apresenta à Administração da empresa. As reivindicações são agrupadas em dois pontos, um referente a salários e regalias sociais e outro que faz referência *a toda uma*

¹⁴⁸ “Documento resumo da totalidade dos acordos entre os trabalhadores das empresas Efacec e Inel de Lisboa e a administração das empresas até a data de 26 de Julho de 1974 inclusive”, in *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976.

*reestruturação da empresa e reclassificação de trabalhadores*¹⁴⁹. A 16 de Maio é alcançado um acordo sobre a primeira parte do CR. Sobre os acontecimentos que se seguem, deixamos a palavra à própria CT da Socel:

As negociações arrastaram-se durante um mês e – perante as manobras de obstrução de (sic) direcção, nomeadamente em reivindicações já acordadas no ponto I – foi a comissão de trabalhadores forçada a encerra-las.

Procurou-se então conseguir junto da administração o que se não tinha conseguido nas negociações de pormenor, para o que se estabeleceram contactos.

Conjuntamente com o ponto II procurou-se também que a administração aceitasse o saneamento que tinha, entretanto, sido votado em referendo e aprovado por 659 votos a favor, 20 contra e 9 abstenções.

Em princípio pareceu que a administração se mostrava receptiva em chegar a acordo sobre todos os pontos (incluindo o saneamento), vindo, no entanto, a desmascarar-se quando no dia 3 de Julho se colocou numa posição de força, cujos verdadeiros motivos se vieram a descobrir dias mais tarde.

Na razão directa desses motivos deverá estar a queda do primeiro governo provisório que se deu dias depois, e a possibilidade do presidente da Mesa da assembleia-geral da Socel, professor Fernando Olavo, ser indigitado para Primeiro-ministro.

É significativa a coincidência da tomada de força da administração ocorrer na altura em que os reaccionários começaram a deitar a cabeça de fora.

*Em face disto resolveram os trabalhadores, reunidos em plenário, tornarem pública a lista de saneamento e garantirem, por si, a laboração da fábrica e a segurança das instalações.*¹⁵⁰

¹⁴⁹ Comunicado dos trabalhadores da Socel, CT da Socel, s.d. (1974).

¹⁵⁰ Idem

A ocupação da empresa leva-se a efeito no dia 4 de Julho. Os trabalhadores mantêm a fábrica a laborar e impedem a entrada dos elementos saneados nas instalações da empresa.

No dia seguinte (4 de Julho de 1974) havia piquetes à entrada e quem tentou entrar não conseguiu. Fizemos uma reunião da CT e constituímos um colégio técnico, formado com o pessoal dirigente que fora poupado. Estes reuniam entre si, e depois com a CT, todos os dias logo de manhã. Mas como alguns não queriam criaram uma comissão, sempre com o visto da CT.

Havia algumas secções que apresentavam problemas devido à sua importância, como a caldeira, que fornecia energia a toda a fábrica. Na altura não havia informatização pusemos lá o X, um tipo do laboratório que morreu há pouco. O gajo estava muito preocupado. Nos conseguimos arranjar uma linha de telex permanente com o fabricante da caldeira. Tinha lá uma secretária e ia enviando informações ao fabricante e recebendo instruções dele (...). A fábrica fica sob um controlo operário absoluto. (...)

Como podes imaginar, isto implicava estar na empresa 18 horas por dia. Queríamos mostrar que os elementos saneados eram perfeitamente dispensáveis, queríamos aumentar a produção, e conseguimos. Batemos marcas de produção durante a ocupação.¹⁵¹

A situação de laboração com ocupação vai manter-se durante meses conseguindo o objectivo assinalado acima: a produção atinge 9097 toneladas em Julho e 9563 em Agosto contra um máximo de 8278 no melhor mês de 1974 antes da ocupação. No início da luta os trabalhadores chegam a reter a direcção da empresa, num momento em que a

¹⁵¹ Entrevista a Henrique Guerreiro e Eusébio Camacho, 3-5-2002.

ocupação tem os momentos mais radicais. Depois de uma reunião com a CT os directores são impedidos de abandonar a fábrica:

Nós preparamos perfeitamente o sequestro dos gajos. Reunimos e quando eles dão a reunião por terminada e tentam ir embora é-lhes dito que não podem sair. Estávamos no 1º andar dos escritórios, na sala de reuniões. Tínhamos cortado todos os telefones, menos um que desconhecíamos, directo, e que os gajos tentaram utilizar.

Entretanto a noite aproxima-se e vêm militares de Setúbal, dirigidos por um oficial do PC que se chamava Botas e que é filho de um operário da empresa. Quando chega diz-nos logo que o MFA é contra estas ocupações selvagens e exige falar aos trabalhadores. Nós tentamos demovê-lo, porque isso ia dar problemas. Uma intervenção militar nessas condições daria porrada. Mas o gajo falou, fez um discurso muito demagógico, dizendo que era filho de um trabalhador, que os trabalhadores estavam a ser instrumentalizados e coisas assim e foi apupado pela assembleia. Ainda vi o Botas o outro dia e me disse que o pai ainda não lhe perdoou esta.

Entretanto nós falamos com o Otelô Saraiva de Carvalho, que mandou para cá o Major Dias Ferreira, que garantiu logo a não desocupação da fábrica. Esta intervenção foi chave para manter a situação pacífica.

No dia a seguir a Administração foi almoçar ao refeitório dos trabalhadores. Imagina o que é ver aqueles gajos todos poderosos, com a barba sem fazer e cheios de fome, não tinham jantado nem tomado pequeno-almoço, a fome era de cão! E ali os trabalhadores a curtir, a mandar bocas como “então jabato, a espinha é boa? Dessa comes todos os dias”. Em processos demorados como este

*consegue ver-se para além da política, percebes a pessoa que está por trás dos papéis, as debilidades, o medo do indivíduo.*¹⁵²

Durante a ocupação os trabalhadores transformam o local de trabalho, que deixa de ser um local de opressão e alienação e serve à expressão dos anseios dos trabalhadores, de criação de um conceito de trabalho diferentes. A fábrica torna-se um espaço novo onde é possível fazer-se coisas inimagináveis umas semanas antes. Está presente também o receio de uma acção repressiva por parte do aparelho do Estado. Para essa eventualidade os trabalhadores tomam medidas preventivas que se vão mostrar supérfluas. A 9 de Maio de 1975 a empresa é nacionalizada e será integrada na Portucel, EP. Desta vez a acção radical de trabalhadores terá passado incólume, sem represálias no interior da empresa nem consequências de tipo legal.

O advogado disse-nos para falar gajos de fora da CT, que fossem os mais possíveis a falar e que não fosse só a CT, para evitar processos disciplinares ou judiciais à CT. Assim criamos uma Comissão de Saneamento que era a CT mais uns gajos. Ali era tudo a falar ao megafone, que era como um símbolo de poder. Toda a gente vinha dizer qualquer coisa.

Como disse a Administração foi apupada, o pessoal estava muito cansado, ninguém tinha saído da fábrica. Saíram alguns, os doentes, etc., mas muito pouca gente. De facto aquilo era um ambiente! Até dava para umas quecas vadias e umas coisas.

A coisa termina com um acordo: o Conselho de Administração aceita a criação de uma comissão de inquérito que analise as notas de culpa, que foram feitas todas pela CT. A Administração admite assim o princípio do saneamento e cria-se uma

¹⁵² Idem

comissão encarregue desse processo. Produzem-se notas de culpa, ouvem-se os acusados, e o Conselho de Administração sujeita-se a esta comissão.

Foram feitas as notas de culpa, os acusados defenderam-se, e finalmente foram saneados todos os acusados menos dois ou três, a quem a empresa propôs a reintegração, mas não na fábrica, nos escritórios em Lisboa.¹⁵³

Uma última anotação sobre o saneamento nesta empresa. Segundo o comunicado da CT antes citado os saneados são 16, sendo acusados de *incompetência, corrupção, comprometimento político, prepotência e abuso de autoridade*. A acusação de ligações com a PIDE-DGS só aparece em segunda linha, o que parece mostrar que esse comprometimento com o regime fascista não era muito evidente. Segundo os entrevistados que temos vindo a citar:

Há uma reunião da CT que decide afastar os fascistas da empresa e é elaborada uma lista com esse objecto. Esta é feita com os nomes propostos pelos delegados de cada secção. A minha opinião na altura, lembro-me, era que ser director era motivo suficiente para ser saneado. Assim saiu uma primeira lista. Depois apercebemo-nos de que assim mandávamos embora todos os directores, e isso deixou-nos preocupados, inquietos. Percebeu-se que a fábrica era amputada: saíam os responsáveis das caldeiras, da produção, da manutenção. Então decidimos ficar com o director menos mau, o Sr. X, que curiosamente foi o tipo que me meteu para a Socel. Mas eu só soube disto anos depois, na altura não fazia ideia. Isto deu azo a alguma polémica na empresa acerca da razão para o gajo ficar¹⁵⁴.

¹⁵³ Idem

¹⁵⁴ Idem

As primeiras empresas a entrar em auto-gestão terão sido pequenas fábricas do sector têxtil da periferia de Lisboa em situação muito semelhante. São empresas de pequena dimensão e propriedade de companhias estrangeiras que empregam mão-de-obra feminina e muito pouco qualificada, que recebe salários muito reduzidos. Esse é precisamente o aspecto que atraiu os investidores estrangeiros para Portugal: os diminutos custos salariais, comparativamente aos ordenados praticados nos países das casas mães e a docilidade e falta de direitos que caracteriza a mão-de-obra empregada. Um destes casos, o da Sogantal, tornar-se-á notícia de primeira página no seguimento de uma tentativa de recuperação das instalações por parte do patrão. O outro caso é o da Charminha, pelo qual começaremos.

III.13. Charminha (Pontinha, Lisboa)

A Charminha era uma pequena fábrica instalada na Pontinha propriedade do grupo suíço-alemão FM Hammerle. A fábrica portuguesa produzia quase em exclusividade para a casa mãe e os seus trabalhadores (quase todos mulheres) recebiam salários de 2200\$ e um trato desumano no seu horário de trabalho. De facto, as primeiras movimentações após o 25 de Abril estão directamente ligadas a essa situação. As trabalhadoras exigem aumentos salariais, fim do regime opressivo na fábrica e o saneamento do administrador responsável pelo dito regime, de nacionalidade austríaca. É eleita uma CT de sete elementos dos diferentes sectores da empresa. A 24 de Maio o administrador visado pelo saneamento foge do país, deixando para o pagamento dos ordenados desse mês um cheque sem fundos. *Neste momento (28-7-1974) as operárias da Charminha continuam a ocupar a fábrica, a fabricar, a vender, e a receber os seus salários, e têm perfeita consciência de que não precisam dos patrões alemães nem do administrador austríaco para continuarem a manter a fabrica em laboração. Possuindo matéria-prima que lhes dá para trabalharem até ao mês de Outubro, as operárias da*

Charminha estão decididas a continuar a sua luta e já têm planos para isso. Em assembleia geral as operárias aprovaram por 95% a formação de uma cooperativa de produção em que todos os trabalhadores da Charminha entrariam com uma quota igual; essa cooperativa de todos os trabalhadores da Charminha compraria toda a matéria-prima e organizaria a venda dos produtos da fábrica. O dinheiro apurado servirá para pagar os salários, e os lucros eventuais seriam divididos igualmente por todos os trabalhadores no fim do ano, depois de deduzida uma parte para actividades culturais, para uma creche (...). Assim as operárias e trabalhadores da Charminha realizam na prática um dos princípios básicos da sociedade socialista: a apropriação das riquezas por aqueles que as produzem¹⁵⁵.

A reportagem que estamos a citar dá o seguinte balanço de receitas e despesas para o mês de Julho:

Venda ao comércio: 183.272\$40.

Venda ao público: 328.570\$50

Cobranças: 37.840\$60.

Venda ao pessoal: 109.206\$10.

Total de receitas: 658.889\$60.

Ajuda ao pessoal sem ordenados e salários não pagos pela firma: 614.208\$

Luz, telefone e água: 7.587\$40.

Despesas de venda e gasolina: 8.250\$50

Outros: 4.133\$90.

¹⁵⁵ “Charminha: fabricamos e vendemos”, in *Revolução*, 26-7-1974.

O entusiasmo de que dá mostra o autor da reportagem é matizado por uma membro da CT: *temos consciência das dificuldades de uma iniciativa deste género numa sociedade capitalista. Mas desde que haja matéria-prima estamos suficientemente preparadas para dirigir isto sem necessidade de patrões, nem de administradores*¹⁵⁶. Os resultados do primeiro mês em autogestão são eloquentes: as receitas cobrem as despesas sem grande margem para o optimismo.

III.14. Sogantal (Montijo)

O outro caso, que podemos considerar o primeiro no tempo, é o da Sogantal, uma empresa de confecção têxtil do Montijo que produz fatos de treino. Como já referimos durante os meses de Verão de 1974 os acontecimentos ocorridos na fábrica foram objecto de grande interesse do público, merecendo a atenção dos meios de comunicação social e de prestigiados jornalistas¹⁵⁷. A Sogantal, que emprega 48 operárias, é um caso muito semelhante ao da Charminha. A fábrica é propriedade da firma S. A. Lammont, de capitais franceses que realiza uma parte do processo produtivo em Portugal beneficiando dos magros salários e da ausência de pressão sindical antes do 25 de Abril. O ambiente de trabalho é muito repressivo, com traços de paternalismo. No próprio dia 25 de Abril uma operária é suspendida durante quatro dias por ter deixado o trabalho durante hora e meia.

A 20 de Maio as operárias apresentam um caderno reivindicativo em que exigem um mês de férias pagas, o 13º mês e um aumento geral de 1200\$ para todas por igual. Como forma de pressão reduzem os ritmos de trabalho. A resposta da entidade patronal é só aceitar o que a lei estipule. A 30 de Maio a empresa comunica a decisão de pôr fim às actividades da fábrica, decisão que é comunicada a 8 de Junho ao Ministério do

¹⁵⁶ “Charminha: fabricamos e vendemos”, in *Revolução*, 26-7-1974.

¹⁵⁷ Não queremos deixar passar a oportunidade de referir um texto de Maria Antónia Palla intitulado “O caso Sogantal”, publicado em *O Século ilustrado* e depois recolhido na colectânea de Maria Antónia Palla *Só acontece aos outros*, Lisboa, Bertrand, 1978.

Trabalho. As operárias, postas perante um facto consumado, vão ter de tomar uma decisão. Ao Ministério propõem a nacionalização da empresa e a sua reconversão, que o Estado encontre um empresário interessado ou que os salários sejam pagos pelo Estado enquanto a fábrica estiver encerrada.

A 13 de Julho a Administração e o seu representante português abandonam as instalações. A fábrica fica nas mãos das operárias que continuam a trabalhar e vão começar a vender as reservas disponíveis para o pagamento de salários. Recebem a solidariedade de partidos e grupos de extrema-esquerda como o MES e o MRPP, mas também da secção local do PS, assim como o apoio do Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul. É organizada a venda militante de fatos de treino em escolas e fábricas. As primeiras vendas conseguem pagar parte das quantias devidas às trabalhadoras, que recebem o apoio solidário de José Afonso.

Na noite de 23 para 24 de Agosto, Pierre Lardat, o proprietário, à frente de um comando de cerca de 20 elementos, retoma a fábrica com a intenção de retirar a maquinaria e as mercadorias. Mas os populares notam coisas estranhas e põem as trabalhadoras de sobreaviso. No fim da tarde do dia 24 há uma concentração de operárias e população à porta da fábrica. Apercebem-se que algo não está a correr bem. Forçam a entrada nas instalações e avançam sobre o grupo de homens trazidos pelo patrão, que são protegidos pela GNR da fúria dos manifestantes. O comando abandona a empresa protegido por tropas no meio de apupos e insultos dos populares. A actuação do patrão gera uma considerável polémica, ficando estabelecido que as autoridades portuguesas¹⁵⁸ estavam ao corrente dos planos da operação.

¹⁵⁸ Segundo Palla estariam ao corrente da operação o Secretário de Estado Carlos Carvalhas e o seu chefe de gabinete João Amaral.

Depois da tentativa de tomada pela força por parte do patrão, a fábrica fica nas mãos das operárias, que durante cerca de um ano tentam gerir a fábrica. Segundo uma das dirigentes da luta:

A partir dessa altura (24 de Agosto) começamos a dormir dentro da fábrica. (...) Fazíamos piquetes, enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país. Levávamos comunicados para divulgarmos a nossa luta e, nisso, éramos apoiadas pelos diversos sindicatos. Gerou-se uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem. E esse dinheiro todo junto dava para pagar os nossos salários. Conseguimos manter a fábrica durante mais de um ano e, entretanto, surgiu a hipótese da auto-gestão, ou seja, outras empresas darem-nos trabalho e nós utilizarmos a fábrica para produzir¹⁵⁹.

¹⁵⁹ “48 jovens contra mercenários – Operárias da Sogantal expulsaram administração” entrevista a F. Cardoso in *Setúbal na rede*, ed. 86, 23-8-199. <http://arquivo.setubalrede.pt/1999/86/86sogantal.html>.

CAPÍTULO IV: *DEMOCRACIA AOS OPERÁRIOS, REPRESSÃO AOS REACCIONÁRIOS!* O MOVIMENTO OPERÁRIO DE SETEMBRO DE 1974 AO 7 DE FEVEREIRO DE 1975

Neste capítulo analisaremos os conflitos que se defrontam com a repressão do Estado e a tentativa de criar um enquadramento legal dos conflitos sociais. Nesse contexto desenvolve-se a necessidade de uma resposta organizada e coordenada do movimento operário, que toma forma na Comissão Interempresas, nascida das lutas do final de 1974 e que vai organizar a grande manifestação de 7 de Fevereiro de 1975 contra o desemprego e a presença da NATO em Portugal.

IV.1. CTT

O conflito dos trabalhadores dos correios é o primeiro que se vai depara com uma opção repressiva séria por parte do poder. Como vamos ver a ameaça de militarização do serviço consegue que o pessoal retome o trabalho sem ver atendidas as suas reivindicações. O processo começa publicamente quando a 5 de Maio, um domingo, se realiza uma Assembleia Magna dos CTT, onde dez mil trabalhadores elegem uma Comissão Pró-Sindicato¹⁶⁰. O pessoal dos CTT estava impedido de constituir sindicatos sob o anterior regime, A CPS vai iniciar o processo de elaboração de um caderno reivindicativo para ser apresentado à administração.

No dia 27 de Maio é entregue ao Conselho de Gerência um caderno reivindicativo que contém as seguintes exigências: salário mínimo de 6000\$ e aumentos salariais por categorias, um dia de folga semanal obrigatória, condições de remuneração das horas

¹⁶⁰ Em relação a este conflito seguimos o dossier publicado em A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, E. Afrontamento, 1977.

extraordinárias, subsidio de férias, questões ligadas às promoções e, finalmente, o horário de 35 horas semanais em cinco dias de trabalho. Esta última reivindicação, da qual os trabalhadores vão abdicar desde o início das negociações, vai ser usada para denegrir a sua luta. No mesmo dia os trabalhadores do sector das telecomunicações fazem pública a sua decisão de ficar à margem do conflito, e, na estação central do Terreiro do Paço os trabalhadores decidem, sem o apoio da CPS, uma paralisação do trabalho que se vai prolongar durante cerca de 24 horas.

A 7 de Junho o governo comunica a sua contra-proposta, que não satisfaz os trabalhadores. Estes convocam, no dia 12, uma greve geral a partir da segunda-feira seguinte, dia 17. Face ao insucesso da negociação, a greve inicia-se conforme o previsto com uma elevada adesão. Em diversas localidades do interior do país produzem-se movimentações de pessoas, alheias à empresa, contra a greve. O governo apresenta uma última proposta e prepara uma intervenção do exército para assegurar o serviço de correio. Nesta conjuntura uma reunião da CPS e de delegados regionais dos trabalhadores decide, ao fim da tarde do dia 19, retirar o caderno reivindicativo e apelar ao fim da greve, que se verifica na manhã de 20 de Junho. Uns dias depois, a 25 e 26, são detidos os aspirantes milicianos Anjos e Marvão por se terem recusado a cumprir uma ordem do seu comandante relativa à greve dos correios.

A greve dos CTT leva ao paroxismo a ofensiva contra as greves que descrevemos no capítulo 2. A 17 de Junho o CC do PCP *desaprova a greve dos CTT que, utilizando designadamente o justo descontentamento dos trabalhadores, procurou voltar estes contra o Governo numa posição que serve os desígnios da reacção*¹⁶¹. A 22 de Junho, discursando no Porto, Álvaro Cunhal assinala: *a greve dos CTT é um exemplo de como uma greve não deve ser declarada nem conduzida. É o exemplo de uma greve não só*

¹⁶¹ C. CC do PCP, 28-5-74.

*inútil, como prejudicial aos trabalhadores. (...) O objectivo dessa gente não era o melhoramento das condições de vida. O objectivo era paralisar um serviço fundamental para a vida do país, perturbar a vida económica e social, voltar os trabalhadores contra o governo. Os irresponsáveis da comissão pró-sindicato conduziram os trabalhadores dos CTT a um beco sem saída, ao isolamento em relação à população e a uma aventura cujo alcance poderia ter sido ainda mais grave*¹⁶². Os trabalhadores dos CTT denunciam as calúnias que membros destacados da Comissão pro-sindicato sofrem, sendo acusados de reaccionários e provocadores depois de longos anos de luta antifascista. Os comunicados do PCP serão utilizados pela extrema-esquerda para ataca-lo.

No mês de Agosto de 1974 desenrolam-se acontecimentos que têm como pano de fundo a tentativa por parte do poder em pôr limites à contestação social. Por um lado produzem-se dois conflitos laborais que se vão ver confrontados com a repressão do estado, as lutas do *Jornal de Comércio* e da TAP. Por outro vai ser elaborada legislação sobre o exercício do direito de greve, a Com efeito, o DL 392/74 de 27 de Agosto¹⁶³ prevê procedimentos muito estritos para o desenvolvimento dos conflitos laborais. O diploma tem alvos claros: não são permitidas as greves de solidariedade nem as ocupações, e qualquer paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, estabelecendo-se que são os sindicatos os órgãos competentes para a desencadear. À entidade patronal é assegurado o direito de *lock-out* defensivo.

A Lei de Greve vai encontrar a contestação dos trabalhadores, manifestada na marcha dos trabalhadores da Lisnave em 12 de Setembro desse ano. A tentativa de

¹⁶² Cunhal, A. *Discursos políticos (I)*, Lisboa, E. Avante!, 1975, p. 82.

¹⁶³ Reproduzido em Dossier 2ª República., 1º. vol, p. 338.

impedir essa manifestação com medidas repressivas vai falhar em toda a linha, e supõe mais um passo em frente na radicalização do processo político.

IV.2. *Jornal de Comércio* (Lisboa)

Se bem que temos centrado a nossa investigação nos movimentos dos trabalhadores da indústria, é preciso ter em consideração que a mobilização dos trabalhadores não fica restrita ao sector industrial. Sectores muito diversos protagonizam lutas de grande relevo, das quais não podemos dar devida conta. Um desses sectores não industriais é o dos trabalhadores da comunicação social. Alguns desses conflitos laborais vão-se tornar importantes casos no processo revolucionário, como são os processos que se desenrolam na Rádio Renascença, e já em 1975, no jornal *República*. Porém, a nossa atenção vai para a luta do *Jornal de Comércio*.

O *Jornal do Comércio* era um rotativo lisboeta com uma longa história que na altura do 25 de Abril estava nas mãos do Grupo Borges&Irmão, administrado por Miguel Quina. O grupo controlava abundantes meios de informação como *O Comércio do Porto*, *Diário Popular* ou *Record*, assim como empresas como a Mabor, a Eurofil ou a Icesa¹⁶⁴.

A 22 de Agosto os cerca de 300 trabalhadores do *Jornal do Comércio* entram em greve e ocupam as instalações do jornal dada a *manifesta indiferença e recusa da Administração em atender os seus legítimos interesses*¹⁶⁵. Os trabalhadores exigem o saneamento dos quadros da empresa, com especial ênfase na figura do seu director Carlos Machado, que é acusado de ser mau gestor e de *exercer uma política de opressão e exploração dos trabalhadores*¹⁶⁶. Os trabalhadores fazem alusão à identificação do seu director com o regime deposto, unida à linha de extrema-direita que segue o jornal desde

¹⁶⁴ Maria Belmira Martins *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, E. Estampa, 1973.

¹⁶⁵ Comunicado, citado por O. Neves. (dir.) *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978. Os elementos que referimos sobre esta luta estão retiradas desta obra.

¹⁶⁶ *Ibidem*

o 25 de Abril. Outras reivindicações têm a ver com a equiparação salarial com os trabalhadores do *Diário Popular*, pertencente ao mesmo grupo, a publicidade dos ordenados e outras questões menores.

A recusa de negociações por parte da entidade patronal leva ao prolongamento da greve e à decisão de publicar um jornal de greve por parte da assembleia dos trabalhadores. É nessa conjuntura que se produz a intervenção das autoridades. Na noite de 26 para 27 de Agosto duas dezenas de agentes da PSP e uma companhia do RAL 1 cercam as instalações do jornal, impedindo a entrada de pessoas alheias à empresa. No dia 28, à noite, as autoridades desocupam e selam as instalações em resposta à saída do dito jornal de greve. A greve do *Jornal do Comércio* transforma-se num caso de dimensão nacional.

No dia 29 de Setembro o Sindicato dos Jornalistas manifesta o seu apoio à luta dos trabalhadores do jornal. Dias depois, a 3 de Setembro, uma assembleia realizada na *Voz do Operário*, convocada pelo mesmo sindicato e os de Artes Gráficas, Revisores de Imprensa e Vendedores de Jornais e Lotarias, decide uma greve nacional de 24 horas dos órgãos de comunicação social. No dia 4 só estão nas bancas os jornais *O Século* e *Diário de Lisboa*¹⁶⁷. Este último jornal manifesta num comunicado dos seus trabalhadores inserido nas suas páginas o apoio às reivindicações dos seus camaradas do JC, em particular o saneamento do director Carlos Machado, mas consideram que a greve nacional não está justificada e serve os interesses da reacção.

A 12 de Setembro os trabalhadores do JC publicam o jornal *A greve no Jornal de Comércio*, impresso nas oficinas de *O Setubalense*. Nas páginas do jornal de luta são expressas de forma extensiva as reivindicações dos trabalhadores, assim como se dá resposta às críticas que a sua luta recebera de diversas entidades e quadrantes políticos.

¹⁶⁷ Segundo O. Neves a paralisação não terá afectado a RTP e postos de emissão de rádio.

Também se verifica nesse material o elevado grau de radicalização da sua luta, que aparece perfeitamente integrada no clima social que vive a classe trabalhadora portuguesa.

Não é difícil distinguir nos textos deste jornal a influência que exercem as ideias de certas organizações de extrema-esquerda. Assim, as críticas feitas por parte do PCP à sua luta são respondidas manifestando o carácter autónomo do seu movimento de greve e atacando a linha política do Partido Comunista, com referências claras à evolução da União Soviética¹⁶⁸

*O que ao PCP interessa, como A TODOS OS PARTIDOS HIERARQUIZADOS E DE CÚPULAS, É LEGALMENTE CONSTITUIR-SE EM EMPRESA QUE NO MOMENTO OPORTUNO DISTRIBUIRÁ OS LUGARES DO PODER AOS SEUS COMITÉS E CHEFES DE SERVIÇO, passando para os militantes a execução de uma nova moral dominante onde o TRABALHO DE UNS E OS PRIVILÉGIOS DE OUTROS serão palavra de ordem. 60 anos de história estão escritos para esta tese, esses que vêm da Revolução Russa aos nossos dias. E não é aqui propriamente o lugar para falar dela. Que, a este respeito, se sublinhe apenas o seguinte: o movimento dos trabalhadores do “Jornal de Comércio” é um movimento autónomo. Como tal começou, como tal terminará. NÃO PRECISAMOS DE PARTIDOS PARA A DESENCADear, quaisquer que fossem. NÃO PRECISAREMOS PARA AVANÇAR NELA. O que não quer dizer, evidentemente, que não registemos com o maior agrado aqueles que nos apoiem. MAS SEM HIPOTECAS!*¹⁶⁹

¹⁶⁸ Referências que são facilmente equiparáveis às críticas que a corrente m-l realiza à própria União Soviética.

¹⁶⁹ “Prefácio”, *A greve no Jornal do Comércio*, trabalhadores da empresa do Jornal do Comércio, 12-9-1974. Maiúsculos no original.

Segue-se uma variedade de artigos sobre a própria greve do JC e as suas implicações políticas. Segundo um dos textos¹⁷⁰ os 21 dias de greve decorridos são *catedratíssimo curso intensivo da prática política pós-25-abriliana*, ironizando com as conversações no Ministério do Trabalho. Num outro texto¹⁷¹ a luta na empresa é inserida no contexto político do momento, com os acontecimentos de Lourenço Marques como pano de fundo. Os trabalhadores põem a nu a tolerância que é dada aos reaccionários (legalização de partidos de extrema-direita, libertação de *pides* e de destacadas personagens da ditadura) e contrastam-na com a repressão que estão a sofrer, tal como acontece também aos trabalhadores da TAP.

No jornal que vimos analisando os posicionamentos dos diversos partidos sobre o conflito são passados a pente fino. São assinalados os comunicados de apoio de partidos da extrema-esquerda como o MRPP e a LCI, e carrega-se sobre os posicionamentos que o PCP tem para com a sua luta:

O comunicado em que a Organização de Lisboa dos Jornalistas do PCP atacam (sic) a greve do “Jornal de Comércio” é fundamentalmente contraditório:

Por um lado reconhece-se que “a situação económica das empresas jornalísticas é de uma forma geral deficitária, não sendo portanto por objectivos meramente económicos que os grandes monopólios se lançaram à sua compra”. Isto, que é uma evidência, fica no entanto sem consequência quando logo nos dois parágrafos seguintes o PCP diz que “... na presente situação nacional, a informação das massas é uma exigência permanente no sentido de as manter informadas e mobilizadas na defesa das conquistas efectuadas”, e “... não estando o patronato, graças ao controlo dos trabalhadores, a utilizar os meios de informação para

¹⁷⁰ “Impotência legal”, idem, ibidem.

¹⁷¹ “A nossa luta é contra a reacção”, idem, ibidem.

veicular os seus interesses, e sofrendo prejuízos na laboração das empresas, é evidente que a paralisação dos jornais não afecta economicamente e silencia –por contraditória iniciativa dos trabalhadores – uma informação que lhe não é favorável.

Oh, Deus! Por um lado o PCP reconhece que os capitalistas não têm os jornais para ganharem dinheiro. Onde ter então para quê? Claro que para defender os seus privilégios servindo-se de pessoas da confiança deles. Por outro lado, metendo os pés pelas mãos, o PCP descobre que na verdade o patronato não está a utilizar os meios de informação para veicular os seus interesses. Mistérios a que só o PCP pode responder.¹⁷²

A greve do JC mantém-se até depois do 28 de Setembro, só terminando com a prisão do director Carlos Machado na sequência da tentativa de golpe direitista. Da parte dos sectores da extrema-esquerda a leitura do desfecho deste conflito é óbvia. Nas palavras pronunciadas (como introdução à versão registada da canção do GAC *A greve* no “*Jornal de Comércio*”) por José Mário Branco:

22 de Agosto de 1974: exigindo o saneamento do director fascista Carlos Machado, os trabalhadores do “Jornal do Comércio” entraram em greve. Durante os 46 dias que esta durou muitos foram os ensinamentos colhidos pelos trabalhadores grevistas, pelos trabalhadores que a manifestaram a sua solidariedade e, em geral, por todo o povo que apoiou esta justa luta.

Muitas foram as provocações e as manobras de sabotagem. Os falsos amigos do povo, que se encobrem com palavreado “popular” e “democrático”, mostraram a sua verdadeira face de traidores dos interesses do povo. Muitos foram os insultos e os incitamentos à traição. A tudo os trabalhadores reagiram com firmeza e

¹⁷² “Prefácio”, *idem*.

organização. O saneamento dos fascistas é uma luta justa. Deixa-os organizar-se livremente em nome das liberdades democráticas é um crime repugnante que já custou a vida a milhares de trabalhadores por esse mundo...

*28 de Setembro de 1974: a intentona fascista é esmagada pela ofensiva popular e pela intervenção de soldados e marinheiros. Nas listas dos fascistas presos como principais responsáveis pela tentativa de golpe surge, oh! surpresa dos traidores, o nome de Carlos Machado. Não se surpreenderam os trabalhadores do “Jornal de Comércio”, nem o povo. Quem se engasgou foram os gerentes da burguesia com a missão de iludir o povo. A prisão de Carlos Machado viria a confirmar, se ainda fosse preciso fazê-lo, a justeza da luta pelo saneamento dos fascistas.*¹⁷³

IV.3. TAP

A luta operária na TAP começa imediatamente a seguir ao mesmo dia 25 de Abril. As actividades aeroportuárias são afectadas pelas operações do golpe militar, e só se normalizam no 27 de Abril. Na primeira semana depois do golpe, a 2 de Maio, a Comissão Sindical da TAP apresenta uma exposição à Junta de Salvação Nacional¹⁷⁴. As exigências são: destituição do Conselho de Administração, saneamento e escolha das chefias da empresa feitos pela assembleia de trabalhadores, a investigação completa dos acontecimentos de Julho de 1973 e a readmissão de todos os despedidos sem justa causa. O CA deve ser substituído por uma comissão provisória formada por 6 trabalhadores da empresa, à razão de dois pelos sectores de manutenção, manobras e administrativo, metade eleitos pelos trabalhadores e metade designados pela JSN. É pedido *o início da estruturação de todo um processo cuja meta final será o sistema de auto-gestão*,

¹⁷³ A greve no “Jornal de Comércio”, Grupo de Acção Cultural.

¹⁷⁴ “Comunicado”, CS da TAP, 3-5-1974. In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977.

suficientemente vago para recolher o apoio da unanimidade dos trabalhadores. Uma assembleia-geral é convocada para o domingo 5 de Maio para fazer a eleição dos três representantes dos trabalhadores do novo órgão de gestão. A 7 de Maio a JSN nomeia os seus representantes¹⁷⁵, aceitando as propostas feitas pela CS. O princípio do saneamento é aceite pelo poder estabelecido.

Porém o ambiente social dentro da TAP não vai conhecer um momento de acalmia. Rapidamente vão surgir desentendimentos entre a nova administração e os trabalhadores, ficando colocado em causa o processo que levou ao acordo com a JSN. O princípio de colaboração entre trabalhadores e empresa, explícito nesses acordos, é posto em questão desde uma perspectiva de luta de classes e de incompatibilidade de interesses entre capital e trabalho. É preciso assinalar desde já que no seio dos trabalhadores da TAP tomam forma uma variedade de organizações políticas: o PCP, o PS, o MES, o MRPP e o PRP têm uma actividade continuada entre ou junto dos trabalhadores da TAP.

No processo da luta até Setembro de 1974 configura-se um confronto entre os posicionamentos moderados, agrupados em torno do PCP e que vão rejeitar a greve como forma de luta, e o pessoal mais radical que se revê nas organizações da extrema-esquerda. Entre esses agrupamentos surgirão convergências pontuais em determinados momentos, que conseguem atrair outros trabalhadores sem filiação partidária em torno da defesa da greve como forma de luta e da resistência face à repressão que se abate sobre os trabalhadores.

Dos compromissos aceites em Maio pela JSN surgira uma Comissão Administrativa (CA) formada por três representantes dos trabalhadores e três militares nomeados pela JSN, presidida pelo Coronel Moura Pinto, nomeado igualmente pela JSN.

¹⁷⁵ São o Coronel Moura Pinto (Delegado da JSN) e os Tenentes-Coronéis Norton, Damásio e Almeida Reis, pela JSN; José Manuel Duarte Soares (comandante), Carlos Alves (operário de manutenção) José Nunes Lourenço (administrativo), eleitos pelos trabalhadores.

A 20 de Maio é eleito o Conselho de Trabalhadores (CT), formado por 90 trabalhadores escolhidos pelas diferentes secções, com a missão de coadjuvar a actividade da CA. Ao mesmo tempo forma-se uma Comissão Sindical (CS), com representantes dos diferentes sindicatos representativos da TAP: administrativos (3800 trabalhadores), metalúrgicos de Lisboa (1600), pessoal de voo (1100) e electricistas de Lisboa (400), e outros quatro sindicatos de menor representatividade.

A CA desenvolve durante o seu período uma actividade que levanta animosidade e desconfiança da parte dos trabalhadores, que encontra expressão entre o sector mais operário da companhia, a Divisão de Manutenção e Engenharia. Essa situação de falta de diálogo leva a que a CA apresente a sua demissão a 16 de Julho. No seu comunicado faz-se uma caracterização que amplia a celeuma entre os trabalhadores.

1) Actualmente os trabalhadores da TAP encontram-se divididos em dois grandes grupos:

a) um, constituído pelos irresponsáveis, ociosos e medíocres que, perfeitamente conscientes das suas limitações, enveredaram pelo caminho onde tudo é mais fácil: destruir.

b) outro, mais numeroso, formado pelos trabalhadores que, de forma passiva, pusilânime e indiferente, assistem apaticamente à sua própria destruição.¹⁷⁶

A resposta dos sectores mais radicalizados de trabalhadores não se faz esperar. Essa surge num texto com data de 25 de Julho lançado pelos Comitês Operários de Base (COB) da TAP¹⁷⁷, que encontra eco entre os trabalhadores da DME. Nele se faz uma

¹⁷⁶ “Comunicado da CA nº 28”, CA da TAP, 16-7-1974. In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 125.

¹⁷⁷ “Só lutando venceremos – TAP: lições dos últimos três meses de e as novas perspectivas para a nossa luta”, COB da TAP, 25-7-1974 in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 125.

análise dos últimos desenvolvimentos do processo de luta e se traça uma estratégia que se vai tornar no eixo da greve em Agosto. O documento coloca em questão as decisões tomadas pelos trabalhadores no início de Maio, considerando que foram decididas sem o esclarecimento suficiente. Encontramos uma rejeição profunda do princípio da auto-gestão assumido naquele momento:

A participação de trabalhadores na gestão de uma empresa capitalista é, portanto, sempre um erro grave pois só serve para pôr alguns trabalhadores a justificar as medidas que são do interesse do patronato (por exemplo a justificar os despedimentos), evitando o confronto directo entre o capital e o trabalho, e só serve para criar confusão e nos dividir.

(...)

A auto-gestão é antes de tudo o poder dos trabalhadores, é a gestão de uma empresa pelos trabalhadores e para satisfazer as necessidades desses trabalhadores e de todo o povo e não para obter lucros.

Nesse sentido a auto-gestão não pode existir numa sociedade capitalista. O que pode acontecer é que quando os patrões encerram as empresas, procedem a despedimentos em massa (...) aos trabalhadores (...) só resta tomar conta da empresa (como o caso LIP em França e da Sogantal no Montijo), mas é sempre uma experiência limitada, uma experiência que não pode durar muito (...).

A verdadeira auto-gestão só pode, portanto, existir numa sociedade socialista, numa sociedade controlada em todos os seus aspectos pelos trabalhadores.¹⁷⁸

Efectivamente, o documento analisara previamente o carácter capitalista da empresa TAP, existindo portanto no seu seio *interesses antagónicos*.

¹⁷⁸ Idem, Ibidem.

No âmbito da TAP o documento é muito crítico com a actividade da CA, já demissionária. O tom é muito aceso, como não poderia deixar de ser depois das palavras dirigidas por aquela no seu último comunicado. Como perspectiva de luta desenham-se uma série de objectivos: efectivação do saneamento, proibição dos despedidos sem justa causa e continuação da negociação do ACT, entrando o clausulado já acordado em vigor a partir de 1 de Agosto. Como forma de luta deverá ser privilegiada a organização *em cada local de trabalho, para coordenação e ligação da luta de todos os sectores e para podermos responder em cima da hora às manobras repressivas que possam surgir*¹⁷⁹.

O documento retira conclusões dos conflitos mais recentes e do tom das críticas que, desde o âmbito do poder, se fazem ao uso “abusivo” da greve. Assim:

*Temos de fazer a divulgação correcta da nossa luta, impedindo que ela venha a ser deturpada, como aconteceu com a greve dos CTT e impedir que nos isolem dos outros trabalhadores.*¹⁸⁰

Sobre a “teoria do caos económico”, eixo do discurso contra as greves dos sectores mais reaccionários, este texto conclui com uma resposta revolucionária e de classe, de resto na linha de todo o documento:

Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantalho do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a ser nós trabalhadores a controlar toda a

¹⁷⁹ Idem

¹⁸⁰ Idem

*sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.*¹⁸¹

Outros desenvolvimentos acontecem entre os diferentes órgãos que representam os trabalhadores. Surge um conflito que confronta a CS com os operários da manutenção, sobre as atribuições que são contempladas nos estatutos para o CT, que se encontra em processo de discussão. Num comunicado¹⁸² o COB faz uma série de precisões sobre modelo de Conselho de Trabalhadores que deve surgir na TAP. Segundo a opinião desse organismo, que agrupa os trabalhadores da DME, o CT deve ser *um efectivo instrumento de contra-poder dentro da TAP e não um órgão destinado a racionalizar a exploração de que somos vítimas e a mascarar os antagonismos de classe*¹⁸³.

Num comunicado¹⁸⁴ precedente a CS fazia uma defesa do papel dos sindicatos como representantes dos trabalhadores, criticando a caracterização do CT como um órgão autónomo que, segundo os sindicatos, dessolidarizaria os trabalhadores da TAP dos seus camaradas de profissão noutras empresas. Segundo o COB a autonomia que interessa preservar *é a autonomia face ao capital*¹⁸⁵, pois o que interessa aos trabalhadores *é a unidade do operariado e de todo os explorados e não a unidade dos trabalhadores de cada profissão – isso é corporativismo*¹⁸⁶. Uma unidade que tem de ser *em volta de objectivos concretos, a unidade na luta, a unidade revolucionária*, e não a *unidade lamechas que os reformistas sempre dizem não existir para continuarem a pactuar com os exploradores*¹⁸⁷.

¹⁸¹ Idem

¹⁸² “Temos de lutar por um CT que sirva os nossos interesses”, COB da TAP, 7-8-1974 in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 142.

¹⁸³ Idem, ibidem

¹⁸⁴ “Comunicado nº 8”, CS da TAP, 5-8-1974 in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 140.

¹⁸⁵ “Temos de lutar por um CT que sirva os nossos interesses”, COB da TAP, 7-8-1974 in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 142.

¹⁸⁶ Idem, ibidem.

¹⁸⁷ Idem.

No dia 14 de Agosto a CA rompe as negociações em curso do ACT, alegando que os trabalhadores da DME decidiram de forma unilateral o horário de 40 horas de trabalho. A tentativa de conciliação da CS é rejeitada por aqueles mesmos trabalhadores

A 19 de Agosto os trabalhadores da DME fazem uma concentração frente ao edifício da administração para entregar o seu caderno reivindicativo¹⁸⁸. Nele os trabalhadores fazem suas as propostas de luta mais radicais e exigem saneamento, revisão salarial, aplicação imediata do acordado na negociação do ACT, investigação dos acontecimentos de Julho de 1973 e dos responsáveis pelos despedimentos posteriores a essa data, fim aos despedimentos sem justa causa, repartição equitativa da parte dos lucros que cabe aos trabalhadores e abertura permanente do posto médico. É exigida uma resposta até às 15.30 do dia 26 de Agosto. Os aumentos salariais exigidos são inversamente proporcionais aos salários, não abrangendo os salários superiores a 16000\$,

Dias depois os trabalhadores administrativos da empresa manifestam a sua solidariedade com os operários da DME, desautorizando os seus representantes sindicais e denunciando as pressões de que foram alvo, por parte de estruturas sindicais e membros do governo. Os trabalhadores de abastecimentos também aderem às reivindicações da DME, ficando apenas de fora o pessoal de voo e o de escala de pessoal.

À hora prevista no ultimato dado à CA, os trabalhadores da TAP que tinham aderido ao CR da DME paralisam o trabalho. É eleito em plenário um Secretariado com competência para agir em situação de emergência, do qual fazem parte trabalhadores conotados com os posicionamentos mais radicais, entre os quais Santos Júnior.

¹⁸⁸ “Caderno Reivindicativo da DME”, 20-8-1974 in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 145.

Imediatamente começam as pressões no sentido de demover os trabalhadores da greve. O ministro de trabalho, Costa Martins, visita no mesmo dia 26 as instalações da Portela junto de alguns elementos do seu gabinete¹⁸⁹. Nas suas declarações o ministro alerta para as consequências políticas da greve, na situação particular em que o país vive, e chama a atenção para o carácter extra-sindical da greve. O secretariado eleito pelos trabalhadores não tem dúvidas em confirmar essa caracterização. A intervenção das autoridades dura todo o dia 26, sem conseguir convencer os grevistas a depor a sua atitude. O secretariado da greve publica um comunicado em que defende a opção feita pelo plenário da empresa¹⁹⁰. Nos meios de informação estende-se o boato de que a ligação Lisboa-Bissau não estaria a funcionar¹⁹¹, pondo em dificuldade o processo de descolonização. A acusação é rejeitada liminarmente pelos grevistas em futuros comunicados¹⁹²

Na madrugada do dia 27 tropas do COPCON comandadas pelo Major Jaime Neves ocupam posições no aeroporto lisboeta. Segundo um comunicado distribuído entre os trabalhadores, uma força

...de choque completamente armada em moldes de entrar em combate imediato, era composta por uma companhia completa de comandos, uma companhia completa de Pára-quedistas, equipados de camuflado, 4 cartucheiras cada homem, faca de mato, e armados de metralhadoras G-3 e G-3 calibre 7.62 de coronha retráctil. Carros de combate chaimites em número de 5 com os ninhos de metralhadoras virados para os trabalhadores e equipados com as respectivas

¹⁸⁹ Entre os quais Daniel Cabrita, antigo dirigente do Sindicato dos Bancários e da Intersindical, e o Dr. Carlos Carvalhas.

¹⁹⁰ “Comunicado dos trabalhadores da TAP à população”, “trabalhadores da TAP”, (28-9-1974), in A. V. O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3º, p. 150.

¹⁹¹ Ver *Diário de Notícias*, 28-8-1974, e *República*, 29-8-1974.

¹⁹² TAP – Comunicado à população (comunicado dos trabalhadores em greve, depois de 28-9-1974). CD 25 de Abril, U. de Coimbra.

*tripulações, prontas a intervir. Como não podia deixar de ser lá estavam os simpáticos “pastores alemães”.*¹⁹³

Os trabalhadores mantêm-se em assembleia permanente. No dia 28 é anunciado o enquadramento militar do pessoal da TAP, ficando este sujeito ao Regulamento de Disciplina Militar. O anúncio é feito aos grevistas pelo ministro de trabalho e o comandante do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho. Os efeitos dessa medida fazem-se sentir imediatamente. Todos os sectores da empresa, com excepção dos trabalhadores da DME, tomam posição pública contra a greve, abandonando-a. A célula do PCP na TAP emite um comunicado em que denuncia a actividade de *esquerdistas* e *aventureiros* que estão *objectivamente a fazer o jogo das forças mais reaccionárias*¹⁹⁴. O Partido Comunista apela ao fim da greve, ao repúdio de “novas aventuras e tentativas de provocação”, e à “rápida normalização da situação na TAP”.

Na própria DME os trabalhadores tentam continuar o movimento a través de uma greve de zelo e a garantia de assistência à ponte aérea Lisboa-Bissau. Mas a partir do dia 29 a actividade tende a estar normalizada.

A efectividade da repressão dura apenas duas semanas, e o conflito na DME reacende no final de Setembro. Durante essa acalmia produz-se, a 3 de Setembro, a tomada de posse na nova administração da empresa que substitui a CA demissionária desde Julho. A seguir cria-se uma “Comissão governamental para a TAP”, que redige um relatório¹⁹⁵ em que recomenda a aceleração do saneamento e da negociação do ACT, integrando aqui o caderno reivindicativo da DME, e a realização de um plenário de todos

¹⁹³ *Os trabalhadores da TAP face a repressão*, (comunicado dos trabalhadores grevistas, 27-8-1974?). CD 25 de Abril, U. Coimbra.

¹⁹⁴ “Aos trabalhadores da TAP”, célula do PCP da TAP”, 28-9-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 150.

¹⁹⁵ *Relatório*, comissão governamental nomeada para a TAP, s.d. Arquivo Histórico do PS, pasta 950.

os trabalhadores para superar a crise. A comissão põe de parte o recurso à repressão directa.

A 17 de Setembro uma assembleia de trabalhadores decide uma paralisação total a partir das 0 horas de 24 se não for dada resposta ao caderno reivindicativo e retiradas as forças militares do aeroporto. Como resposta à ameaça de greve é reforçado o destacamento que guarda o aeroporto.

Com o início da paralisação a repressão amplia-se: sete trabalhadores são chamados a depor para averiguações pelas autoridades militares e, no dia 25, ao abrigo do RDM são despedidos 200 trabalhadores, todos do Hangar 6 da DME. Nas ruas de Lisboa têm lugar duas manifestações sucessivas de repúdio a essas medidas¹⁹⁶. Um comunicado dos trabalhadores da DME rejeita as primeiras medidas de repressão lembrando que:

A TAP foi mobilizada pela Portaria 541/74 que invoca o Dec. 32770 do RDM de 17-1-43, e mesmo à luz desta lei fascista a mobilização da TAP é ilegal.

*É portanto uma prova insofismável de que os capitalistas não exitam (sic) em lançar mão de todas as manobras e da lei da força na repressão dos trabalhadores.*¹⁹⁷

As actuações do PCP, que se posicionara novamente contra a greve a 23 de Setembro¹⁹⁸ e apelara à normalização da empresa, são duramente criticadas pelos trabalhadores mais radicais. O Partido Comunista torna-se alvo preferencial dos

¹⁹⁶ O número de despedidos aumenta até os 400 nos dias seguintes, segundo os diversos comunicados dos trabalhadores.

¹⁹⁷ TAP – *Comunicado à população: a repressão abate-se sobre os trabalhadores – vários detidos*, trabalhadores da TAP, 24-9-1974. CD 25 Abril, U. Coimbra.

¹⁹⁸ Segundo A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, o Comité Local de Lisboa do PCP recusara representatividade ao plenário dos trabalhadores da TAP.

trabalhadores mais ligados às organizações da extrema-esquerda¹⁹⁹. Num comunicado distribuído nas manifestações contra a repressão, em que a influência dos posicionamentos do MRPP é manifesta, pode ler-se:

A JUNTA e o GOVERNO PROVISÓRIO sempre falando de “liberdade” e “democracia” desencadeiam pérfidos ataques que haviam architectado. Tal como nos casos da LISNAVE, dos CTT, da nossa greve, as campanhas da Intersindical, das células do P”C”P, do delator Sérgio Ribeiro antecederam a chegada do COPCON, da polícia das prisões – e, paralelamente a intensificação da luta operária e popular.

No momento em que os fascistas, legionários e pides são postos em liberdade para poderem organizar-se.

No momento em que a contra-revolução se arma e se prepara para cair sobre o povo desarmado.

Num momento assim a JUNTA e o GOVERNO PROVISÓRIO e os Partidos Governamentais não podem suportar mais suportar a máscara rota que ostentam
(...)

Por isso, a justa causa dos trabalhadores da TAP em citar sobre si o ódio de toda a reacção: dos fascistas, do Governo, da Junta e do Partido do Ministro Cunhal.
(...)²⁰⁰

Na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro a situação vai normalizar-se. A greve termina, no início de Outubro é dissolvido o “Destacamento Militar TAP”, a designação dada às instalações da TAP militarizadas, e os trabalhadores despedidos são

¹⁹⁹ O MES e o MRPP, entre outros, apoiam a greve publicamente.

²⁰⁰ À luta, Camaradas, 25-9-1974. Comunicado sobre a luta da TAP de procedência desconhecida, da autoria da extrema-esquerda. CD 25 de Abril, U. Coimbra.

readmitidos, a grande maioria de forma imediata²⁰¹. Em suma, a repressão não vergara a combatividade dos operários da DME da TAP.

IV.4. Lisnave

Deixamos os estaleiros navais do Tejo imediatamente depois da greve que mobilizou os trabalhadores do estaleiro em Maio. Durante os meses seguintes as prioridades da luta na Lisnave vão ser a organização de uma estrutura representativa dos trabalhadores da empresa, que toma corpo na denominada Comissão de Delegados dos Trabalhadores da Lisnave, e a efectivação do processo de saneamento de alguns quadros dos trabalhadores da empresa. A CDTL toma formas claras durante os meses do Verão, enquanto a falta de resposta das autoridades quanto ao saneamento vai levar à organização da grande manifestação em Lisboa a 12 de Setembro, em que os trabalhadores da Lisnave exigem o saneamento e repudiam a Lei de Greve entretanto decretada. A manifestação de 12 de Setembro quebra a tentativa de repressão por parte das autoridades, sendo a sua efectivação uma importante vitória dos trabalhadores. No plano político o confronto das posições do PCP e da CDTL colocam ao Partido Comunista numa posição minoritária, numa empresa industrial emblemática e economicamente estratégica. Durante alguns meses na indústria naval predomina a influência das forças mais à esquerda.

Depois de retomado o trabalho em Maio a estrutura representativa nascida durante a greve mantém-se activa. Como tínhamos assinalado, já durante o movimento a “Comissão dos 42” fora sendo reforçada com delegados eleitos nas secções, na proporção de 1 para 50. A eleição de delegados continua depois da greve. Começa a

²⁰¹ Segundo notícia de *A Capital* de 6-1-1975, nessa data já estariam readmitidos o total dos despedidos, tendo sido aplicadas sanções de suspensão de ordenado a 19 trabalhadores.

funcionar uma estrutura de assembleia de delegados²⁰², dentro da qual são criadas comissões para temas específicos²⁰³. Entre estas comissões vai adquirir uma relevância especial a Comissão de Saneamento. É criada uma comissão que elabora os regulamentos para a Comissão de Delegados, que apresenta as suas conclusões a 30 de Julho²⁰⁴. Na introdução ao projecto os redactores informam de que foram inquiridos cerca de 4000 trabalhadores acerca do mesmo.

A CDTL é composta por delegados eleitos por secções e grupos profissionais na base de 1 delegado por 50 trabalhadores, num total de 190 delegados entre os que predominam os delegados dos sectores operários (Departamentos Fabril e de Estruturas Metálicas). Os membros da CDTL, por sua vez, escolhem entre si os componentes de uma Comissão Coordenadora formada por 42 elementos, na base de 1 delegado por 200 trabalhadores, 1/8 dos seus membros escolhidos pelos sindicatos. Os delegados da CDTL organizam-se em comissões de serviço, departamento e direcção, e dentro da própria CDTL organizam-se comissões auxiliares formadas pelos delegados eleitos. As comissões auxiliares ocupam-se de uma variedade de assuntos. A comissão auxiliar de salários atende à análise inflacionária, horário de trabalho, promoções. A de Fiscalização ocupa-se do controle da gestão, investimentos, contabilidade e balanços. Outras comissões auxiliares são as de emprego, formação profissional, cultura e recreio, prevenção e medicina no trabalho, disciplina, assistência social, jovens trabalhadores, mães trabalhadoras e estudantes trabalhadores. É previsto um mandato de um ano. A

²⁰² Seguimos o trabalho de Patriarca, F. “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977-3º.

²⁰³ “Acta da reunião da CT que organizou o caderno reivindicativo, efectuada em 31-5-1974”, CDTL, 1-6-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 74.

²⁰⁴ “Comissão de Delegados dos Trabalhadores – Regulamentos”, CDTL, 30-7-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 77.

proposta estatutária é aprovada pelos trabalhadores em Agosto, com 3610 votos favoráveis, 210 contra, 100 abstenções e 16 nulos²⁰⁵.

Ao mesmo tempo a vida política no estaleiro da Margueira é preenchida com outras questões. Por um lado surgem os primeiros sintomas da crise do sector naval, com cancelamentos de encomendas que a administração da empresa atribui aos atrasos provocados pela greve²⁰⁶. A evolução e perspectivas da empresa tornar-se-ão em tema de polémica entre a administração e os trabalhadores, com acusações de sabotagem económica como pano de fundo. Mas nos primeiros meses do processo revolucionário a questão central na Lisnave vai ser o saneamento.

A questão do saneamento tinha sido levantada no caderno reivindicativo que está na origem da greve de Maio. Nessa altura o assunto fica em segundo plano, mas depois do fim da greve na CDTL forma-se uma Comissão de Saneamento encarregue de produzir um caderno de acusações²⁰⁷, que é feito público a 27 de Junho.

Os visados pelo saneamento vão ser quatro quadros da empresa, entre os quais se destaca a figura do Eng. Perestrello, administrador-delegado da Lisnave. Todos eles são acusados de colaborar com a PIDE-DGS e de elaborar “listas negras” dos trabalhadores mais activos, com os acontecimentos de 1969 como referente. Segundo as acusações o administrador-delegado *tomou atitudes que nesse momento foram de alta conivência com o regime fascista, colaborando na prática com a PIDE, ao elaborar um caderno com 24 nomes de operários*²⁰⁸. O resto dos propostos para saneamento é alvo de acusações semelhantes, aos quais se une um outro elemento, chefe dos porteiros e que é

²⁰⁵ Patriarca, F. “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave”, *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977-3º. A autora faz uma interessante análise desse resultado em termos de participação, considerando-a significativa.

²⁰⁶ “Comunicação aos trabalhadores da Lisnave”, CA, 30-5-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 70.

²⁰⁷ “Caderno de acusações”, Comissão de saneamento, 27-6-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 79.

²⁰⁸ Ídem, ibídem.

acusado de colaborar com a PIDE e infiltrar-se nas organizações anti-fascistas. Segundo o caderno, este *pertencia àquela corja ignóbil* de colaboradores da polícia política, que *são os maiores traidores à classe operária porque, sendo explorados, escolheram o caminho de vender os seus camaradas por umas miseráveis migalhas que o Fascismo lhes proporcionava*²⁰⁹. O caderno de acusações também inclui uma lista de irregularidades detectadas pela comissão de saneamento, relativas a pagamentos efectuados pela empresa por serviços suspeitos.

O debate fica aberto em relação às formas de luta para exigir o saneamento dos visados no caderno. Realizam-se plenários a 2 e 15 de Agosto, que contam com uma adesão bastante fraca, o último decidindo a realização de uma manifestação de rua depois de contactos com a administração e o governo²¹⁰. Desde a CDTL defende-se que os delegados devem desempenhar um papel de mobilização e esclarecimento dos trabalhadores, Assim os trabalhadores da Lisnave devem *discutir obrigatoriamente (...) o caderno de acusações para uma maior consciencialização de todos sobre o processo em curso*²¹¹. O saneamento deve incluir não só os culpados de colaboração com a repressão. A assembleia decide que:

*Todos os trabalhadores da Lisnave devem analisar os casos dos indivíduos que pela sua actuação se integram na qualidade de “LACAIOS”, possíveis portanto de serem saneados da empresa*²¹².

A 7 de Setembro um plenário de 2000 trabalhadores ratifica a decisão de realizar a manifestação, para cuja condução é elaborado um pormenorizado plano²¹³. Depois do

²⁰⁹ Idem., ibidem.

²¹⁰ Segundo Patriarca, op. Cit, a iniciativa está a cargo dos militantes das correntes m-l, enquanto que os delegados próximos do PCP defendem a redacção de um abaixo-assinado.

²¹¹ “Acta da AGT”, CDTL, 15-8-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 102.

²¹² Idem, ibidem.

almoço os trabalhadores devem regressar ao seu local de trabalho, onde devem estar atentos aos esclarecimentos e exortações dos seus delegados. Depois serão formados grupos e se procederá a uma concentração no interior do estaleiro, frente à administração. Os trabalhadores formarão

*(...) em filas cerradas de 7 homens, tendo a preocupação de colocar os dois mais robustos fisicamente nos extremos. Esses homens, quando houver ordem para tal, terão por missão formar um cordão envolvente exterior, de protecção à manifestação.*²¹⁴

Os trabalhadores marcharão em formação até Cacilhas, onde tomarão o transporte fluvial para Lisboa. Na margem norte os operários da Margueira farão a sua junção com os da Rocha no Cais do Sodré. Ali será guardado um minuto de silêncio em apoio “à luta do povo chileno”. É determinado o percurso da marcha até o Ministério de Trabalho, à praça de Londres, estabelecendo-se que o mesmo será percorrido no regresso. Também fica estabelecido que:

-Todo o pessoal oficial envergará fato macaco e capacete.

-O pessoal administrativo, caso não tenha fato macaco, irá com o seu traje habitual “civil”, e capacete, sendo possível (...) caso estejam de acordo.

(...)

-É expressamente proibido gritar palavras de ordem que não sejam as aprovadas.

²¹³ “Plano de organização e condução da manifestação”, CDTL, 10-9-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 105.

²¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

*-A ordem para a invocação das diversas palavras de ordem partirá sempre da cabeça da manifestação para trás, de modo a não haver divergências e todos as gritarmos em uníssono, como uma só voz.*²¹⁵

Também fica decidido que a comissão de saneamento elabore um comunicado à população, a ser aprovado pelo plenário. Este deve conter um historial do processo de luta na Lisnave, análise da *Lei Anti-greve*, despedimentos e solidariedade para com todos os trabalhadores em luta. Espera-se a adesão de trabalhadores de outras empresas, que deverão marchar na cauda da manifestação. Patriarca fala na participação de trabalhadores da Eni, Setenave, Efacec-Inel, CTT e da TAP, tendo sido tentada uma integração em massa de operários desta última, que nesse momento se encontrava ocupada militarmente e sujeita ao foro militar²¹⁶.

No dia 11 de Setembro, na véspera da manifestação, o PCP distribui um comunicado²¹⁷ em que toma posição contra a realização da manifestação. Ainda no mesmo dia o MAI considera ilegal a realização da manifestação.

O Partido Comunista considera que na situação política que se vive (crise económica, reorganização da reacção, acontecimentos de Moçambique) se impõe *a união dos trabalhadores entre si e com o MFA e o Governo Provisório*. A realização da marcha prevista seria uma *manifestação de hostilidade ao Governo e de desrespeito pela ordem democrática, que só pode aproveitar à reacção, (...) para reinstaurar o fascismo em Portugal*. O PCP critica a forma como foi decidida a manifestação, criticando a actuação de *elementos aventureiros e grupelhos*, que usando *processos intimidatórios e não permitindo que todos expressem livremente a sua opinião*, que levaram os

²¹⁵ Ídem, ibídem.

²¹⁶ Patriarca, F. “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º.

²¹⁷ “Aos trabalhadores da Lisnave!”, Célula do PCP da Lisnave-Margueira, 11-9-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 108.

trabalhadores a *posições irreflectidas, formas de luta que os conduzem para becos sem saída*, e propõe que os trabalhadores se concentrem frente à administração como alternativa.

O comunicado cai como uma bomba na Margueira, sendo em geral mal recebido, havendo casos de trabalhadores que rasgam o comunicado²¹⁸. Dentro dos trabalhadores que apoiam esse partido a aceitação do posicionamento não terá sido fácil. Nos testemunhos recolhidos por Patriarca descortina-se que muitos militantes do PCP no estaleiro não estão de acordo com o comunicado, e vão participar na manifestação. Quando, no dia 12, os operários da Lisnave, concentrados no interior do estaleiro, ratificam a decisão de realizar a manifestação por uma larguíssima maioria²¹⁹, o Partido Comunista está a sofrer um verdadeiro revês política: os trabalhadores de uma das maiores empresas do país, de forte composição operária e com tradições de luta, recusam a sua estratégia política e apoiam uma linha mais radical.

À hora prevista inicia-se a movimentação dentro da Margueira. A concentração dos trabalhadores decide manter a manifestação, com apenas 25 votos contra²²⁰. O oficial do COPCON destacado ali é vaiado pelos operários. À saída os operários rompem o cordão de fuzileiros montado para impedir a manifestação:

*(...) Às 5.20 da tarde partimos em manifestação e a meio do estaleiro deparamos com a companhia de fuzileiros e três chaimites, que nos barraram o caminho. Paramos aí e começamos a gritar: “os soldados são filhos do povo”, “os soldados são ou serão operários”. Nesse momento que começaram a chorar e o comandante, perante isso, mandou abrir a passagem.*²²¹

²¹⁸ “Lisnave: entrevista com um camarada operário”, in *Revolução*, 21-9-1974.

²¹⁹ Os depoimentos conhecidos falam em umas escassas dezenas de votos contra a realização da acção.

²²⁰ *Idem*, *ibidem*

²²¹ *Idem*

A manifestação efectua-se conforme o previsto nos planos citados anteriormente. Segundo Patriarca ela *define-se (...) pelo seu carácter marcadamente classista. Através do grito insistentemente repetido “viva a classe operária”, com o “macaco sujo de ferro” e o capacete de segurança, é a pertença à classe operária, é a imagem do trabalhador manual no que mais visivelmente o define – o vestuário de trabalho -, o que os operários afirmam e reivindicam. Apresentando-se como diferentes, é a própria diferença que assumem.*²²²

O comunicado que os trabalhadores dirigem à população é um documento extraordinário, que expressa com clareza as reivindicações dos trabalhadores e explica a sua luta ao conjunto da classe. Segundo Patriarca *a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter anti-fascista para agora ser definida igualmente em termos anti-capitalistas; ela insere-se no movimento reivindicativo e grevista de outras empresas e articula-se com objectivos mais gerais: raciocina-se em termos de relação de forças, ao mesmo tempo que se define uma posição táctica perante o Governo Provisório e o MFA*²²³. Efectivamente, o “Comunicado dos operários da Lisnave à população” constitui um ponto de referência político no desenvolvimento do movimento operário na Revolução. A ideologia do *interesse nacional* e da *unidade democrática* é aqui posta em causa numa perspectiva classista, em que os interesses dos trabalhadores não coincidem com os da classe possuidora. De facto, o manifesto constitui uma rara afirmação de independência de classe face às apregoadas particularidades da situação política portuguesa. Assim:

- (...) *A NOSSA LUTA PELO SANEAMENTO NÃO É UMA LUTA SECUNDÁRIA, é uma luta principal, porque a englobamos num combate permanente e sempre*

²²² Patriarca, F. “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º.

²²³ Idem, *ibidem*.

vivo contra todas as tentativas e manifestações do FASCISMO, que renasce constantemente da podridão do CAPITALISMO MONOPOLISTA.

- Que onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua.

Onde há diminuição de vigilância por parte do povo as forças contra-revolucionárias avançam tentando esmagar as liberdades já conquistadas.

- Que estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime.

- Que não estamos com o Governo quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

- Que lutaremos activamente contra a “lei da greve” porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores.

(...)

- Que estaremos com as Forças Armadas sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradores

OPERÁRIOS DA LISNAVE SANEIAM FASCISTAS

MORTE À PIDE – MORTE AO FASCISMO

DIREITO A GREVE, SIM! LOCK-OUT NÃO!

AOS CAMARADAS EM GREVE, APOIO!

DEMOCRACIA AOS OPERÁRIOS – REPRESSÃO AOS REACCIONÁRIOS

*VIVA A CLASSE OPERÁRIA*²²⁴

²²⁴ “Dos operários da Lisnave à população”, Trabalhadores da Lisnave, 11-9-1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 110.

Na Lisnave nada volta a ser igual depois do 12 de Setembro. A 7 de Outubro o Eng. Perestrello apresenta a sua demissão do Conselho de Administração, encerrando em boa medida a questão do saneamento. A extrema-esquerda hegemoniza a Comissão de Delegados até o mês de Fevereiro de 1975. Porém, as dificuldades que se fazem sentir na actividade industrial do estaleiro e as suspeitas de sabotagem económica preocupam os trabalhadores, e vão ser o tema sobre o qual a célula do PCP organiza a sua actividade para recuperar influência entre estes²²⁵.

IV.5. A onda de despedimentos.

Para as Comissões de Trabalhadores a necessidade de coordenar a sua acção vai-se tornar uma necessidade. As lutas de algumas empresas exigem a organização da solidariedade dos outros trabalhadores, tanto material como política. A ideia de coordenação é um imperativo para o movimento, e as diversas vanguardas colocam-na na sua agenda. O movimento operário se torna um espaço de disputa em que se confrontam, por um lado, o PCP e, por outro, um campo político que se opõe à linha do PCP e que tenta ultrapassá-lo pela esquerda. É um campo composto por uma grande variedade de tendências, em que os militantes conseguem convergir sobre questões concretas. No seio do movimento, essas diversas correntes políticas lutam por ganhar influência e impor os seus pontos de vista, num confronto criador e, ao mesmo tempo, como veremos, destrutor dele próprio.

No terreno social os conflitos que vêm de trás, que surgem ou ressurgem, fazem-no num quadro de crise económica e de despedimentos. A ameaça de despedimentos e do encerramento da empresa paira sobre quase todas as lutas dos trabalhadores, que se mobilizam para garantir o emprego organizando formas de controlo da gestão das

²²⁵ Comunicados nº 3 e nº 5 da célula do PCP da Lisnave, 30-10-1974 e Novembro de 1974, in A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 2º, p. 123.

empresas, em clara desconfiança face à actuação e às atitudes da entidade patronal. O controlo da gestão e, em ocasiões, as ocupações de empresas com laboração e a autogestão são as respostas mais radicais ao desemprego. O contexto da luta agora, a diferença de Maio-Junho, é mais defensivo²²⁶, no sentido em que nesse primeiro momento de lutas se exigiam melhoras nas condições de trabalho, predominando depois os conflitos criados pelo encerramento das empresas. Porém, essa descrição ficaria incompleta se não assinalássemos a radicalidade do discurso e das formas de luta que vão caracterizar esse novo período. A resposta ao desemprego e as ocupações de empresas aparecem enquadradas numa ideologia socialista e revolucionária, em tudo de acordo com o clima político que se vive no país.

Em Novembro de 1974 é publicado o DL 660/74 sobre intervenção do Estado nas empresas, que permite que o estado intervenha nas empresas em dificuldades ou má gestão nomeando administrações e facilitando créditos. É uma consequência da multiplicação de ocupações de empresas de norte a sul do país, face à atitude das entidades patronais. Ao seu abrigo dezenas de empresas fogem, se bem que de forma provisória, às mãos dos seus donos, dando origem a processos de desintervenção dessas empresas e de lutas operárias que se estende muito para além do 25 de Novembro de 1975. A reivindicação da nacionalização da empresa tem uma boa parte deste conteúdo de defesa do emprego, se bem que se enquadre habitualmente em discursos mais aprofundados sobre a economia nacional e o interesse geral. Não convém esquecer qual é o ambiente político da época. Economicamente o quadro é quanto menos instável. Se as décadas de ditadura do Estado Novo se caracterizaram por uma situação sem mudanças e com absoluta segurança para os investimentos, tudo muda com o 25 de Abril. Os empresários temem pelos investimentos feitos e retraem-se quanto a novos projectos. Em

- ²²⁶ Caracterização defendida por F. Patriarca em “A revolução e a questão social. Que justiça social”, in Rosas (coord.), *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, E. Colibri, 1999. Esta é uma caracterização geral que nos parece adequada, como apontamos

relação ao capital internacional o exemplo da Applied Magnetics, a primeira multinacional que deslocaliza a sua actividade, vai-se reproduzir noutras empresas.

Assim, em muitas lutas que se vão verificar após Julho de 1974, mudam os seus objectivos sem perder a radicalidade que as caracterizara até esse momento. Antes pelo contrário, as formas de luta vão-se radicalizar, tornando-se habitual a ocupação do local de trabalho, e uma delas, a retenção física de patrões e administradores, vai-se estender a grande número de empresas. Como já assinalamos são formas de luta que se vão desenvolver numa conjuntura de despedimentos e encerramento de empresas²²⁷, mas que se encontram presentes no repertório do movimento desde os seus primeiros momentos. Como se pode comprovar na documentação citada a cobertura ideológica é claramente esquerdista e marxista. Os trabalhadores não se sentem à vontade com a ideia da auto-gestão, que praticamente toda a esquerda, do PCP aos maoistas, rejeita liminarmente no plano teórico²²⁸. A rejeição é feita numa base muito política, considerando a natureza global do sistema capitalista e a impossibilidade de o transformar por partes. Fica sempre assente a ideia de que o sistema é injusto e pernicioso, e de que os trabalhadores se devem organizar como classe para fazer uma revolução socialista que o derrube e o substitua por uma sociedade sem classes e sem exploração.

A realidade, porém, é que durante o processo revolucionário os trabalhadores de empresas em crise, confrontados com o fecho e o despedimento, vão enveredar pela auto-gestão. Os trabalhadores optam por esta forma de luta sem grandes ilusões sobre o futuro da empresa, percebem que serão pequenas ilhas numa maré capitalista. Mas a dinâmica do desenvolvimento do processo revolucionário e a generalização do discurso

²²⁷ Remarcamos antes a dificuldade em traçar um sentido geral aos movimentos sociais, sendo as situações particulares muito variadas. Durante os meses da revolução se produzem ocupações de empresas sem relação directa com o desemprego, como na SN em Dezembro de 1974, e a Efácec-Inel durante 1975.

²²⁸ Em alguns sectores cristãos progressistas e mesmo do PS (por influência da CFDT francesa, a ideia da auto-gestão tem um eco significativo. O PPD-PSD pela sua parte coloca a auto-gestão em posição de destaque no seu projecto de um “socialismo democrático” para Portugal. No campo da extrema-esquerda só o PRP parece ter uma posição mais dúbia com as suas declarações em favor da auto-organização dos trabalhadores. Veja-se o artigo assinalado na nota 152.

anti-capitalista em sectores maciços da sociedade distorcem às vezes a real significação de acções que, mesmo sendo radicais e fruto de uma ideologia verdadeiramente revolucionária, são efectivamente uma resposta a situações limite, com a ameaça do desemprego à vista. Só a posição hegemónica da esquerda na sociedade e na vida política portuguesa conseguem ocultar que a auto-gestão de uma empresa em crise é uma promessa de grandes sacrifícios com muito poucas hipóteses de sucesso. Quando, em Maio de 1975, as mesmas 48 operárias da Sogantal comemoram um ano de ocupação fazem-no salientando o seu papel pioneiro no uso de formas de luta como a ocupação e laboração da empresa, no quadro de uma revolução socialista protagonizada pela classe trabalhadora. Lembrando que são jovens raparigas de menos de 23 anos consideram que a sua luta conseguiu *abrir um golpe profundo no capital e na burguesia portuguesa e internacional e abrir simultaneamente o caminho a outros trabalhadores para o avanço da TOMADA DO PODER PELA CLASSE OPERÁRIA*.²²⁹

Sem dispor de dados estatísticos contrastáveis²³⁰ a retenção de pessoal directivo ou dos próprios patrões, que é uma forma de luta muito radical pois atinge a liberdade de pessoas e configura perante a lei um delito muito grave, tem um importante desenvolvimento. Esta forma de luta, que aparece recorrentemente durante os anos 1974-75, tem uma repercussão muito maior quando agregada à proibição da entrada do patrão ou dos administradores nas instalações da empresa, que acompanha habitualmente a decisão de ocupar. Os elementos visados pelo saneamento também são geralmente proibidos de entrar nas instalações da empresa, como já vimos na Socel. A proibição da entrada é uma forma de luta muito disseminada, apoiada pela ausência das

²²⁹ *Sogantal a luta continua*, comunicado da CT da Sogantal de Maio de 1975, sem data nem assinatura. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

²³⁰ O trabalho já citado *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas* assinala 4 casos de “sequestro” (que preferimos referir como “retenção de pessoas”. Um deles é relatado neste trabalho (Lisnave), e dos três restantes não conseguimos obter informação suplementar. Nós assinalámos o caso da DS Electrónica Portuguesa anteriormente.

consequências penais da retenção de pessoas²³¹. Aludiremos então a formas de luta que supõem uma limitação da liberdade de movimentos do patrão e do pessoal dirigente que não se reduzem à retenção física da pessoa. A ocupação e a expulsão são formas de luta radical e que põem directamente em questão o princípio fundamental da sociedade capitalista que é o da existência do próprio capitalista. O discurso sobre os patrões e os quadros dirigentes é repetido até à saciedade. O patrão é um parasita que vive sem trabalhar, uma sanguessuga dos trabalhadores, muitas vezes marcado pela conivência ou mesmo a colaboração activa na repressão da ditadura, e a quem geralmente não faltam motivos pessoais para ser odiado pelos seus trabalhadores, por casos de autoritarismo, faltas de respeito e comportamentos abusivos. O pessoal dirigente combina as mesmas características, trocando o parasitismo pela natureza desprezível das suas funções. Mesmo sendo assalariados os directivos estão do outro lado da barricada: não são trabalhadores, o preço e o carácter da sua função o impossibilitam.

IV.6. O aparecimento da Interempresas e a manifestação contra a NATO de 7-2-1975

Os primeiros movimentos de solidariedade desenvolvem-se em torno da luta da Sogantal, com a organização da venda militante de fatos de treino para efectuar o pagamento dos salários²³². É uma campanha que nos meses do Verão e Outono de 1974 vai tocar muitas empresas, entre as quais podemos documentar a Lisnave e a Efacec-Inel. O apoio externo será essencial para a manutenção da laboração desta empresa do Montijo.

²³¹ No documentário da RTP *Portugal 74-75*, de J. Furtado, J. Solano de Almeida, C. Borga e I. Silva Costa este fenómeno está documentado graficamente: na empresa Maiombe, em 1975, um dirigente operário expulsa fisicamente da empresa o irmão do proprietário (este encontra-se preso ou arguido sob a acusação de má gestão da empresa). O familiar é expulso e colocado na rua, mantendo-se o portão aberto. Depois produz-se uma discussão entre os mesmos elementos, em que é o operário a falar mais alto e a deixar calado e sem argumentos ao irmão do dono.

²³² Ver Capítulo 3.

Por outro lado, esse esforço militante de apoio é feito num quadro político muito definido. As correntes críticas com o PCP, o partido hegemónico no movimento, lutam por contestar essa realidade e encontram pontos de convergência para o fazer. A luta da TAP, com a participação de trabalhadores externos à empresa, e a manifestação da Lisnave de 12 de Setembro²³³ conhecem contactos entre CT's de várias empresas. No caso da Efacec-Inel os trabalhadores mandatam a CT para visitar outras empresas e contactar as suas CT's²³⁴. O trabalho da empresa era feito normalmente em empreitadas em outras empresas. Um papel importante terá sido também o da CT da Eni, uma empresa de electricidade que fazia trabalhos em várias empresas no mesmo sistema que a Efacec.

Destes contactos entre CT's vai nascer uma comissão Interempresas que aparece publicamente em Janeiro de 1975²³⁵. A estrutura vai ser coordenada por CT's com forte presença de militantes m-l, mas conta com o apoio da generalidade dos grupos à esquerda do PCP, com destaque para o PRP (influyente nos estaleiros de Almada e Setúbal) e do MRPP²³⁶. É pois o resultado de um encontro de diversas tendências do movimento, que se unem para realizar uma acção que, como veremos, vai ter um impacto muito importante. Porém a Interempresas não vai resistir ao seu sucesso, nas semanas seguintes verificam-se alterações importantes na correlação de forças na CT da Lisnave, uma das que mais se tinha destacado na concretização dessa estrutura.

²³³ Patriarca, F. "Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974", *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º, pág. 719. Refere, em particular, a tentativa de integrar os trabalhadores da TAP na manifestação, e os contactos com as CT's da Eni, Setenave, Efacec-Inel e CPS dos CTT.

²³⁴ Phil Mailer *Portugal: a revolução impossível?* Porto, E. Afrontamento, 1978.

²³⁵ É muito difícil descobrir as origens e os primeiros passos desta estrutura de coordenação. Alguns testemunhos referem a realização de reuniões no campo, nos arredores da Moita, nos meses finais de 1974. Testemunho de E. Pires, 15-6-2003.

²³⁶ Mailer refere a existência de um bloco próximo do PCP na Interempresas, mas não temos conseguido verificar essa informação.

A Interempresas publica durante a sua existência o boletim *Trabalhadores em luta*, que informa dos processos de luta que se vivem em várias empresas, e nos seus primeiros números dá conta dos debates que se produzem no interior das reuniões sobre a linha que a Interempresas deve defender. Segundo um texto do boletim²³⁷ a Interempresas tem um carácter sindical, defendendo a existência de uma única central, e não pretende criar uma “estrutura autónoma” nem substituir-se ao *Partido da classe operária, forma política superior de organização da classe*²³⁸, no que parece ser uma resposta a posicionamentos do PRP provindos de militantes m-l. Não convém esquecer que nessas semanas a questão da *unicidade sindical* se encontra no momento mais quente, onde a maior parte dos partidos à esquerda do PCP apoia na rua a existência de uma única central sindical.

A Interempresas vai conseguir agrupar uma trintena de CT's da região de Lisboa, mas as CT's da Efacec-Inel, Setenave, Cergal e Lisnave são as de maior relevância. Os trabalhadores da TAP ocupam também o seu lugar, mas sem ser em nome da CT, e, curiosamente, não é uma CT propriamente dita quem vai fornecer as estruturas básicas, mas a CPS dos CTT, que providencia locais e outros apoios materiais²³⁹. A realização de manobras militares da NATO nos arredores de Lisboa é o momento escolhido pela coordenadora de CT's para apelar a uma manifestação contra a NATO e o desemprego, um problema que afectava a um número cada vez de trabalhadores. O primeiro passo vai partir dum plenário da Efacec-Inel a 4 de Janeiro que decide realizar contactos com outras CT's para discutir o problema do desemprego²⁴⁰. Na empresa a preocupação vinha do fim do prazo dos acordos alcançados em Julho com a administração da empresa, que

²³⁷ “Acerca da linha da Inter-Empresas”, *Trabalhadores em luta*, nº 4, 18-1-1975.

²³⁸ *Idem*, *ibidem*.

²³⁹ Outras CT's presentes são as da Eni, Gaslimpo, Messa, Melka, Cambournac, Sotécnica, Plessey, Princesa, Applied Magnetics, Xavier de Lima, Génia, Emp. Açúcar e a União dos Sindicatos do Mar, Sindicato de Fogueiros de Mar e Terra, e da Marinha Mercante.

²⁴⁰ Texto sem data inserido em *Jornal da Greve (suspensa)*, 8-7-1976.

proibiam os despedimentos da empresa até o fim de Dezembro de 1974. A Interempresas une-se à proposta a 27 de Janeiro, e numa reunião a 2 de Fevereiro, com a presença de trabalhadores de 38 empresas, subscreve a proposta e decide dirigir-se aos sindicatos para apoiarem a manifestação²⁴¹.

A presença de tropas norte-americanas em Lisboa leva à proibição de manifestações entre os dias 7 e 12 de Fevereiro. A Interempresas mantém a sua convocatória, denunciando em conferência de imprensa a *campanha para desmobilizar as massas e desacreditar os operários promotores* da manifestação²⁴². Efectivamente, o PCP e a União de Sindicatos do Sul²⁴³ se tinham pronunciado contra a manifestação. No dia 4 o CC do PCP difundira um comunicado *adverte a população de Lisboa contra manifestações anunciadas com pretextos (...). A intenção dessas manifestações parece ser provocar perigosos confrontos*²⁴⁴. Apela-se a não hostilizar os marinheiros no caso de desembarcarem, explicar-lhes a situação política do país e *dar-lhes mesmo recordações alusivas ao novo Portugal democrático*²⁴⁵. Segundo um artigo do *Jornal da Greve (suspensa)* dos trabalhadores da Efacec-Inel, a USS dirigira acusações de falta de representatividade dos organizadores da manifestação, e comparara-la à da maioria silenciosa em 28 de Setembro, no programa de rádio “Alavanca” do Rádio Clube Português a 5 de Fevereiro. Em comunicados a maior parte da esquerda revolucionária manifesta a sua adesão. Assim o fazem o MES, PRP, UDP, LUAR, LCI, PCP (m-l) e Base-FUT. Do lado dos partidos da coligação governamental, o PS apoia a medida de proibir as manifestações.

²⁴¹ “Texto aprovado em Reunião Interempresas de 2-2-75”, reproduzido em Combate, nº. 18, 28-2-1975.

²⁴² Diário de Notícias, 6-2-1975.

²⁴³ A Intersindical se estruturara geograficamente em 1974 em duas uniões a norte e sul do país.

²⁴⁴ *Documentos politicos do Comité Central do PCP (2º Volume)*, Lisboa, E. Avante!, 1976

²⁴⁵ Idem, ibidem.

O manifesto para a convocatória põe em destaque o problema do desemprego, inserindo-o na problemática da crise do capitalismo. São definidas formas de luta como a recusa em fazer horas extraordinárias e a luta pela passagem de trabalhadores eventuais para efectivos, com referência a lutas em várias empresas (CTT, Siderurgia Nacional, Acta). A presença das tropas da NATO só é referida no final do comunicado, considerando-a intimidatória para a luta do proletariado²⁴⁶. O manifesto é encabeçado por uma citação de uma moção aprovado no plenário de trabalhadores da Efacec-Inel: *O desemprego é uma consequência inevitável do sistema capitalista. Cabe aos trabalhadores destruir este sistema e construir um mundo novo.*

A organização da manifestação é muito rigorosa. São designados horários e pontos de encontro para os trabalhadores segundo a localização das empresas, e faz-se uma preparação para a eventualidade de existirem problemas no seu percurso. No Terreiro do Paço se concentrarão trabalhadores desempregados e das linhas do Norte e de Cascais, que marcharão para o Rossio, ponto de concentração dos trabalhadores da linha de Sintra e do centro da capital. Unidos marcharão para o Marquês de Pombal, onde se fará a junção com as empresas da zona de Benfica, Pontinha e Loures.

A manifestação congrega uma enorme multidão que alguns meios de informação calculam na altura em 80.000 pessoas²⁴⁷. Na entrada para a Avenida Duque de Loulé vivem-se momentos de certa tensão quando a manifestação encontra barrado o seu caminho por tropas do COPCON, comandadas pelo Major Jaime Neves. Inicia-se um diálogo entre uma delegação da cabeça da manifestação e o militar. Mas a determinação em continuar o protesto é muito forte. Quando a megafonia pergunta aos milhares de manifestantes o que fazer, a resposta unânime é “em frente”. A tropa deixa livre uma das

²⁴⁶ “Todos à manifestação contra o desemprego”, Suplemento especial ao *Trabalhadores em luta*, s. d., CD 25 de Abril, U. Coimbra.

²⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 8-2-1975. O jornal apresenta um extenso relato da manifestação, com uma simpatia evidente. Outras testemunhas falam em cifras mais pequenas, na ordem de 30.000.

calçadas da avenida e os manifestantes passam demoradamente, marchando depois para a Praça de Londres. Segundo a reportagem do DL;

O desfile marchou do Terreiro do Paço ao Ministério do trabalho (...) gritando de punho erguido contra o desemprego e contra a NATO, contra o capitalismo e contra o imperialismo, e reclamando, contra todos os reformismos, o poder para os trabalhadores. Os pelotões do RAL-1 que guardavam o palácio da Praça de Londres baixaram o cano das espingardas G-3 e juntaram-se aos primeiros cordões de manifestantes, confundindo os seus camuflados com os fatos de trabalho e ligando as suas vozes às dos operários que se levantavam ao som de “soldados e marinheiros são trabalhadores fardados”²⁴⁸

No final da manifestação são lidos comunicados por trabalhadores da Setenave, Efacec-Inel e Cergal, que versam sobre temas variados. O trabalhador da Cergal lê um comunicado em que são abordadas várias questões ligadas ao desemprego. Pronuncia-se contra a realização de horas extraordinárias e qualifica a lei do trabalho eventual de fascista. É criticada a campanha da batalha da produção²⁴⁹ e a criação do serviço cívico estudantil, que é acusado de aumentar o número de desempregados. *Contra o capitalismo, contra o desemprego, nós opomos o socialismo e a democracia, porque sabemos que só na sociedade socialista nós conseguiremos resolver o problema dos despedimentos e da exploração*²⁵⁰.

O orador da Setenave analisa o papel da Intersindical, criticando a sua política contra as greves e considerando que a central está fora do controlo dos trabalhadores, que não participam na vida sindical. A Intersindical é caracterizada como reformista e

²⁴⁸ Idem, ibidem.

²⁴⁹ Desde finais de 1974 o PCP e a Intersindical defendiam um esforço dos trabalhadores para aumentar a produção e criar riqueza que pudesse ser distribuída.

²⁵⁰ “Cergal”, *Trabalhadores em luta*, nº 4, 18-1(2)-1975.

amarela, e é um aparelho tomado pelo reformismo e o revisionismo²⁵¹. Finalmente, o trabalhador da Efacec-Inel trata de assuntos puramente políticos, colocando a questão das alianças da classe operária e a colaboração de classes, que é rejeitada liminarmente. No discurso fica assente que a única classe interessada no fim do capitalismo é a classe operária e para isso deve unir-se aos camponeses pobres²⁵². Segundo a imprensa²⁵³ fazem uso da palavra operários da construção civil e da Lisnave, o primeiro atacando o capitalismo monopolista de estado e o segundo analisando a manifestação no quadro da criação do partido do proletariado, que nascerá da organização de classe contra os “sindicatos amarelos” e os “partidos traidores da classe operária”.

No fundo das comunicações feitas distingue-se facilmente a influência que as organizações m-l exercem sobre esses militantes, com ideias força que fazem parte das bases políticas e programáticas desses grupos. Porém, e como víramos atrás, o apoio da extrema-esquerda é quase geral. Só o MRPP mantém um posicionamento mais dubio, mas militantes desse partido fazem parte da Interempresas e participam na manifestação. Mas é fácil imaginar a dificuldade em manter a unidade entre agrupamentos políticos tão diversos e, na maioria das ocasiões, enfrentados entre si por profundas diferenças políticas. A estruturação de um órgão centralizado e com um projecto claro, necessário para o desenvolvimento de uma coordenação de CT's que pudesse enfrentar a influência do PCP no movimento operário, vai revelar-se impossível. Após várias reuniões posteriores ao 7 de Fevereiro a Interempresas esgota-se no confronto ideológico entre as tendências políticas que a compõem²⁵⁴.

²⁵¹ “Setenave”, *Trabalhadores em luta*, nº 4, 18-1(2)-1975.

²⁵² “Efacec”, *Trabalhadores em luta*, nº 4, 18-1(2)-1975.

²⁵³ *Diário de Lisboa*, 8-2-1975.

²⁵⁴ A ideia de uma segunda manifestação, que seria realizada nas semanas seguintes ao 7 de Fevereiro, não se vai concretizar. Não conhecemos pormenores sobre esse projecto.

No momento mais intenso da revolução não haverá um movimento da classe, mas vários movimentos que apoiam projectos que se reclamam dela. Na crise do *Verão Quente* a organização autónoma dos trabalhadores, desenhada entre a manifestação da Lisnave de 12 de Setembro e o 7 de Fevereiro, marca a sua ausência. Existirão sim tentativas de criar uma coordenação de CT's e projectos políticos revolucionários que integram as CT's, mas que tem uma clara orientação partidária e que não vão conseguir unir a classe trabalhadora.

CAPÍTULO V: AS CT's E A LUTA PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Nos primeiros meses de 1975 o processo revolucionário sofre uma aceleração imparável. Sem pretender ser exaustivos, o que seria impossível, torna-se inevitável fazer uma leitura, ainda que necessariamente superficial, dos acontecimentos que conduzem ao 25 de Novembro de 1975 e ao começo de uma “normalização” da situação do país.

As tentativas de reacção direitista de 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 são travadas pela mobilização dos partidos de esquerda e dos sectores progressistas das forças armadas. Na sequência do 11 de Março são nacionalizados os sectores estratégicos da economia nacional²⁵⁵, numa medida que vai ao encontro das reivindicações e expectativas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo centenas de empresas vivem momentos conturbados, com ocupações e outros processos de luta que não podemos referir aqui²⁵⁶. No Alentejo desenvolve-se uma verdadeira revolução agrária, com a ocupação de centenas de propriedades num processo dotado de dinâmica própria. O contexto político em que se desenrolam essas lutas transforma-as em combates por uma sociedade socialista, organizada para a satisfação das necessidades das classes trabalhadores.

Porém, o confronto político entre o PS e o PCP terá várias consequências para o movimento operário. Iniciado o afastamento com a discussão da Lei das Associações Sindicais em Janeiro de 1975, o confronto agrava-se após os resultados das eleições de

²⁵⁵ Ver Martins, M. Belmira e Rosa, J. Chaves *O grupo estado*, Lisboa, E. Jornal Expresso, 1979.

²⁵⁶ Segundo dados referidos por Louçã e Resende, existiriam em 1976 cerca de 400 empresas em regime de autogestão (Louçã, F. e Resende, M. “Balanço da revolução portuguesa”, in *Acção comunista*, nº. 1-2, Lisboa, 1976). Segundo dados do MT entre 25-4-1974 e 31-12-1975 são nacionalizadas 227 empresas com cerca de 157.000 trabalhadores aproximadamente, enquanto outras 261, com 154.000, são intervencionadas (Textos do MT, nº. 1, *Intervenções do estado em empresas*, MT, Lisboa, 1976).

Abril²⁵⁷ e cristaliza-se em Maio, com a ocupação do diário de orientação socialista *Republica* pelos trabalhadores. O PS, secundado pelo PPD, abandona em Julho o IV Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, e mobiliza os seus apoiantes numa campanha que culmina com os comícios das Antas e da Fonte Luminosa a 18 e 19 de Julho. O PS denuncia uma tentativa de conquista do poder pelo PCP e exige a demissão de Vasco Gonçalves. Entretanto dezenas de sedes do PCP e de outros partidos de esquerda são assaltadas no Norte e Centro do país.

A situação política complica-se com a crise no seio do MFA. Os sectores mais moderados agrupam-se à volta do *Documento dos Nove*, face às tendências mais radicais que, no *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA* e no *Documento do COPCON*, declaram o carácter socialista da revolução e propõem a superação revolucionária da Assembleia Constituinte, criando estruturas de Poder Popular baseadas em Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, órgãos representativos do exercito e outros organismos populares. Os projectos recebem o apoio geral dos partidos à esquerda do PS. A 8 de Agosto Vasco Gonçalves forma o V Governo Provisório, que carece de sustentação partidária. A 25 de Agosto o PCP alia-se a seis partidos da extrema-esquerda (MES, FSP, PRP-BR, LUAR, LCI e MDP-CDE) na Frente de Unidade Popular, com base no apoio ao V Governo Provisório, numa aliança que durará apenas três dias. Porém, nas jornadas de 16 de Julho e 20 de Agosto o movimento popular mostra na rua o seu poder, enquanto o Poder Popular se desenvolve na área da Grande Lisboa, de Setúbal à Cintura Norte.

A 29 de Agosto o Almirante Pinheiro de Azevedo é indigitado para formar o VI Governo Provisório. A ala esquerda do MFA é derrotada em Tancos a 5 de Setembro, dando lugar aos apoiantes do *Documento dos Nove* nas estruturas do movimento. O novo

²⁵⁷ Eleições que deram a vitória ao PS com 38% dos votos, ficando o PCP com 12.5% e MDP-CDE com 4%. Para uma análise dos resultados completos Jorge Gaspar e Nuno Vitorino *As eleições de 25 de Abril, geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

governo é constituído no dia 16, com representação do PS, PPD e PCP. A situação política, que nunca fora tão tensa, só ficará esclarecida com o desfecho dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975. A vitória dos militares mais à direita é o fim do sonho revolucionário, que se mostrara mais frágil do que aparentava. Ainda assim, na primeira metade de 1976, enquanto os movimentos populares fazem o seu reencontro com a repressão e a polícia de choque²⁵⁸ (rebaptizada como Corpo de Intervenção), é aprovada uma Constituição da República marcadamente progressista e, na campanha de Otelo Saraiva de Carvalho à presidência, assiste-se ao último fulgor da revolução.

Como assinalamos no capítulo 4, durante os meses que vão de Fevereiro a Novembro de 1975 o movimento autónomo dos trabalhadores representado pela Interempresas entra em crise. As tensões entre os grupos à esquerda e a incapacidade para se desenvolver política e organizativamente levam ao desaparecimento dessa coordenadora, que não demora a ser substituída por iniciativas muito conotadas com determinados partidos políticos. Como assinala um membro da CT da Setenave ao realizador D. Edinger, sobre uma estrutura nacional de CT's, *quem domine uma estrutura desse tipo domina efectivamente o país*²⁵⁹.

Assim desenvolve-se uma Inter-comissões que agrupa cerca de trinta CT's da região de Lisboa, organiza várias reuniões a partir de Maio de 1975, sendo notoriamente influenciada pelas teses do MRPP²⁶⁰. Esta estrutura está na origem do Congresso Nacional de CT's realizado em Outubro na Covilhã, onde também é o principal dirigente

²⁵⁸ Nos primeiros dias de Janeiro de 1976 a repressão de uma manifestação de apoio aos militares presos na sequência do 25 de Novembro causa quatro mortos e numerosos feridos.

²⁵⁹ D. Edinger, *Setúbal, ville rouge*, 1975.

²⁶⁰ CD 25 de Abril, U. Coimbra. "Organizações Populares de Base", 2.

desse partido quem traça as linhas essenciais da análise e actuação política do movimento²⁶¹.

O PRP vai organizar estruturas externas às CT's, denominadas Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM). Com palavras de ordem centradas na situação política, os CRTSM's organizam manifestações a 17 de Junho e 17 de Julho de 1975 com alguns milhares de participantes, exigindo a dissolução da Assembleia Constituinte, e apoiam os posicionamentos que vêm dos sectores mais radicais do MFA, como o *Documento-guia da Aliança Povo-MFA*²⁶². O projecto, que vai agrupar militantes que simpatizam com os posicionamentos do PRP, não cria, porém, verdadeiras raízes no movimento e desaparece depois do Verão de 1975.

No universo das empresas as reivindicações dos trabalhadores serão marcadas pela convulsão política e pelo aprofundamento da crise económica. Crise económica e crise política entrelaçam-se nas contínuas ocupações de empresas e expulsões de patrões. As situações de intervenção e auto-gestão multiplicam-se²⁶³. Nas empresas nacionalizadas e nas grandes unidades industriais desenvolvem-se, durante todo o ano 1975, projectos e práticas de controlo da produção por parte dos trabalhadores²⁶⁴. São movimentos e lutas que, mesmo estando fora do nosso âmbito cronológico, e até das nossas possibilidades, são incontornáveis para a compreensão do ciclo político encerrado com o 7 de Fevereiro.

A partir da manifestação da Interempresas vai-se verificar uma alteração profunda na actuação do PCP no movimento operário. De um posicionamento moderado e crítico

²⁶¹ *Luta popular*, então um diário, publica as teses do Congresso e os discursos de Arnaldo Matos nas suas edições de 1 a 8 de Outubro de 1975.

²⁶² Reproduzido em Neves, O. *A revolução em ruptura - Textos históricos da revolução II*, Lisboa, E. Diábril, 1975.

²⁶³ Ver nota 255.

²⁶⁴ Para uma interpretação do movimento ver Patriarca, F. "A revolução e a questão social. Que justiça social? In Rosas, F. (coord.) *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*, Lisboa; IHC-UNL, F. M. Soares e E. Colibri, 1999. Sobre o controlo operário em Portugal, Patriarca, F. "Controlo Operário em Portugal" (I e II) in *Análise Social*, 47 e 48, vol. XII, 1976-3 e 1976-4. Sobre a prática do controlo operário Mandel, E. *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion* Paris, Maspero, 1970.

para com as lutas radicais, que temos acompanhado nos capítulos precedentes, o Partido Comunista adopta uma linha mais à esquerda, apoiando decididamente as nacionalizações²⁶⁵ e incorporando a existência real de uma ampla rede de CT's. Depois do 25 de Abril o PCP privilegiara a organização sindical através da criação de Comissões Sindicais. A partir dos primeiros meses de 1975 essa orientação vai mudar, e numa empresa como a Sorefame, onde a Comissão *ad-hoc* eleita depois do 25 de Abril fora extinta em Janeiro de 1975, é criada uma nova CT em Março de 1975, que vai orientar a sua actividade para o controlo da gestão e produção da empresa²⁶⁶.

Por iniciativa do PCP realiza-se a 2 de Fevereiro de 1975, em Lisboa, a “Conferência Nacional Unitária de trabalhadores”, na qual participam trabalhadores de 191 empresas sem representar qualquer estrutura sindical ou de empresa. O encontro discute alternativas para os diferentes sectores produtivos numa perspectiva de reforço do papel económico do estado. Da reunião surge uma Comissão Nacional de Trabalhadores para a Defesa das Empresas, da qual não conhecemos continuidade. É, de qualquer maneira, uma mudança significativa: ainda que sem deslegitimar a Intersindical nem apelar para as CT's, o PCP vira-se para as empresas no quadro geral que temos vindo a descrever²⁶⁷.

Nas semanas seguintes o PCP consegue quebrar o apoio da Comissão de Delegados da Lisnave. A 3 de Fevereiro militantes e simpatizantes do PCP são maioria num plenário organizado para discutir a manifestação de 7 de Fevereiro. Um mês depois, a 8

²⁶⁵ Ainda em Janeiro de 1975 o PCP reage tibiamente à exigência de nacionalização da banca feita pelos trabalhadores desse sector.

²⁶⁶ “Inquérito da CT da Petrogal a outras CT's”, Março de 1976. CD 25 de Abril, U. Coimbra. “Organizações Populares de Base”, 2.

²⁶⁷ Grande importância terá tido uma polémica que se desenvolve nesses meses entre os dirigentes da Intersindical militantes do PCP. Uma maioria defende uma estrutura de representação dos trabalhadores puramente sindical, e outros que se posicionam pelo apoio às CT's existentes e o seu desenvolvimento. O debate, segundo o testemunho de M. Carvalho da Silva, é encerrado numa reunião de quadros sindicais comunistas, da qual não podemos precisar a data, realizada no Centro de Trabalho do PCP de Alcântara, em Lisboa, na qual a participação de Álvaro Cunhal terá sido decisiva ao apoiar uma orientação mais aberta em relação às CT's. Entrevista a M. Carvalho da Silva, 20-7-2004.

de Março, um plenário de trabalhadores destitui a Comissão do Leque Salarial (uma subcomissão de delegados predominantemente composta por militantes m-l), que estudava uma nova tabela salarial que reduzisse as categorias profissionais a apenas três. Surge uma Comissão de Defesa dos Trabalhadores que vai agir como um órgão executivo da Comissão de Delegados, dentro da qual se consolida a influência do PCP.

Desta nova orientação, da qual só podemos traçar um breve rascunho de fontes diversas e contraditórias, vai surgir em Setembro de 1975 um Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que se tornará conhecido pela sigla CIL. Trata-se da primeira coordenadora de CT's que conta com o apoio explícito do PCP e que, nos dois meses e meio que vão até o 25 de Novembro, irá organizar numerosas mobilizações: manifestação a 18 de Setembro, apoio à manifestação dos Soldados Unidos Vencerão a 25, nova manifestação a 23 de Outubro, encontro de CT's a 8 de Novembro, manifestações a 16 e 20 do mesmo mês e uma paralisação geral de duas horas a 24. Entretanto, a Intersindical organizara greves gerais dos metalúrgicos, com manifestação a 7 de Outubro, e de trabalhadores da construção civil que, nos dias 12 e 13 de Novembro, se concentram em São Bento bloqueando a Assembleia Constituinte, entre muitos outros protestos que levaram à declaração de suspensão da actividade por parte do próprio governo. Algumas CT's participam nos acontecimentos de 25 de Novembro²⁶⁸, ocupando empresas e dando apoio às acções da esquerda militar. A história das CT's posterior ao 25 de Novembro de 1975 é a história da sua institucionalização como estrutura representativa dos trabalhadores num regime democrático burguês. Trata-se pois de uma história que se afasta em excesso do nosso objecto de trabalho.

²⁶⁸ Patriarca, F. "A revolução e a questão social. Que justiça social? In Rosas, F. (coord.) *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*, Lisboa; IHC-UNL, F. M. Soares e E. Colibri, 1999.

VI. CONCLUSÃO – A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Quando na madrugada de 25 de Abril de 1974 os oficiais do MFA puseram em marcha a *operação fim-de-regime* nem eles próprios nem o mais inteligente observador poderia ter imaginado a grandiosidade do movimento social que surgiria das cinzas do *Estado Social* marcelista. Desde o primeiro momento as greves e as ocupações de casas transformaram-se num fenómeno quotidiano, instalando-se uma situação de agitação social permanente que demora apenas umas semanas a contagiar os campos do Sul. A grande maioria do povo português, que nunca contara para os poderes estabelecidos, afirmava assim a sua vontade de libertação. Uma libertação política que se pretende libertação social, identificando de forma natural o capitalismo e a sociedade de classes com o regime existente até 24 de Abril.

É preciso salientar uma vez mais o contexto internacional em que a revolução portuguesa se desenrola. Em Abril de 1975 as últimas tropas americanas abandonam Saigão e as tropas do Vietcongue confirmam a vitória sobre o gigante norte-americano, que sofre uma derrota histórica. Meses antes, em Setembro de 1973, o presidente Allende era derrubado no meio de um sangrento golpe militar, obrigando as vanguardas políticas a uma profunda reflexão sobre os meios para uma transformação social. Vanguardas que na Europa Ocidental se tinham desenvolvido depois do Maio francês lutando por afirmar uma alternativa revolucionária à estratégia da social-democracia e ao estalinismo soviético, descredibilizado desde os acontecimentos de Praga. Durante este período assiste-se em países como a França, a Itália e o Reino Unido ao redescobrimento de formas de luta e actuação esquecidas há décadas pelo movimento operário.

Conselhos, delegados, burocracia, luta de classes, comunismo, tornam-se as palavras-chave de uma luta operária radical que se identifica como anti-capitalista e que se mantém acesa até ao final da década de 70.

A singularidade do processo revolucionário português assenta na interiorização dessa vaga que provém da Europa e no colapso das estruturas de poder e controlo social que o salazarismo desenvolvera durante quase cinco décadas, destroçadas pela inglória guerra do Ultramar. No contexto de radicalização dos movimentos sociais na Europa capitalista Portugal é o único país que conhece uma verdadeira revolução. O fim da ditadura e a conquista das liberdades democráticas estão, aqui, unidas a profundas alterações económicas e sociais como a nacionalização de sectores chave da economia (banca, seguros, indústria pesada, transportes) e a transformação da propriedade agrária no Sul do país. Durante os meses quentes do Verão de 1975, num quadro de profunda agitação política, todos os actores políticos, sem excepção, definem a opção socialista como única solução para o país e, ao fazê-lo, não estão mais do que a expressar o sentir geral da população.

No assunto que nos ocupa, o movimento operário na revolução, observamos o aparecimento no grande movimento grevista de Maio e Junho de 1974 de uma realidade organizativa impossível de quantificar e que estará presente ao longo do processo e depois. São as CT's, que surgem naturalmente no decorrer da luta nas empresas, organizadas de maneira diversa mas sempre de acordo com a vontade dos trabalhadores e que lutam em estreita ligação com a base que representam. O carácter das próprias lutas é profundamente anti-capitalista: identificando ditadura fascista com capitalismo, os trabalhadores lutam pelo fim da repressão no interior da empresa e por melhorias económicas num sentido igualitário. O patrão, suspeito de fazer parte directa ou

indirectamente do aparelho da ditadura, deixa de poder dispor ao seu bel-prazer da empresa e dos seus trabalhadores.

Das greves que se seguem ao 25 de Abril surge pois uma realidade social diferente, que para o empresariado é um autêntico pesadelo²⁶⁹. Depois de Maio-Junho de 1974 a situação nas empresas é uma luta entre trabalhadores e patrões em ponto de ebulição que conduz à fuga do patrão, aos despedimentos, à ocupação, à intervenção do estado, à nacionalização. Mas são lutas que necessitam de uma autêntica transformação do poder político. O espaço que os trabalhadores conquistam desde o início da revolução só pode ser assegurado por um poder político decidido a efectuar uma ruptura anti-capitalista. Coloca-se a necessidade de construir um poder novo, assente na mobilização e nas aspirações dos explorados e dos oprimidos.

No Portugal urbano, em particular na região de Lisboa e Setúbal, os trabalhadores mantêm um elevado grau de combatividade e tentam unir as diferentes CT's num órgão único, passo necessário para o avanço na criação desse novo poder. A 7 de Fevereiro, e apesar das carências desse movimento, parece que as CT's encontram esse órgão na Interempresas, uma coordenação criada por iniciativa da extrema-esquerda ou uma parte dela. Mas esta, nascida de uma convergência momentânea entre correntes diversas, não consegue superar as suas contradições, sendo rapidamente vítima de lutas internas e interesses partidários, em particular da ausência do PCP enquanto força hegemónica do movimento social e da esquerda em geral.

A posição do PCP, enquanto força política tradicional e hegemónica dos trabalhadores, é fulcral. Com uma linha política bem definida, o PCP opta durante os primeiros meses de processo por uma política de extrema moderação face ao movimento social, não duvidando em levantar o dedo acusador a grande parte dos conflitos. Essa

²⁶⁹ Fernandes, F. S. e Santos, H. *Excomungados de Abril*, Lisboa, E. D. Quixote, 2005.

orientação não tarda a trazer consequências políticas com a afirmação de uma esquerda revolucionária alternativa, mas incapaz de unir-se num projecto conjunto. A radicalização política e social e os retrocessos sentidos em importantes sectores operários levam a uma reorientação continuada na acção do PCP, que deixa de atacar lutas como as dos CTT, JC, TAP, Lisnave ou Efacec-Inel para apoiar mobilizações radicais no momento final da revolução (caso do cerco à Constituinte em Novembro de 1975).

O desenrolar dos acontecimentos de 1975 fractura o campo social da revolução entre os projectos político-partidários em jogo. Fractura entre PCP e PS em relação ao modelo de sociedade pretendido, fractura entre PCP e extrema-esquerda sobre os meios para chegar a uma nova sociedade. São fracturas que dividem os trabalhadores e as suas comissões em campos concorrentes. O PS, que com todas as contradições do seu discurso, torna-se na principal força a defender um projecto de democracia representativa burguesa. O PCP e a extrema-esquerda, por sua vez, não vão conseguir superar as suas diferenças e desconfianças. O particular contexto de politização e radicalização impedem que surja, do próprio movimento, uma alternativa unificadora com uma síntese radical que integrasse as aquisições do movimento social no sentido da democracia directa e participativa afirmada no decurso da generalidade das lutas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS:

- Arquivo da CT da CUF.
- Arquivo da CT dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.
- Arquivo Histórico do Partido Socialista.
- Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- Centro de Documentação do Ministério do Trabalho.
- Centro de Documentação da CGTP-IN.

2. JORNAIS E REVISTAS

2.1. Jornais

- *Avante*, Órgão Central do PCP (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *A Capital* (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *A Causa Operária* (Junho de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Diário de Lisboa* (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Diário de Notícias* (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Esquerda Socialista* (Setembro de 1974 a Dezembro de 1975)
- *O Grito do Povo* (Junho de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Jornal de Notícias* (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Luta Popular* (Maio de 1974 a Dezembro de 1975)

- *Luta Proletária* (Junho de 1974 a Dezembro de 1975)
- *República* (Abril de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Revolução* (Junho de 1974 a Dezembro de 1975)
- *Voz do Povo* (Julho de 1974 a Dezembro de 1975)

2.2. Revistas

- *Análise Social*, Gabinete de Investigações Sociais – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- *Economia*, E. Avante, Lisboa.
- *História*, Projornal - Publicultura, Lisboa.
- *O Século Ilustrado*, Lisboa
- *O Tempo e o Modo*, Lisboa.
- *Vida Mundial*, Lisboa.

3. ENTREVISTAS

- Carlos Carvalho (16-11-2001)
- José Osório (25-1-2002)
- Henrique Guerreiro e Eusébio Camacho (3-5-2002)
- António Cardador (4-5-2002)
- Cândido Graça (10-4-2003)
- Eduardo Pires (15-6-2003)
- Jerónimo de Sousa (17-6-2003)
- José Augusto Marques (1-7-2003)

- Eduardo Guerreirinho (7-7-2003)
- Jerónimo Franco e Manuel Pena (11-8-2003)
- António Moreira dos Santos (9-11-2003)
- Elisa Damião (14-11-2003)
- Carlos Guinote (17-12-2003)
- Manuel Carvalho da Silva (20-7-2004)

4. BIBLIOGRAFIA:

- **ALI, Tariq**, *Años de lucha en la calle*, Madrid, E. Foca, 2007.
- **ALMADA, Teresa**, *Diário da reforma agrária*, Mem Martins, P. Europa-América, s. d.
- **ALMEIDA, Diniz**, *Origens e evolução do Movimento dos capitães*, Lisboa, E. Sociais, s. d.
- *Ascensão, apogeu e queda do MFA*, (2 vols.), Lisboa, E. Sociais e do autor, s. d.
- **ANDERSON, Perry**, *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, Rio de Janeiro, E. Civilização Brasileira, 1966.
- **ANWEILER, Oskar**, *Los soviets en Rusia (1905-1921)*, Bilbao, E. Zero, 1975 (1958).
- **ÁVILA, F., FERREIRA, C., LORY, B., ORSONI, C., REEVE, Ch.** *Portugal: l'autre combat – classes et conflits dans la société*. Paris: Spartacus, 1975.
- **BANDEIRA, J. G. e HUMBERTO, L.** *Os trabalhadores e o lock-out em Vieira de Leiria*, Porto, E. Afrontamento, 1974.
- **BAPTISTA, Fernando Oliveira**, *Portugal 1975 – Os campos*, Porto, E. Afrontamento, 1978.
- **BARÃO, Fernanda**, *Agfa-Gevaert – retrato de uma multinacional*, Coimbra, E. Centelha, 1977.
- **BARBOSA, Ana e outros**, *Ocupação do bairro do Bom Sucesso em Odivelas por 48 famílias de barracas*, Porto, E. Afrontamento, 1972.
- **BENSAID, Daniel, ROSSI, Carlos, UDRY, Charles-André**, *Portugal: la revolution en marche*, Paris, Ed. C. Bourgois, 1975.
- **BENSAID, D e KRIVINE, Alain**, 1968 – fins et suites, Paris, Ed. La Brèche, 2008.
- **BOTELHO, A., e PINHEIRO, M.**, *O Conselho Municipal do Porto – balanço de uma experiência*, Porto, COPSA, 1977.
- **BRANDÃO DE BRITO, José M^a.**, *Do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Ed. Notícias, 1999.

- *O país em revolução*, Lisboa, Ed. Notícias, 2002.
- **BROUÉ, Pierre**, *El Partido Bolchevique*, Madrid, E. Ayuso, 1973 (1963).
- *The German Revolution (1917-1923)*, Chicago, Haymarket Books, 2006 (1971).
- **BROUÉ, Pierre, e TEMIME, Émile**, *La revolución y la guerra de España*, (2 vols.), México, 1979 (1961).
- *Cadernos de Circunstância 67-70*, Porto, E. Afrontamento, 1975.
- **CARVALHO, Lino**, *Reforma agrária – Da utopia à realidade*, Porto, E. Afrontamento, 2004
- **CARVALHO DA SILVA, Manuel**, *Acção sindical, transformação e desenvolvimento*, Porto, E. Campo das Letras, 2000.
- **CASIMIRO, José, SANTOS, Carlos**. *Movimento operário: a década de 70* Lisboa: Biblioteca-Museu Republica e Resistência, 1997.
- *O caso Timex*, SIORCS, 1976.
- **CAYETANO ROSADO, Moisés e CAYETANO RODRÍGUEZ, Moisés**, *Abril 25: el sueño domesticado*, Madrid, Fund. De Investigaciones Marxistas, 1999.
- **CORREIA, Pedro Pizarat**, *Questionar Abril*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- **CANAS, Vitalino (org.)**, *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta, 2005.
- *O caso dos 17 da Têxtil Manuel Gonçalves*, s. l., 1976.
- **CASTRO, Armando e outros**, *Os trabalhadores na empresa*, Lisboa, E. Prelo, 1974.
- **COMBATE**, *Capitalismo privado ou capitalismo de estado não é escolha! (Editoriais e textos do jornal “Combate”)*, Porto, E. Afrontamento, 1975.
- **COMISSÃO DO LIVRO VEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA**, *Trabalho, sindicatos e greves no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1984.
- **CONTRA A ESCOLA CAPITALISTA**, *A política na escola*, Lisboa, E. Armazém das Letras, 1978.
- **CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA DE TRABALHADORES, CONCLUSÕES**, Lisboa, Comissão Nacional de Trabalhadores para a Defesa das Empresas, 1975.
- **COSTA, Jorge; LOURENÇO, Gabriela e PENA, Paulo**, *Grandes planos – oposição estudantil à ditadura (1956-1974)*, Lisboa, E. Âncora, 2001.
- **CUNHAL, Álvaro** *Rumo à vitória*. Porto: A Opinião, 1974 (1965)
- *A revolução portuguesa – O passado e o futuro*, Lisboa, E. Avante, 1976.
- *Discursos políticos* (6 volumes), Lisboa, E. Avante, 1974 a 1976.
- *Duas intervenções numa reunião de quadros*, Lisboa, E. Avante, 1996.
- *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, Ed. Avante, 1999.
- **DÂMASO, Eduardo**, *A invasão spinolista*, Lisboa, E. Fenda, 1999.

- Dossier 2^a. República, 2 vols., Lisboa, E. Afrodite, 1976-1977.
- **DIONÍSIO, Eduarda**, *Títulos, acções, obrigações – sobre a cultura em Portugal 1974-1994*, Lisboa, Salamandra, 1993.
- *Dossier 25 de Abril: resposta ITT*, Lisboa, Ed. Avante, 1975.
- **DOWNS, Charles**, *Revolution at the grassroots – Community organizations in the Portuguese Revolution*, New York, 1989, SUNY Press
- **DOWNS, Chip, NUNES DA SILVA, Fernando, GONÇALVES, Helena, e SEABRA, Isabel**, *Os moradores à conquista da cidade*, Lisboa, E. Armazém das letras, 1978.
- **DURÁN MUÑOZ, Rafael**, *Contención y transgresión: las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, CECp, 2000
- **ESTANQUE, Elísio**, *Entre a fábrica e a comunidade – Subjectividades e práticas de classe nooperariado do calçado*, Porto, E. Afrontamento, 2000.
- **FARIA, Miguel Fernandes** *A indústria naval em Portugal*, Lisboa, E. Inapa, 2001
- **FAYE, Jean Pierre**, *O Portugal de Otelo – A revolução no labirinto*, Lisboa, E. Socicultur, 1976.
- **FERNANDES, Blasco Hugo**, *Reforma agrária, contributo para a sua história*, **Lisboa, Seara Nova, 1978.**
- **FERNANDES, Filipe S., e SANTOS, Hermínio**, *Excomungados de Abril*, Lisboa, E. D. Quixote, 2005.
- **FERREIRA, António**, *A queda do fascismo*, Lisboa, E. Assírio e Alvim, 1974.
- **FERREIRA, José M^a. Carvalho**, *Portugal no contexto da “Transição para o Socialismo” (história de um equívoco)*, Blumenau (Brasil), E. FURB, 1997.
- **FERREIRA, José Medeiros**, *Portugal en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- **FERREIRA, Serafim (coord.)**, *MFA – Motor da revolução portuguesa*, Lisboa, E. Diabril, 1975.
- **FILOCHE, Gérard**, *Printemps portugais*, Paris, Ed. Actéon, 1984.
- **FREMONTIER, Jacques**, *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes, 1976.
- **GASPAR, Jorge (dir.)**, *Portugal em mapas e números*, Lisboa, E. Livros Horizonte, 1981.
- **GASPAR, Jorge, e VITORINO, Nuno**, *As eleições de 25 de Abril, geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- **GOMES, Adelino, e CASTANHEIRA, José Pedro**, *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso-Público, 2006.
- **GOMES, Varela**, *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975*, Lisboa, s. l., 1980.
- *A contra-revolução de fachada socialista*, Lisboa, E. Ler, 1981.

- *Esquerdalhos, renegados e outros bandalhos*, s. l., 1993.
- **GOULART, Pedro**, *Resistência*, Lisboa, E. Dinossauro, 2002.
- *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Base, s.d.
- **HAMMOND, John L.** *Building popular power – workers and neighbourhood movements in the Portuguese revolution*, N. York, Monthly review Press, 1988.
- **HOBBSBAWN, Eric**, *Historia del siglo XX*, Barcelona, E. Crítica, 1995 (1994).
- **KAYMAN, Martin**, *Revolution and Counter-Revolution in Portugal*, London, Merlin Press, 1987.
- **LEITÃO, M^a. Lúcia, e FREITAS, Vera**, *Análise das disparidades salariais no pós 25 de Abril*, Lisboa, Moraes, 1982.
- **LIMA, Albano**, *Sindicatos e acção sindical*, Lisboa, E. Avante, 1976.
- **LOUÇÃ, Francisco, e RESENDE, Manuel**, “Balanço da revolução portuguesa” (em colaboração com RESENDE, Manuel) In *Acção Comunista*, nº. 1-2, Lisboa, 1976.
- **LOUÇÃ, F.** *Ensaio para uma revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas, 1985.
- **MAILER, Phil**, *Portugal: uma revolução impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.
- *Maio '74 dia-a-dia*, Lisboa, Abril em Maio e E. Teorema, 2001
- **MANDEL, Ernest**, *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*, Paris, Maspero, 1970.
- **MARTELO, David**, *1974 – cessar-fogo em África*, Mem-Martins, E. Europa-América, 2001.
- **MARQUES, Fernando Pereira**, *Criar Poder Popular*, Lisboa, E. Ulmeiro, 1976.
- *Contrapoder e revolução*, Lisboa, E. Diabril, 1977.
- **MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui**, “A extrema-esquerda em Portugal” in *História*, nº 17, 1980.
- “Organizações armadas de 1967 a 1974” in *História*, nº 18, 1980.
- **MARTINS, M^a Belmira**, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, E. Estampa, 1973.
- **MARTINS, M. B. e ROSA, J Chaves**, *O grupo estado*, Lisboa, Expresso, 1979.
- **MONTEIRO, Manuel** *Perder a esperança, porquê?* Coimbra, E. Centelha, 1982.
- **MORAIS, João, e VIOLANTE, Luís**, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1975*, Lisboa, E. Livros Horizonte, 1986.
- **MOTA, José Gomos**, *A resistência*, Lisboa, E. Expresso, 1976
- **MURTEIRA, António (dir.)** *Uma Revolução na Revolução – Reforma Agrária no Sul de Portugal*, Porto, E. Campo das Letras e CM de Montemor-o-Novo, 2004.
- **NARCISO, Raimundo**, *A.R.A.: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.
- **NAVILLE, Pierre**, *Poder militar e socialismo em Portugal*, Lisboa, Iniciativas editoriais, 1975.

- **NEVES, Orlando (org.)**, *Textos históricos da revolução*, 3 vols., Lisboa, E. Diabril, 1975-1976.
- **(dir.)** *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978.
- **OLIVEIRA, Cesar**, *MFA e revolução socialista*, Lisboa, E. Diabril, 1975.
- *Os anos decisivos. Portugal 1962-1985*, Lisboa, E. Presença, 1993.
- **PALACIOS CEREZALES, Diego**, *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa, ICS, 2003.
- **PALLA, M^a. Antónia**, *Só acontece aos outros*, Lisboa, Bertrand, 1978
- **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**, 7º Congresso (extraordinário) do PCP, Lisboa, Ed. Avante!, 1974.
- *Documentos do Comité Central (1965-1974)*, Lisboa, Ed. Avante!, 1975
- *O PCP e a luta sindical*, Lisboa, Ed. Avante!, 1975.
- *Documentos políticos do CC do PCP*, 3 vols., Lisboa, Ed. Avante, 1975-1976.
- *VIII Congresso do PCP*, Ed. Avante, s.l., 1977.
- **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (Reconstruído)**, *I Congresso do PCP (R)*, Lisboa, 1976.
- **PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**, *Revolução e contra-revolução – documentos do 25 de Abril ao 25 de Novembro*, Lisboa, Ed.. Revolução, 1977.
- **PATRIARCA, Fátima**, “Controle operário” in *Análise Social*, n.º. 47-48, Lisboa, 1976.
- “Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º.
- “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave” in *Análise Social*, vol. XIII (51), 1977, 3ª,
- “Taylor no purgatório – o trabalho na metalomecânica pesada”, *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982-2º.
- *Sindicatos contra Salazar – A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000
- **PEDRO, Edmundo**, *45 anos de luta pela democracia sindical*, Lisboa, F. J. Fontana, 1979.
- **PEREIRA, João Martins**, *Indústria, ideologia e quotidiano*, Porto, E. Afrontamento, 1974.
- *O socialismo, a transição e o caso português*, Amadora, E. Bertrand, 1976.
- **PEREIRA, José Pacheco**, *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, 3 vols., Lisboa, Temas & Debates, 1999-2005.
- *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*, Mem-Martins, P. Europa-América, s. d.
- **PINELA, José Malaquias**, *A manifestação dos caixeiros de 15 de Março de 1971 e a luta das 44 horas*, Lisboa, Fed. Port dos Sind. Do Comércio e Serviços, 1981.

- **PINHEIRO, Vaza**, *579 dias de revolução*, Porto, Campo das Letras, 1999.
- **PINHO, Jaime**, *Fartas de viver na lama – O Castelo Velho e outros bairros SALL do Distrito de Setúbal*, Lisboa, E. Colibrí, 2002.
- **PINTO, António Costa (coord.)**, *Portugal contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000.
- *Portugal: um guia para o processo*, Lisboa, Ed. SLEMES, 1976.
- **PIRES DE LIMA, Marinús e outros**, *A acção sindical e o desenvolvimento*, Lisboa, E. salamandra, 1992.
- **PISANI, Francis**, *Torre Bela – todos temos direito a ter uma vida*, Coimbra, E. Centelha, 1978
- **QUIRÓS, Manuel**, *Para a reconstrução do Partido Comunista Marxista Leninista*, Lisboa, E. Maria da Fonte, 1975.
- **RABY, Down Linda**, *A resistência anti-fascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, 1990.
- **REEVE, Charles**, *O 25 de Novembro (a concepção golpista da revolução social)*, Lisboa, E. Meridiano, 1976.
- **REIS, Daniel, e NEVES, Fernando palouro**, *A guerra da mina e os mineiros da Panasqueira*, Lisboa, E. A Regra do Jogo, 1979.
- **REGO, Vítor Cunha** *Liberdade para Portugal*. Amadora, Bertrand, 1976.
- *A revolução num regimento: a Polícia Militar em 1975*, Lisboa, E. Armazém das letras, 1977.
- **RIBEIRO, Nelson**, *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*, Lisboa, Universidade Católica, 2002.
- **ROBINSON, Peter**, *Portugal 1974-75: the forgotten dream*, Socialist History Society, Londres, 1999.
- **RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário e CARDOSO, Mário**, *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, E. Morães, 1974.
- *Portugal depois de Abri*, Lisboa, E. Intervoz, 1976.,
- *Abril nos quartéis de Novembro*, Amadora, E. Bertrand, 1979.
- **RODRIGUES, Francisco Martins, (coord.)**, *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa, E. Dinossauro, 1994.
- *Abril traído*, Lisboa, E. Dinossauro, 1999.
- **RODRIGUES, M^a.**, *Pelo direito à cidade – o movimento de moradores no Porto 1974-1976*, Porto, E. Campo das letras, 1999.
- **ROSA, Eugénio**. Portugal: dois anos de revolução na economia Lisboa: Diabril, 1976.
- *O fracasso dos governos de direita em Portugal*, Lisboa, E. Um de Outubro, 1982.
- **ROSA, Teresa** *Sistemas de trabalho, consciência e acção operárias na Setenave* (Tese de Licenciatura), Lisboa, ISCTE, 1984.
- **ROSAS, Fernando**, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa, E. Estampa, 1995

- “O Estado Novo (1926-1974)”, in J. Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Estampa, 1998.
- *Pensamento e acção política – Portugal século XX 1890-1976*, Lisboa, E. Notícias, 2004.
- **ROSAS, F. (coord.)**, *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, E. Colibri, 1999
- **ROSAS, F. e LOUÇÃ, F. (org.)**, *Ensaio geral – passado e futuro do 25 de Abril*, Lisboa, E. Dom Quixote, 2004.
- **ROSAS, F. e OLIVEIRA, Pedro Aires**, *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974.)* Lisboa, E. Notícias, 2004.
- **RUIZ, David** (coord.) *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*, Madrid, E. Siglo XXI, 1994.
- **SABLOSKY, Juliet Antunes**, *A UPS e a transição para a democracia*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000.
- **SALVADOR, José A.**, *Camponeses do barcouço – Não vamos morrer agarrados à enxada*, Coimbra, E. Centelha, 1976.
- **SANCHES, José Luís Saldanha**, *O MRPP instrumento da contra-revolução*, Lisboa, E. Ulmeiro, 1975.
- **SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep**, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, E. Assírio & Alvim, 1993.
- **SANTOS, Boaventura de Sousa.**, *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1990.
- **SANTOS, B. S. e outros** *O pulsar da revolução: cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)* Porto: Afrontamento, 1997.
- **SANTOS, M.^a de Lourdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias** *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977.
- **SARTORIUS, Nicolás, y SABIO, Alberto**, *El final de la dictadura – La conquista de la democracia en España (noviembre de 1975-junio de 1977)*, Madrid, Temas de hoy, 2007.
- **SCHMITTER, Philip C.**, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, ICS, 1999.
- **SILVA LOPES, João**, *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa, Gradiva, 1996.
- **SIMAS, Nuno**, *Portugal clasificado – Documentos secretos norte-americanos 1974-75* Lisboa, Aletheia, 2008.
- *Sindicalismo em Portugal : perspectivas futuras – pacto social*, Lisboa, E. Assírio e Alvim, 1977
- **SOLDADOS UNIDOS VENCERÃO**, *Os SUV em luta (manifestos – entrevistas - comunicados)*, Lisboa, 1975.
- **UNIÃO DEMOCRÁTICA POPULAR**, *O que é a UDP?*, Lisboa, Ed. Voz do Povo, s. d.
- **VALENTE, José Carlos** “A explosão social. Abril a Setembro de 1974” in *História*, nº. 1, II série, Setembro de 1994.

- **VIGNA, Xavier**, *L'insubordination ouvrière dans les années 68 – Essai d'histoire politique des usines*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- **VIRIEU, François-Henri**, *100.000 relógios sem patrão – Processo Lip*, Lisboa, E. Assírio & Alvim, 1974

